

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PERCEPÇÃO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA
SOBRE OS SEUS PAPÉIS NAS DIFERENTES
CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

JÂNIA DE FARIA NEVES

2009

JÂNIA DE FARIA NEVES

**PERCEPÇÃO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA
SOBRE OS SEUS PAPÉIS NAS DIFERENTES
CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

2009

JÂNIA DE FARIA NEVES

**PERCEPÇÃO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA SOBRE OS SEUS
PAPÉIS NAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

APROVADA EM: 19 DE MAIO DE 2009

COMISSÃO EXAMINADORA

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses**

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Prof. Dr. Maria Aparecida Ramos de Meneses**

**Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa**

N518p Neves, Jânia de Faria.
Percepção da mulher de classe média sobre os seus papéis nas diferentes configurações familiares/Jânia de Faria Neves. – João Pessoa, 2009.
127f. :il.
Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses
Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCHLA
1. Mulher – Papéis sociais. 2. Família.

UFPb/BC

CDU: 36-055.2(043)

SMILE

Smile tho' your heart is aching,
Smile even tho' it's breaking,
When there are clouds in the sky
You'll get by,

If you smile
thro' your fear and sorrow,
Smile and maybe tomorrow,
You'll see the sun come shin-ing thro' for you

Light up your face with gladness,
Hide ev'ry trace of sadness,
Al- tho a tear may be ever so near,

That's the time,
You must keep on trying,
Smile, what's the use of crying,
You'll find that life is still worth-while,

If you just smile...

Sir Charlie Chaplin

[Don't use my picture anywhere](#)



Sou mulher porque assim foi determinado pela natureza quando de minha concepção. Não escolhi, não medí.

Sou... apenas e assim! Com tudo o que ser mulher significa... Com todas as cargas, pesos, dramas que isso me traz.

Sou... nem mais e nem menos feliz por isso. Sou... a filha, a mãe, minha dona, meus sonhos, meu cio e tudo o que tenho vontade de ser.

Fui também... Fui tudo aquilo que não consegui concretizar... tudo que deixei pelo caminho... tudo que larguei quando me emancipei ao subir em um salto alto a primeira vez. Serei... serei tudo o que eu sonhar, porque mulher ou não, fêmea e menina, sou um ser inundado de promessas e idéias, com desejos de libertação, vestindo, quem sabe, uma saia, com os cabelos soltos e os lábios salpicados com batom carmim. Sou, no final das contas, a mulher que a vida, os ensinamentos e os caminhos trilhados por mim criaram.

Jânia de Faria

*Família é quem você escolhe pra viver
Família é quem você escolhe pra você
Não precisa ter conta sanguínea
É preciso ter sempre um pouco mais de
sintonia.*

O Rappa

DEDICATÓRIA

A Deus e a Nossa Senhora.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe Socorro,

Ívana, minha irmã e Geise, minha luz.

À Tio Germano, agradeço a minha formação e a fé

inabalável depositada em mim.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** e a **Nossa Senhora**.

A cada **Mulher** forte e lutadora que passou e que ainda vai passar pela minha vida, em especial, àquelas que se desnudaram para a concretização desse trabalho.

A minha família, **Socorro** (mãe) e **Ivana** (irmã), por suportarem cada dor e dificuldade que passei;

À **Eduardo**, por ter sido amigo, companheiro e um incansável veículo de crescimento ao longo dessa jornada;

Ao **Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses**, pela competente contribuição na construção dessa dissertação e pela capacidade singular de olhar as pessoas e o conhecimento que elas têm, indistintamente, de forma equânime;

Aos professores componentes da Banca Examinadora, **Prof.^a Maria Aparecida Ramos de Meneses** e **Prof. Eduardo Sérgio Soares Sousa**, por suas contribuições tão pertinentes;

A Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, **Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Ramos de Meneses**, pela compreensão e carinho e por elastecer prazos já encerrados;

Às **Prof.^a Mariana de Brito** e **Prof.^a Ana Margarida**, respectivamente coordenadora e coordenadora adjunta do Curso de Fisioterapia do UNIPÊ, pelo carinho e pela fé no meu trabalho;

Aos meus amigos **Tereza Costa**, amiga do peito; **Rachel Fonseca** e **Márcia Delgado**, pelas preces; **Moisés Costa**, **Andréia Martins**, **Alecsandra Tomás**, **Juliana Costa**, **Rafaela Gerbasi**, **Sandra Suely**, **Maria Emília Dantas**, **Kátia Simone**, **Carina Carvalho** e **Simone Torquato**, minha parceiras de trabalho e cúmplices fora dele.

À **Adna Lima**, **Arnaldo Neto**, **Ártemis Rodrigues**, **Edla Waneska**, **Elouise Lopes**, **Érico Germano**, **Fernanda Maia**, **Flávio Amorim**, **Larissa Moraes**, **Lucas Borges**, **Mariana Brasileiro**, **Mariana Dore**, **Monielly Melo**, **Nicole Oliver**, **Pamella Azevedo**, **Paulo Pinheiro**, **Raony Gondim**, **Raphael Campelo**, **Samara Amorim**, **Sarah Salles**, **Thiago Moraes**, **Yargo Alexandre** e **Yone Ferreira** alunos do coração, amigos de boas gargalhadas e representantes do infinito grupo de discentes que rezou e torceu para que esta dissertação se concluísse.

Aos colegas do **Curso de Fisioterapia** do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.

RESUMO

NEVES, J. F. **PERCEPÇÃO DA MULHER DE CLASSE MÉDIA SOBRE OS SEUS PAPÉIS NAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**. João Pessoa, 2009, 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

As discussões envolvendo o tema mulher vêm crescendo nas últimas décadas como consequência da resignificação dos papéis femininos e do crescimento exponencial da sua participação nos espaços públicos. Essa ruptura com algumas tradições seculares trouxe a mulher para o mercado de trabalho e, a partir disso, alargaram-se não só os horizontes, mas as responsabilidades com a provisão e suas funções na família. Considerando essa realidade, buscou-se analisar a percepção da mulher de classe média sobre a diversidade dos papéis femininos em cinco configurações familiares distintas. O estudo em questão se caracteriza como uma pesquisa de campo, descritiva e com abordagem qualitativa. A amostra foi composta por cinco mulheres com renda equivalente a de famílias de classe média e todas com nível superior de formação, cada uma representando uma das cinco configurações familiares determinadas para esse estudo: família nuclear, família recomposta, família unipessoal, família monoparental e família ampliada. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, seguindo um roteiro não estruturado. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, as falas foram transcritas, e os resultados analisados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados obtidos a partir da análise revelam que para as mulheres de classe média representantes das cinco configurações familiares, o trabalho se apresenta não apenas como um meio de provisão das famílias, mas como uma oportunidade de emancipação. Mesmo na classe média, a sobreposição de funções é uma realidade e as necessidades da família podem ser fatores intervenientes do processo de ascensão profissional. Na busca por uma identidade que contemple suas necessidade e da família, muitas delas equilibram características culturalmente impostas a formação do sujeito mulher, com a aquisição de padrões de comportamento da mulher moderna, fortemente impregnadas de tradição, sexismo e religião. Após análise dos resultados, observou-se que mesmo para mulheres de classe média e com nível formação superior, alguns ranços culturais ainda fazem parte das relações familiares e conjugais e o trabalho é o veículo de emancipação mais marcante, embora traga consigo diversas implicações para a mulher que precisa administrar sua casa e família.

Palavras-Chaves: Mulher, Família, Papéis Sociais.

ABSTRACT

NEVES, J. F. **WOMEN'S PERCEPTION OF MIDDLE CLASS ON THEIR ROLES IN DIFFERENT FAMILY CONFIGURATIONS.** João Pessoa, 2009, 129f. Dissertation (Masters in Social Work) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

The discussions involving the subject of women have been growing in recent decades as a result of reframing of women's roles and the exponential growth of their participation in public spaces. This break with some old traditions brought the woman to the labor market and, as necessary, extended not only the horizon, but with the provision responsibilities and functions in the family. Under this scenario, we have analyzed the perception of middle-class woman on the diversity of women's roles in five different family configurations. The study in question is characterized as a field research, descriptive and qualitative approach. The sample consisted of five women with an income equivalent to the middle-class families and all with higher education, each representing one of five family configurations determined for this study: nuclear family, recomposed family, family ownership, family and single parent family expanded. Data collection was conducted through interviews, following a script unstructured. The interviews were recorded and then the interviews were transcribed, and the results analyzed using content analysis. The results from the analysis show that for middle-class women representatives of the five family configurations, the work presents itself not only as a means of provision for the families, but as an opportunity for emancipation. Even the middle class, the overlap of functions is a reality and the needs of the family may be factors involved in the process of professional growth. In search of an identity that addresses their needs and family, many of them balancing features culturally imposed on women development of the subject, with the acquisition of behavior patterns of the modern woman, heavily steeped in tradition, sexism and religion. After analyzing the results, it was observed that even for middle-class women and higher education level, cultural some remains are still part of family relationships and marital and work is the vehicle of emancipation most striking, though I can bring different implications for women that need to manage your home and family.

Key Words: Women, Family, Social Roles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Quadro ilustrativo das ocupações femininas no Brasil em 1872	51
FIGURA 2	Gráfico ilustrativo das ocupações femininas no Brasil em 1872	52
FIGURA 3	Quadro ilustrativo dos chefes de domicílio de acordo com a idade e o sexo no Brasil em 1872	52
FIGURA 4	Gráfico ilustrativo dos chefes de domicílio de acordo com a idade e o sexo no Brasil em 1872.....	53
FIGURA 5	Gráfico ilustrativo do Rendimento médio mensal do trabalho, segundo cor/raça e sexo – Brasil, 2003	62
FIGURA 6	Quadro ilustrativo dos Óbitos Maternos por Residência e por Região segundo Grupo CID10	63
FIGURA 7	Quadro ilustrativo das Estimativas para o ano 2008 das taxas brutas de incidência por 100.000 e de número de casos novos por câncer de mama e de colo de útero, em mulheres, segundo localização primária*	64
FIGURA 8	Gráficos Ilustrativos do Percentual de Famílias “Chefiadas” por Mulheres e Homens no de acordo com o Tipo de Estrutura Familiar no Brasil para o ano de 2004	65
FIGURA 9	Gráfico Ilustrativo da Média de anos de estudos da população de homens e mulheres de 7 a 24 anos, por cor – Brasil (1991-2000) ...	66
FIGURA 10	Gráfico Ilustrativo da População Economicamente Ativa de Homens e Mulheres de 10 ou mais anos de Idade, por Cor – Brasil – 1991 a 2000	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Mulher e Família: Relações, Tramas e Transformações	19
--	-----------

1. O ESTUDO DA FAMÍLIA: CONCEITOS ESTRUTURANTES	19
--	-----------

2. FUNÇÕES DA FAMÍLIA	22
------------------------------------	-----------

3. MODELOS DE FAMÍLIA OU DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR: EVOLUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?	25
---	-----------

4. DAS DESCRIÇÕES HISTÓRICAS ÀS ABORDAGENS SÓCIO- ANTROPOLÓGICAS: OS DIFERENTES ENFOQUES DA FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES	29
--	-----------

4.1 De Durkheim ao Funcionalismo Estrutural: Breves Discussões sobre o Modelo Ideal de Família e o Equilíbrio Societal	29
---	-----------

4.2 K. Marx, F. Engels, Capitalismo e Família	32
--	-----------

4.3 P. Ariès e a sua História Social da Criança e da Família	34
---	-----------

4.4 O Processo de “Individualização dos Indivíduos” e suas Repercussões sobre a Família: A Abordagem de F. Singly	41
--	-----------

5. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DA MULHER NO BRASIL	44
--	-----------

6. A MULHER CONTEMPORÂNEA E A MULTIPLICIDADE DE PAPÉIS	54
---	-----------

7. O PERFIL DA MULHER BRASILEIRA	61
---	-----------

CAPÍTULO 2

Das Teorias dos Pensadores à Prática das Falas: O Percurso Metodológico	68
--	-----------

CAPÍTULO 3

Papéis, Passado, Presente e um Amanhã... Analisando as Percepções	73
1. MULHER E TRABALHO: OS SONHOS, AS REALIZAÇÕES E A REALIDADE	75
1.1 Rotina Diária de Trabalho e Jornada Semanal	75
1.2 Trabalho: Afinidades e Escolhas Profissionais	77
1.3 Relação Trabalho, Remuneração e as Necessidades da Família	79
<i>Escolhas Profissionais e as Necessidades da Família</i>	79
<i>Trabalho e Remuneração</i>	80
1.4 Metas Profissionais e Obstáculos	83
1.5 Os Papéis, o Trabalho e a Sobreposição de Responsabilidades	85
<i>Os papéis de Hoje e de Ontem</i>	85
<i>A Sobreposição de Papéis na Conciliação da Vida Pessoal e Profissional</i>	88
<i>As Atividades Domésticas: Protagonismo e Partilhas de Responsabilidades</i>	91
1.6 O lugar do Trabalho na Vida da Mulher	93
2. MULHER E FAMÍLIA: AMORES, DESAMORES E (RE)AMORES ...	94
2.1 O Casamento, a Função de um Homem, Sexualidade, o Divórcio e a possibilidade de Novas Uniões	94
<i>O Casamento</i>	94
<i>A Função de um Homem e a Importância de um Relacionamento Afetivo-Sexual</i>	95
<i>Sexualidade</i>	96
<i>O Divórcio</i>	100
2.2 Filhos: desejos e responsabilidades pela educação e pelos cuidados	102
2.3 Os Cuidados com Saúde	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	121
APÊNDICE ÚNICO – Roteiro de Entrevista	122
ANEXOS	125
ANEXOS 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico as mudanças ocorridas na forma como as famílias se agrupam, arranjam ou rearranjam vêm se apresentando como um parâmetro ora sutil, ora densamente importante, sobre o aspecto social e seus desdobramentos (MEDEIROS, 2002b; ROUDINESCO, 2003; MONTALI, 2004). Essa nova forma de “ser” e “se fazer” família possui um número sem fim de implicações de toda ordem, principalmente porque afeta, das mais variadas maneiras, e traduz, das mais diferentes formas, o impacto da evolução do homem na vida em sociedade e vice-versa. Ao mesmo tempo, a civilização ocidental digere, o que para alguns poderia ser chamado de um “indigesto avanço do feminino e do feminismo”. A mulher adentra nos últimos 100 anos da História não mais como a submissa serva do patriarcalismo que tão fortemente permeou tal civilização, mas como um agente ativo na busca por seu protagonismo, envolta sobre o manto protetor das acaloradas discussões nas questões de gênero. Não há, pois, como fragmentar a instituição família do papel evolutivo da mulher na sociedade ocidental e, de maneira, mais substancial, na sociedade capitalista.

A maior parte dos estudos que aborda as novas configurações familiares e os diversos papéis da mulher na sociedade enfoca os aspectos sociais, econômicos, políticos, dentre outros. Assim, com muita facilidade, encontra-se acuradas pesquisas sobre o número de mulheres que chefiam suas famílias, o percentual de matrimônios desfeitos, a quantidade de casamentos recompostos, apenas para exemplificar. Quando, contudo, se busca bibliografia que aborde o modo qualitativo, ou seja, de que forma essas famílias sentem a diversidade de papéis da mulher, a visão dela própria sobre sua extensa jornada, dentre outros, os estudos tendem a ser realizados por profissionais das áreas de psicologia/psicanálise (e, dentro na sociologia, nos estudos de gênero), o que restringe sobremaneira, no primeiro caso, os aspectos sociais tão importantes na leitura das políticas públicas e nos estudos de gênero.

Sobre essa distinção entre estudos quantitativos e qualitativos, Pincanço (2005, p. 152) faz comentários muito esclarecedores que apresento abaixo:

Se por um lado os levantamentos quantitativos que investigam a inserção da mulher no mercado de trabalho produzem fartos dados sobre a desigualdade e terminam por evidenciar o alto grau de permanência dos valores

tradicionais objetivados nas características de distribuição das mulheres na estrutura sócio-ocupacional da sociedade; por outro lado, os estudos qualitativos sobre as representações sociais de gênero nos locais de trabalho e fora dele produzem um conjunto de informações sobre a diversidade de valores, desde os mais tradicionais até os mais modernos e suas combinações, pondo em evidência a complexidade da produção e da reprodução dessa desigualdade, bem como atentando para esferas ou dimensões onde se produzem tanto práticas quanto representações mais igualitárias ou menos hierarquizadas.

De maneira complementar, é necessário esclarecer e entender que, independentemente da área que originou o estudo, descrever a percepção da mulher sobre os seus papéis e nas diferentes configurações familiares pode subsidiar na estruturação as políticas públicas direcionadas à própria mulher, bem como àquelas destinadas à proteção social da família. Se é essa mulher que encabeça as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e maridos (quando estes últimos estão presentes), ou assume integralmente a responsabilidade pelos seus, na ausência do companheiro, como é que essa percepção se dá? Até que ponto a sobreposição de papéis atrapalha o ingresso e o desempenho da mulher no mercado de trabalho? É possível conciliar a vida em família e o trabalho e “o ser mulher”?

Essa inquietação que tenho surgido ao longo 2 anos em que trabalhei direta e indiretamente com famílias de baixa renda numa Instituição que dá suporte interdisciplinar à família (Apoio Espiritual, Atendimento Médico, Fisioterapêutico e Psicológico, Acompanhamento do Serviço Social e de Advogado de Família) no município de Santa Rita, Paraíba, e se consolidou na minha carreira como docente, dentro da disciplina em que atuo (Ginecologia e Obstetrícia), lidando com mulheres de diferentes idades e estratos sócio-econômicos.

Pude observar nesses últimos 5 anos, quer fosse através de reuniões com a equipe da Instituição supracitada, quer nos relatos das pacientes atendidas pelo Serviço em que atuo como docente, problemas familiares de toda ordem, com sucessivos e semelhantes relatos de mulher no tocante ao excesso de atividades e responsabilidades que possuem dentro de casa, as dificuldades em conciliar as tarefas domésticas e o emprego formal, o desejo de serem compreendidas e de apoio por parte de seus parceiros e outros familiares.

Com o passar dos anos fui percebendo, através desse contato mais próximo com essas mulheres de baixa renda e de minhas observações, que a prioridade acabava sendo o

bem-estar da família, ficando seus desejos e sonhos, muitas vezes, à margem da rotina que precisavam viver para sustentar seus filhos e sua casa. A sobreposição de funções e a sobrecarga de responsabilidades acabavam sendo, em quase todos os casos, uma realidade para todas, principalmente nos casos de mulheres que não possuem companheiros e naquelas que não têm redes de apoio social, quer seja familiar (ou como prefere chamar Peixoto, 2005, solidariedade familiar intergeracional), quer seja externa (vizinhos, amigos ou Instituições com essa finalidade).

Dessa forma, acabou se tornando fácil compreender como os atores acabam se movimentando dentro dessa família de baixa renda, nas quais, na maior parte das vezes, as necessidades do grupo e não as individuais são as prioritárias pela renda restrita, mesmo que um membro arque com a maior parte das responsabilidades. Em contrapartida, passei a me questionar se essa estruturação de família, com uma sobreposição de papéis pela mulher acabava se estendendo para outros estratos sócio-econômicos. Além dessas questões, tentei visualizar a forma como essa acumulação de funções é vivenciada por mulheres que possuem empregos formais com renda equivalente a de família de classe média e classe média alta e de como elas percebem suas necessidades enquanto mulher na hora de administrar suas responsabilidades. É em meio a essa intrigante relação e as esses questionamentos que permeiam a rotina de dessas mulheres, que estruturar-se-á a pesquisa.

Mediante esse entendimento, estipulou-se como objetivo primordial analisar a percepção da mulher de classe média sobre a diversidade dos papéis femininos em cinco configurações familiares distintas. Para se atingir esse objetivo maior foram traçados três objetivos específicos que foram trabalhados concomitantemente nas análises dos conteúdos das falas.

No primeiro, buscou-se identificar a percepção da mulher sobre os seus papéis a partir de dois pilares estruturantes: a relação mulher e o trabalho e a relação mulher e a família, nos termos discriminados mais adiante. Paralelamente, dentro da análise desses dois pilares, determinou-se as principais dificuldades relacionadas à acumulação de funções por essa mulher e as diferenças e semelhanças entre as percepções apontadas por mulheres das cinco configurações familiares. Por fim, tentou-se estabelecer uma relação entre os papéis apontados por essas mulheres com outras de um estrato sócio-econômico mais baixo, a partir da literatura.

Para tanto, o processo de construção da temática foi concretizado nesse trabalho na forma de capítulos. A partir do objetivo foi construído, no *primeiro capítulo*, um percurso teórico abordando os dois temas estruturantes dessa pesquisa: a família e a mulher e suas relações estreitadas. Abordou-se não apenas os aspectos conceituais e gerais da temática, mas também, os históricos, antropológicos, bem como uma breve exposição dos autores mais importantes que escreveram sobre o tema. Na parte final desse capítulo foi realizada uma breve construção sobre a relação Mulher e História, utilizada como gancho para discutir a sobreposição de papéis nas mulheres nas sociedades capitalistas.

A partir desse arcabouço, pormenorizou-se, no *segundo capítulo*, o percurso metodológico utilizado na construção da pesquisa de campo, com o seu detalhamento e as necessidades inerentes, cujos resultados obtidos e suas interações com a literatura são apresentados no *terceiro capítulo*. Em um último momento são apresentadas as considerações finais, nas quais constam as possíveis respostas motivo da exploração desse estudo.

Mulher e Família: Relações, Tramas e Transformações

1. ESTUDO DA FAMÍLIA: CONCEITOS ESTRUTURANTES

A família é uma das instituições mais antigas de nossa sociedade. Em cada época da história de nossa civilização encontramos a família estruturada de uma determinada maneira. As configurações familiares obedecem às mudanças de paradigmas sócio-culturais de cada época histórica, fato este que acarreta modificações em sua estrutura. O matriarcado se fez necessário na Antigüidade e Idade Média, devido a ausência prolongada dos homens nas guerras. Com a estabilidade e demarcação dos territórios conquistados, na Idade Moderna e Contemporânea, vê-se a ascensão gradativa do patriarcado.

O estudo da família toma os mais diversos rumos dependendo do campo em que as análises forem realizadas. Pesquisas mais recentes propõem a unificação do termo **famílias** em detrimento do termo **família**, utilizado no singular, por levarem em consideração que o modelo de família tradicional que predominou durante séculos, não se aplica à diversidade imposta pelas formas familiares contemporâneas (GIDDENS, 2005; SINGLY, 2007).

Inicialmente torna-se imprescindível conhecer alguns conceitos-chave no estudo das famílias. O principal deles, e termo fundamental para nortear a temática, é o próprio conceito de família. Giddens (2005, p. 151) define família como “[...] um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos adultos assumem a responsabilidade pelas crianças”. Uma outra conceituação formulada por Mickle et al. (1991) aponta a família como instância social na qual o bem-estar das pessoas e da sociedade está circunscrito no tempo.

O conceito proposto por Hironaka (1999, p. 7) acumula a importância da História ao afirmar que a família:

[...] é uma entidade histórica, ancestral como a História, interligada com os rumos e desvios da História, ela mesma mutável na exata medida em que mudam a estrutura e a arquitetura da própria História através dos tempos [...]; a história familiar se confunde com a história da própria humanidade.

Para Zonabend (1996, p.8), família:

[...] é um termo largamente empregado nos escritos acadêmicos e populares e não é fácil enumerar os seus significados. [...] A palavra família vem do latim, um derivado de *famulus* (servente), portanto, não descreve exatamente o que entendemos por família. Hoje o termo família cobre os vários grupos de parentes, todas as pessoas vivendo na mesma casa, todos descendentes de um mesmo ancestral. Contudo, a extensão destes vários tipos de relacionamento tem variado de lugar para lugar e de tempo para o tempo.

Osório, 1996, (*apud* Godoy, 2005, p. 37) defende que a família,

[...] é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) – e que a partir dos objetivos genéticos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, religiosos e culturais.

Bruschini (1989, p. 2) conceitua família como sendo:

[...] a família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo 'harmonioso e sereno' voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres.

A partir dos conceitos apresentados, pode-se perceber que conceituar família não é uma tarefa fácil, sobretudo porque é necessário agregar diversos fatores para que essa descrição seja o mais abrangente e representativa possível. Com base nas leituras feitas de tais conceituações utilizadas aqui, entende-se que família é uma unidade complexa, composta por indivíduos ligados entre si por laços consangüíneos e/ou afetivos, que se unem por um desejo comum de constituir um grupo social através do qual serão partilhadas obrigações legais e

sentimentos e cujas funções vão desde a formação de indivíduos com capacidade de viver em comunidade até a organização da própria sociedade.

Para Murdock (*apud* Godoy, 2005) a origem da família é universal. Afirma, ainda, que a família nuclear ou restrita, também, é universal, e que apresenta quatro funções elementares, a saber: sexual, reprodutiva, econômica e educativa, as quais seriam pré-requisitos para a sobrevivência de qualquer sociedade. As estruturas familiares se diferem, de cultura para cultura, quanto a sua dinâmica interna. O casamento entre irmãos, que era considerado como o casamento perfeito no antigo Egito e considerado como privilégio dos Faraós, na atualidade é considerado como incesto e passível de punição legal.

A partir dos estudos sobre a temática, agregando conceitos e revendo algumas proposições, Simionato e Oliveira (2003, p 57) propuseram que família:

[...] é um sistema inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham sentimentos e valores formando laços de interesse, solidariedade, reciprocidade, com especificidade, interesse e funcionamento próprio.

Essa visão dos autores supracitados que leva em consideração os aspectos afetivos toma corpo nas discussões mais atuais, como as do sociólogo François de Singly que constrói suas bases explicativas na família contemporânea regulada pelo amor e pela satisfação conjugal.

De forma semelhante, ao se discutir do ponto de vista jurídico, o conceito de família como uma imposição legal é modificado por uma norma infraconstitucional que passa a levar em consideração o desejo das pessoas de se organizarem e se manterem enquanto família, o que para Alves (2007), é um claro reconhecimento do *conceito moderno de família* no Brasil. A referida norma, a Lei nº 11.340, sancionada no dia 07 de agosto de 2006, e mais conhecida como Lei Maria da Penha, traz em seu art. 5º, inciso II, parágrafo único, as bases legais para a afirmação de Alves (2007):

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (ALMEIDA, 2007, p. 72).

Para permear essa discussão conceitual, Giddens (2005, p. 151) acrescenta uma noção sobre **laços de parentesco**, enfatizando que “[...] são conexões entre indivíduos, estabelecidas tanto por casamento como por linhas de descendência, e que conectam parentes consangüíneos (mãe, pais, irmãos, prole, etc.)”. Por fim, para este autor, **casamento** refere-se a união sexual reconhecida e aprovada entre dois indivíduos adultos e que, uma vez estabelecido, confere a estes o conceito de aparentados. Tal união, designada por este autor como “elo matrimonial”, agrega outros indivíduos consangüíneos como pais e irmãos, por exemplo, que passam a ser parentes do cônjuge.

2. FUNÇÕES DA FAMÍLIA

Ao se discutir as funções ou papéis que a família possui é importante distinguir o que já existiu e o que restou das funções assumidas pela família ao longo desse processo de transformação. Roudinesco (2003, p. 36), ao fazer uma retrospectiva histórica, estrutura três períodos evolutivos pelos quais a família passou:

Numa primeira fase, a família tradicional serve para assegurar a transmissão do patrimônio, motivo pelo qual os casamentos eram arranjados pelos pais, não se levando em consideração a vida sexual e afetiva dos futuros cônjuges. Numa segunda fase, tem-se a família moderna, que era fundada no amor romântico. A partir dos anos 1960, impõe-se o modelo da família contemporânea ou pós-moderna, a qual une dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual, por espaço de tempo indefinido.

Essa linha divisória entre o que foi e o que é função localiza-se no ponto em que a família tradicional termina. Charbonneau (1990) afirma que as funções perdidas pela família foram, principalmente, a religiosa, a política, a jurídica e a econômica. A **função religiosa** esfacela-se na medida em que a importância da origem sagrada da família se desintegra juntamente com o culto aos antepassados, a lembranças dos ancestrais que perdem a características de serem eternizadas.

No tocante a **função política** perdida pela família, cabe um breve passeio histórico que remonta ao período em que os negócios de uma cidade estavam nas mãos das famílias e sua relação com a hierarquia soberana, de forma que as decisões políticas eram repassadas da coroa às famílias. Com a democracia, os indivíduos passam a ter poder de decisão política independentemente de suas famílias, mesmo que, em muitos casos, a intervenção familiar aconteça. Isso acaba gerando a perda da **função jurídica**, uma vez que para o Direito é o indivíduo o foco, a referência, e não mais a sua família.

Por fim, dentre as funções perdidas apontadas por Charbonneau (1990), têm-se a ruptura com a **função econômica** da família. Para este autor, ao se considerar as sociedades pré-industriais, as famílias tanto eram responsáveis pela produção, quanto pelo consumo daquilo que produziam, gerando, dentro do seio familiar, os seus meios de subsistência e ali mesmo os consumindo ou os utilizando como moeda de troca. Nas sociedades pós-industriais, a economia é movida não mais pela família, mas pelo indivíduo. Essa perda da função econômica da família pode ser percebida, também, com a crescente relação de dependência entre as famílias e o Estado, quer seja para a educação das crianças, na saúde, na trabalho, como assinalam muito bem Singly (2000), Giddens (2005) e Singly (2007) e que será discutido de forma pormenorizada posteriormente.

Para discutir as funções da família contemporânea, uma noção inicial é importante: “[...] a família parece ser mais influenciável do que influente” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003). Mais do que isso: embora muito da família, inclusive algumas de funções, tenham se “perdido” com a sua evolução, o poder da família em alguns pontos resistiu integralmente ou se modificou para se adaptar a tantas transformações. A **função biológica** permaneceu com algumas ressalvas. A família não mais procria pra manter-se na história, pra perpetuar bens e heranças. Ela se reproduz a partir do amor entre os seus, do desejo de verem laços afetivos darem origem a um ser vivo, a um alguém.

Nessa mesma linha, observa-se que a **função econômica** da família não segue mais os moldes que outrora seguiu. A família de hoje não é mais uma célula produtora, um meio de produção e reprodução da economia de subsistência. Na realidade, a família vem para tolher, regular, frear o avanço do consumo e do desenvolvimento descontrolado do indivíduo consumidor. Se apresenta, também, como uma fonte de segurança para os seus, na medida em que o mercado tende a engoli-los precocemente e marginalizá-los ainda mais cedo. Como

discute Charbonneau (1990, p. 40), “[...] a família, antes fonte da economia de subsistência, é agora o contrapeso da economia de consumo”.

Dentre as funções que mais se tornou importante nesse interem, a **função de educadora** parece ocupar o maior lugar. Charbonneau (1990, p.40) faz uma discussão importante sobre esses aspectos ao afirmar que, ao contrário do que se pensa hoje em dia, nunca educação familiar foi tão importante, pois embora o meio tenha se modificado sobremaneira, alguns aspectos continuam tão vivos quanto há uns séculos. O indivíduo busca o seu “eu”, o seu lugar no espaço e, para isso, é necessário um suporte, e afirma com veemência:

As ilusões alimentadas por nossos contemporâneos são múltiplas e nefastas. Uma deles pretende que os jovens de hoje se eduquem por si, não precisem de ninguém para ajudá-los a ser. Perigosa quimera. Na civilização do não-ser e do tudo=ter, eles necessitam, como jamais, de guias seguros e inteligentes que os conduzam pelo délado desta sociedade embrutecida.

A partir de suas análises, Charbonneau (1990) conclui que há basicamente cinco planos em que a família representa seu papel a contento: *o plano afetivo, o plano cultural, o plano social, o plano comunitário e o plano de promoção da pessoa*. Em todos os casos é perceptível que as funções da família voltam-se para o cuidado dos seus, com a preocupação da formação, do seguimento deste indivíduo e da relação de cada um deles com o meio, mesmo que em muitas situações, a exemplo do plano social, tenhamos outras instituições que estejam diretamente relacionadas a função, a exemplo da escola, estabelecendo os vínculos entre família e Estado.

Para Lobo (2004), proteção da família contemporânea pelo Estado se faz enquanto um direito subjetivo público, oponível ao próprio Estado e à sociedade, sendo universalmente aceita e adotada nas Constituições da maioria dos países, a parte do sistema político ou ideológico que estas nações possuem. A partir da Constituição de 1988, importantes mudanças impostas pela nova legislação causaram a chamada derrocada da família patriarcal vigente no Brasil, ao menos no plano jurídico, com crescente interesse na chamada repersonalização das relações civis e forte interesse na pessoa humana, em detrimento das relações patrimoniais que permearam a família durante séculos.

A despeito das responsabilidades pela educação das crianças, antes restrita aos cuidados da família, o Estado passa a assumir, ao menos no tocante a educação escolar, tal

função (ALMEIDA, 2007). A relação entre Estado e Família na função educadora traz a tona discussões sobre o papel do Estado na regulação do processo educativo, principalmente no que concerne a introdução de políticas educacionais voltadas para temáticas ainda consideradas pra muitas famílias como tabus, a exemplo, da sexualidade, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Para muitos pais, estas discussões não deveriam acontecer dentro da escola de maneira homogênia, a partir de uma determinada faixa etária, mas sim, em casa, sobre os cuidados de sua família. Em contrapartida, educadores, psicólogos e pedagogo afirmam realizam essa abordagem por ela ser negligenciada pelos pais e por estar circunscrita no processo educativo e nas políticas educacionais.

3. MODELOS DE FAMÍLIA OU DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR: EVOLUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?

As formas de organização de indivíduos para compor o que se chama de “família” vêm apresentando significativas mudanças ao longo dos séculos (ALVES, 2002; GIDDENS, 2005). Lôbo (2004) acredita que tais mudanças atingiram diversos planos de atuação e até mesmo na concepção de família, com impacto na função, na composição e na sua natureza com o advento do Estado Social e que a família atual está matizada no fundamento universal da afetividade, teoria também defendida por Singly (2007).

É particularmente importante analisar as mudanças sócio-econômicas ocorridas no século XIX, marcadas pela aceleração do processo de industrialização e urbanização, com conseqüente fortalecimento do capitalismo. Concomitantemente, o que se pôde observar foi o acirramento dos conflitos entre as classes sociais e o crescimento de manifestações sociais e intelectuais que tiveram impacto importante, como pode ser comprovado na obra de Áries, que será discutida a posterori (PATRÍCIO, 2002).

Dessa forma, a família experimentou diversos desdobramentos importantes nas relações e estrutura familiar, com o surgimento da chamada Família Vitoriana, a base da família ideal de Parsons e com estrutura semelhante a da família restrita ou nuclear. Essa família “puritana” desenvolve-se paralelamente a separação dos espaços públicos e privados, da resignificação dos papéis exercidos por homens e mulheres e com redução no número de

filhos. Em outras palavras, a Família Vitoriana separa o sexo da função biológica. Sobre isso, Patrício (2002, p. 1), afirma:

Simultaneamente, a implementação de uma moral de teor repressivo e puritano, que tinha por base a defesa da família, acompanhou e fez derivar algumas mudanças sociais. A moral vitoriana baseava-se num conjunto de cisdões ideológicas cujo ponto fulcral era a separação das esferas privada e pública, do círculo doméstico do mundo do trabalho, e tinha como objectivo a regulação da família. Este modelo familiar continha não só noções centrais para a distribuição do poder no interior da família como também mecanismos para regular a sexualidade.

As discussões sobre os modelos de família centram-se, ao menos conceitualmente, no modelo de família que historicamente foi construído como o aceitável e recomendável. Assim, a família dita **tradicional ou nuclear** ou ainda, como prefere chamar Giddens (2005), **família restrita**, composta por pai, mãe e filhos é aquele sobre os quais são tecidos grande parte dos estudos sobre o tema. Alguns autores costumam se referir as novas configurações familiares como sendo uma nova leitura e/ou fragmentação do modelo tradicional (SOUZA; BOTELHO, 2001; CORREA, 2002).

O Direito de Família reconhece a **família unipessoal ou single** como sendo uma forma familiar. Nela, o núcleo da família está centrado, exclusivamente, em uma pessoa. Embora contraditório, uma vez que se imagina família como um agrupamento de pelo menos duas pessoas, leva-se em consideração, na visão de Pereira (2004) que o respeito ao indivíduo que se identifica como família baseia-se nos princípios da dignidade da pessoa humana e na autonomia do sujeito, ainda que esta identificação seja apenas para fins de proteção de determinados direitos. Paralelamente, o autor faz menção ao reconhecimento que os tribunais fazem a esse tipo de família, com base na Lei nº 8.080/90, a partir de comentários publicados pelo relator Ministro Luís Vicente Cernicchiaro, do Supremo Tribunal de Justiça, publicado no Diário da Justiça em 1999:

A Lei n.8.009/90 precisa ser interpretada consoante o sentido social do texto. Estabelece a limitação à regra draconiana de o patrimônio do devedor responder por suas obrigações patrimoniais. O incentivo à casa própria busca proteger as pessoas, garantindo-lhes o lugar para morar. Família, no contexto, significa instituição social de pessoas que se agrupam, normalmente por laço de casamento, união estável ou descendência. Não se olvidem os ascendentes. Seja o parentesco civil, ou natural. Compreende ainda a família substituta. Nessa linha, conservada a teleologia da norma, o solteiro deve receber o mesmo tratamento. Também o celibatário é digno dessa proteção. E mais. Também o viúvo, ainda que seus descendentes hajam constituído outras famílias e, como, normalmente acontece, passam a residir em outras casas. *Data vênia*, a Lei n.8.009/90 não está dirigida a número de pessoas. Ao

contrário – à pessoa. Solteira, casada, viúva, desquitada, divorciada, pouco importa. O sentido social da norma busca garantir um teto para cada pessoa. Só essa finalidade, *data vênia*, põe sobre a mesa a exata extensão da lei. Caso contrário, sacrificar-se-á a interpretação teleológica para prevalecer a insuficiente interpretação literal (CERNICCHIARO, 1999 *apud* PEREIRA, 2004, p. 127).

Já a configuração **recomposta**, conhecida também por diversas sinónimas (**reconstituídas, reconstruídas, segundas famílias, famílias mosaico, família de recasados, família de padrastos**), baseia-se em uma união entre duas pessoas decorrente do término de uma relação anterior. É chamada por Bourdieu (1996 *apud* LOBO, 2005, p. 91) de “famílias sem nome” e agregam uniões sucessivas que integram pais, filhos, irmãos, meio-irmãos, enteados, avós, ex-companheiros. Nessa nova união, um ou ambos os cônjuges já haviam passado por um casamento anterior. Os entraves postos a este tipo de família são, muitas vezes, do reconhecimento dos filhos do novo cônjuge de seu pai ou mãe, sobretudo quando a nova união não acontece por morte dos cônjuges anteriores. Estruturalmente este tipo de família se assemelha com a família nuclear, embora, do ponto de vista sócio-econômico possua uma dinâmica bastante diferente (SOUZA; BOTELHO, 2001; MEDEIROS, 2002b; ROUDINESCO, 2003).

Na família **monoparental**, apenas o homem ou a mulher é responsável pelas funções da família, mesmo que aquele que não assuma ajude em uma ou outra função, como por exemplo, o sustento familiar. (SOUZA; BOTELHO, 2001; MEDEIROS, 2002b; ROUDINESCO, 2003; BARRETO, 2005). De acordo com Santos e Santos (2009), a família monoparental é considerada legítima pelo Direito Constitucional e a Carta Magna a conceitua como “[...] uma comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Para os autores, as principais situações em que ela é encontrada são os casos de celibato, divórcio ou separação, uniões livres, mães solteiras e viuvez.

No caso das **famílias ampliadas, extensas ou abrangentes** como também são conhecidas, tem-se parentes próximos, além do casal e seus filhos, vivendo juntos no mesmo ambiente familiar ou em um relacionamento próximo e contínuo uns com os outros. Esse tipo de família é mais comumente encontrado nas camadas populacionais mais baixas, haja vista que mais do que uma família, esse tipo de estrutura é um recurso de sobrevivência, no qual vários indivíduos ligados por laços sanguíneos ou de afetivos se organizam socialmente para dividir as despesas e responsabilidades inerentes a convivência familiar. É neste tipo de

família em que as redes sociais de apoio são mais concretas (SOUZA; BOTELHO, 2001; MEDEIROS, 2002b; ROUDINESCO, 2003).

Por fim, na família **homoparental** ou **homoafetiva**, se caracteriza pela união de um casal de homens ou um casal de mulheres que formam suas famílias. Este é, talvez, o tipo mais incompreendido de família, haja vista que não se forma com base na diferenciação sexual, não possuem capacidade procriativa (no sentido mais biológico da reprodução) entre os seus pertencentes, não possui amparo religioso e, do ponto de vista legal, não é reconhecida enquanto possibilidade de união civil, embora em outras circunstâncias já haja avanços, a exemplo da adoção e do partilhamento de bens (MEDEIROS, 2002b; MARTINS, 2003; ROUDINESCO, 2003; PASSOS, 2005). Para Zambrano (2006), contudo, independentemente da aceitação do termo família homoparental e das discussões que isso possa fomentar, é necessário nomeá-la, pois, ao se fazer isso, se permite que ela adquira existência discursiva e tornado-se uma realidade, tona-se, também, foco de discussões e de problematizações.

Independentemente da discussão sobre a origem das mudanças na família, o fato é que estas têm um significado real e impactante na sociedade capitalista. O social, no que tange a essas modificações, passa a ter uma ressonância que vai muito além das discussões dentro do próprio lar. Altera-se a dinâmica da sociedade, da economia, da cultura, mas, principalmente, das políticas sociais. Os problemas de família passam a ser discutidos não apenas dentro do lar, entre os seus integrantes, mas também como *família do ponto de vista jurídico*, através da reivindicações de casais homossexuais; *família do ponto de vista psicológico*, através do impacto dos recasamentos na vida dos adolescentes; *família do ponto social*, através da adequação das políticas sociais e das redes de apoio social para as famílias em situação de risco social, apenas para exemplificar (PORTUGAL, 2002; MEDEIROS, 2002a; SCODELARIO, 2002; CARVALHO; ALMEIDA, 2003; NAZARETH, 2004; MIOTO, 2005).

Alguns autores, a exemplo de Roudinesco (2003), Giddens (2005), Singly (2007) e Segalen (2000), rejeitam a idéia de uma usar a terminologia transformação da família, por acreditarem que esse modelo fechado de família ideal proposto por Talcott Parsons nunca existiu, de fato, ao longo de toda história como único modelo e nem cabe mais para definir as famílias nos dias de hoje. Eles acreditam que essas mudanças na família com o “aparecimento” de tantas configurações diferentes são, na realidade, a forma que as pessoas encontraram para perpetuar a possibilidade de se manterem juntas enquanto grupo que possui laços de parentesco ou de afinidade.

4. DAS DESCRIÇÕES HISTÓRICAS ÀS ABORDAGENS SÓCIO-ANTROPOLÓGICAS: OS DIFERENTES ENFOQUES DA FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Os estudos sobre a família perpassaram não somente a História e momentos históricos pontuais, mas também análises que pensadores importantes tiveram sobre ela nesses momentos. Não há como descolar essas noções ao se estudar a família. Para tanto, segue abaixo algumas breves noções importantes para a conformação teórica do presente estudo.

4.1 De Durkheim ao Funcionalismo Estrutural: Breves Discussões sobre o Modelo Ideal de Família e o Equilíbrio Societal

As contribuições de Émile Durkheim sobre família são oriundas de notas por último curso de sociologia da família ministrado em Bordeaux em 1892. Conforme discute profundamente Singly (2007), tais notas foram organizadas por Marcel Mauss e publicadas apenas em 1921 na *Revue Philosophique*. Analisando a obra de Durkheim, Singly (2007) trás a tona quatro perspectivas que afloram e fundamentam, ainda, discussões atuais.

A primeira dessas perspectivas sugere que a família contemporânea é relacional, uma vez que a qualidade das relações entre os membros da família tem se tornado, paulatinamente, o enredo desse compartilhar a intimidade, com separação progressiva e latente do espaço público e do privado. Singly (2007) reforça essa problematização em uma característica apontada por Durkheim quando afirma que:

[...] nós só estamos ligados a nossa família porque somos ligados à pessoa do nosso pai, da nossa mãe, da nossa mulher, dos nossos filhos. Já foi o tempo que os laços que derivavam das coisas primavam sobre aqueles entre as pessoas, tempo em que toda a organização familiar tinha por principal objetivo manter, na família, os bens domésticos, e onde todas as considerações pessoais pareciam secundárias ao lado daqueles (DURKHEIM, 1921 *apud* SINGLY, 2007).

Em sua segunda premissa, a que aponta a Família Contemporânea como sendo privada e, ao mesmo tempo, pública, Durkheim defende que a família reivindica e concretiza uma autonomização em relação à parentela, à vizinhança e ao resto da sociedade. Apontando os seus holofotes para as pessoas, agarra-se às teias do Estado que garante algumas condições

básicas para o seu funcionamento. Vale salientar, ainda, que essa dimensão privada da família se dá a partir da Revolução Industrial, na qual o mundo do trabalho desagrega-se do mundo da familiar e passa a impor significativas mudanças na forma como os componentes da família relacionam-se entre si (SCAVONE, 1993).

Essa linha de pensamento de Durkheim fica bastante evidente quando ele analisa o sistema de relações que constitui a vida familiar, incluindo o Estado como um desses constituintes. Para ele, os elementos constituintes dessa relação são (DURKHEIM, 1975, p. 12 *apud* SOUTO-MAIOR, 1998, p. 4):

[...] para começar, as pessoas e os bens; depois, entre as pessoas ter-se-ia que levar em consideração, além dos esposos e dos filhos, o grupo geral dos consangüíneos, os ancestrais em todos os graus; isto que resta em uma palavra da antiga *gens* cuja autoridade era antigamente tão poderosa e que, ainda agora, intervém no círculo restrito da família propriamente dita. Há, enfim, o Estado que, ele também, em casos determinados, vem se misturar a vida doméstica e torna-se mesmo todos os dias um fator importante dela. Isto feito, procuraríamos como estes elementos funcionam, isto é, que relações os unem uns com os outros.

O outro foco das discussões Durkheimnianas volta-se para a análise da “Família Contemporânea” como sendo individualista. Singly (2007) começa suas discussões afirmando que as idéias de Durkheim foram criticadas por terem sido incompreendidas ou baseadas em um diagnóstico equivocado. Durkheim acreditava que é contraditório focar-se no sujeito quando se falava de família, isto porque, a família dita nuclear ou restrita, como Singly prefere chamar, existiu em outras sociedades e outras épocas, não sendo, pois, segundo a demografia histórica e a antropologia, uma forma original das sociedades ocidentais.

Outro ponto abordado por Singly (2007) como limitante na perspectiva Durkheimniana refere-se a uma redução no tamanho da família nuclear. Para ele, essa diminuição relaciona-se a um controle da natalidade. Contudo, as análises posteriores de Philippe Ariès (2006) demonstraram não apenas uma redução da mortalidade infantil, mas, também, uma resignificação da criança dentro do contexto familiar, com necessidades ascendentes de personalização e focalização das relações familiares, que serão discutidas posteriormente.

Essa primeira discussão de Durkheim, apontada como “**lei da redução ou emersão progressiva**” torna-se pano de fundo para a elaboração de uma outra: a forma e o funcionamento da família dependem da morfologia da sociedade. Assim, quanto mais amplo se torna o meio social no qual o sujeito está inserido, tão maior será a redução da família e

mais propício será o ambiente para o surgimento de divergências. Como conseqüência mais palpável tem-se a redução do comunismo familiar e o surgimento e fortalecimento do individualismo (SINGLY, 2007).

O último ponto forte nas discussões de Durkheim se refere à carência que a família contemporânea tem de horizonte intergeracional. Segundo Singly (2007), quando Marcel Mauss organizava as notas do curso de Durkheim, ficava claro que esta personalização não seria um evento transitório e que acarretaria, progressivamente, o desaparecimento da herança, como já acontecia em algumas categorias profissionais em que a impossibilidade de transmissão intergeracional já era uma realidade. Durkheim acreditava que a herança, nos moldes como era posta, impossibilitava um desnivelamento das desigualdades exteriores. Para ele, uma vez corrigidas essas “desigualdades externas”, restariam apenas aquelas de cunho social que estaria diretamente relacionadas ao valor que cada indivíduo possui.

As discussões de Durkheim acabaram sendo ponto de partida para outros debates e formulações de correntes de pensamento importantes décadas depois. Dentro dessas perspectivas teóricas o **funcionalismo** é o que se relaciona mais intrinsecamente com as posturas de Durkheim. Para o funcionalismo, a sociedade é um conjunto formado por instituições sociais que buscam, essencialmente, continuidade e consenso e, cada uma dessas instituições, possui papéis específicos. Uma dessas instituições é a família, sobretudo o modelo nuclear, que ganhou espaço na perspectiva funcionalista que considera que, uma vez que a família perdeu a função de unidade de produção econômica após a industrialização, centrou-se na reprodução, na educação infanto-juvenil e na socialização (GIDDENS, 2005).

Por sua vez, Charbonneau (1990, p. 25) descreve bem o papel da família dentro do positivismo:

Tal como foi concebido pela sociologia positivista, a família era sempre definida como a *célula básica da sociedade* (grifo do autor). A definição chegou a tornar-se clássica, enfeitando a gradiloqüência dos discursos de políticos e moralistas, dos princípios do século XX. A unidade familiar não era considerada em si mesma, nem concebida como o lugar principal das relações humanas mais importantes. A primazia era possuída pelo estado, do qual ela era senão o primeiro elemento e do qual ela assegurava a estabilidade, o desenvolvimento e a promoção, uma vez que a muralha inicial do civismo era o centro doméstico.

Giddens (2005) defende que para Talcott Parsons a família possui duas funções básicas. Na primeira delas, intitulada de **socialização primária**, o foco é a criança e seus primeiros anos de vida, discutindo o processo de aprendizagem das normas culturais da

sociedade na qual esta ela está inserida. A segunda, chamada de **estabilização da personalidade**, centra-se nas funções da família para dar o suporte emocional necessário aos seus componentes durante a fase adulta. Dessa forma, a família nuclear possui nos discursos parsonianos todos os elementos necessários para estruturar os indivíduos e torná-los aptos para lidar com as demandas da sociedade industrial, já que na família dita convencional, os papéis de cada ator são especializados e todos assumem funções específicas, a exemplo do “marido provedor”, com função instrumental e a “mulher doméstica”, nas funções afetiva e emocional, como discute Giddens (2005).

Nas últimas décadas, Parsons e o funcionalismo estrutural vêm sofrendo severas críticas de alguns teóricos mais contemporâneos, por considerarem natural e incontroversa essa divisão das atividades domésticas, embora, do ponto de vista Histórico, eles tenha acontecido em alguns momentos e algumas civilizações e possua traços muito fortes nas discussões de gênero por se perpetuarem, em muitos aspectos, nos dias de hoje. Giddens (2005) acredita que aceitar essa fragmentação é desconsiderar as outras configurações familiares tão presentes em nosso momento histórico, bem como negligenciar a importância e as funções de outras instituições sociais, a exemplo do Estado, da mídia e das escolas.

4.2 K. Marx, F. Engels, Capitalismo e Família

Contra-pondo-se e sucedendo essa visão positivista que teve em Durkheim seu precursor e perpetuou-se nas discussões do funcionalismo estrutural, sobretudo, nas teses de Talcott Parsons, têm-se as proposições de Marx, “[...] que tantos sociólogos adotam com fervor” e que, “[...] não deixa de conter certa verdade, apesar de, quando levada ao extremo, ser deformante [...]”, como pontua Charbonneau (1990, p. 26).

No marxismo, a família é posta como uma entidade econômica primordial. Em passagens de textos produzidos por Engles, fica claro que a visão marxista vem adornada de uma objetividade psico-social, como define Charbonneau (1990), objetividade esta que fundamenta uma das teses mais importantes da dialética marxista: tanto a forma quanto as funções relacionadas ou desempenhadas pela família acabam transformando-a tanto no reflexo quanto no produto das leis da economia, de forma tal que os seus acabam se tornando produtores e consumidores concomitantemente.

Essa teoria pode ser observada em passagens de Engles que afirmam que:

Segundo a concepção materialista, o fator determinante na História é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas a produção, por sua vez, é de dupla natureza. De um lado, a produção dos meios de existência, de gêneros alimentícios, de roupa, de moradia e dos instrumentos necessários para produzir isso tudo; por outro lado, produção do homem mesmo e propagação da espécie. As instituições sociais sob as quais vivem os homens de uma determinada época histórica e de um determinado país são condicionadas por essas duas espécies de produção; pelo estágio de desenvolvimento em que se encontram, de um lado, o trabalho e, do outro, a família (ENGELS, 1964 *apud* Charbonneau, 1990, p. 26).

Charbonneau (1990) insiste nessa teorização e afirma que essa família seguirá seu curso paralelo ao capitalismo de forma tal que, se o capitalismo cair ou se transformar, esse modelo familiar esfacela-se ou se modifica, respectivamente, na mesma proporção, transformando essa célula econômica doméstica. Traçando-se um paralelo com o **Manifesto do Partido Comunista** percebe-se, de forma clara, como Marx e Engels posicionavam-se: “A família burguesa desaparece naturalmente com o desaparecimento do seu corolário e uma e outra desaparecerão com o desaparecimento do capital” (MARX; ENGELS, 1960 *apud* Charbonneau, 1990, p. 26).

É importante ressaltar a análise de Charbonneau, haja vista que comumente, leituras mais superficiais de o Manifesto do Partido Comunista podem dar a entender que Marx e Engels propunham a destruição da família. Sobre isso, Saffioti (1973, p. 73) afirma:

Ao contrário do que frequentemente se afirmar, Marx não propõe a destruição da família. Denuncia a incompatibilidade entre a família que se observa e o trabalho da mulher fora do lar. Deplora as conseqüências que a dura existência da mulher trabalhadora encerra para a educação dos filhos, para a autoridade dos pais, para a moralidade da família. [...] O que Marx julga deletério, quer para os filhos, quer para os pais é a destruição da família sem que uma nova forma de estrutura familiar venha substituí-la.

Utilizando-se de uma afirmativa de Simone de Beauvoir (1970 *apud* Charbonneau, 1990, p. 26) pode-se perceber o quanto, mesmo em dias mais atuais, essa posição se permanece: “[...] a família é a base do capitalismo ao mesmo tempo que o reino onde se expande o individualismo”, e o quanto considerá-la integralmente pode ser perigoso. Charbonneau (1990) defende que, ao contrário do que previu Marx, o capitalismo não só não morreu e não se decompôs, como vem se tornando, com o passar das décadas, ainda mais vigoroso, transformando-se e adaptando-se para se perpetuar. Obviamente, não há como negar que a família acaba por transformar-se, também, dentro desse processo e, mesmo que a função

produtora e consumidora dada a família no surgimento do capitalismo original (paleocapitalismo ou Fruhkapitalismus) tenha se tornado ultrapassada, uma nova roupagem surge ligada a uma economia de massa. A família de antes não possui mais seu lugar como outrora possuiu e “[...] perdeu a importância econômica e, se deve sobreviver, será encontrando para si outro papel” (Charbonneau, 1990, p. 27).

4.3 P. Ariès e a sua História Social da Criança e da Família

Em a “História Social da Criança e da Família”, Philippe Ariès elabora um dos mais completos estudos sobre a História Social da Família produzidos no mundo. Apreciado por muitos pela homogeneidade e resgate de informações sobre a temática, a obra possui também seus críticos ferrenhos que consideram que ela perde em densidade por não considerar os aspectos antropológicos e sociológicos em sua análise, que poderiam produzir um pano de fundo importante nas discussões históricas abordadas pelo autor.

Críticas à parte, Philippe Ariès inicia suas discussões com a elaborada construção iconográfica debruçando-se sobre os lugares que a família passa a assumir entre os séculos XVI e XVII na vida sentimental. É nessa época que, possivelmente, as relações e atitudes da família para com a criança passam a se modificar. Para Ariès (2006), esse é o ponto exato em que as mais profundas e importantes transformações familiares acontecem. Era muito comum as famílias inglesas (até o século XV) enviavam seus filhos, com ou sem contrato, para morar com outras famílias quando completavam 07 a 09 anos, para servirem de aprendizes nesse novo lugar onde viveriam.

Nas casas desses estranhos, as crianças eram obrigadas a fazer serviços domésticos como servir à mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre, como Ariès descreve em sua obra a partir das transcrições de obras de outros autores escritas nos séculos XII e XV. A criança serviria seu mestre até completar 14 a 18 anos e deveria aprender as maneiras de um cavaleiro ou um ofício.

O fato é que a educação das crianças tinha por base a inserção destas no seio de outra família, a realização de atividades domésticas ou a aprendizagem de um ofício, mas, tudo isso era feito de forma desagregada da escola que ficava restrita, apenas, aos clérigos e aos latinófonos. Dessa forma, surgem discussões sobre um possível desapego das famílias dessa

época para com seus filhos que, muitas vezes, ao término da idade prevista, nem sempre retornavam para sua família de origem. Sobre isso, Ariès descreve a família dessa época como:

[...] uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Nos casos das famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a 'casa' (grifo do autor) dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa, eram vagabundos sem eira e nem beira, verdadeiros mendigos. Nos mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (ARIÈS, 2006, p. 158).

É só a partir do século XV que os sentimentos da família começam a se modificar e o fato atribuído a esta mudança é a inserção da escola na educação da criança, que deixou de ser exclusiva dos clérigos e passou a fazer parte tanto da iniciação social quanto desse período de transição da infância para a idade adulta. Ariès descreve bem essa mudança afirmando que:

[...] essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas ela correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. [...] O laço entre o escolar e sua família se estreitara. [...] O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola (ARIÈS, 2006, p. 159).

Embora esse tenha sido um divisor de águas, o fato é que essa inserção da criança na escola não seu deu, grosso modo, de maneira imediata e de forma homogênia em todas as camadas populacionais e para meninos e meninas. Para elas, a educação oriunda da convivência com outras famílias permaneceu, ainda, em muitas localidades e por muitos anos, e a vida escolar só começa a fazer parte de seus cotidianos a partir do final do século XVIII e início do século XIX.

Paralelamente a essa transformação surgem novos problemas morais da família. O principal deles acabou sendo a transmissão da herança da família para um único filho da linhagem, normalmente o primogênito, costume que perdurou do final da Idade Média até meados do século XVII. Em muitos textos transcritos e analisados por Ariès em sua obra, fica

evidente que, paulatinamente, esse costume passa a ser criticado. Muitos acreditavam que os pais até poderiam ter predileção por um ou mais filhos, mas esta não deveria ser nítida a ponto de deixar que os outros filhos percebessem.

Dessa forma, ficava claro que não apenas a transmissão passa a ser repudiada, mas também, as formas utilizadas para impedir os outros filhos de disputar, em pé de igualdade, os bens da família ou outros bens, como por exemplo, o impedimento de vantagens que pudesse garantir aos filhos mais jovens empregos semelhantes aos que o primogênito poderia possuir, o encarceramento dos demais filhos em conventos sem que os mesmos tivessem aptidão ou mesmo o desejo de ingressar na vida religiosa.

A principal importância desse longo processo histórico está, sobremaneira, nos desdobramentos que causou: desse sentimento surge a igualdade no código civil. Muitas tentativas de restabelecer o direito de transmissão para o primogênito acabaram tendo insucesso graças ao repúdio da opinião pública, mesmo que os defensores da transmissão esbravejassem que estirpá-la dos costumes da sociedade fosse um passo importante para que o fim da família se consumasse. Sobre essa mudança, Ariès comenta que:

[...] esse respeito pela igualdade entre os filhos de uma família é uma prova de um movimento gradual da família-casa em direção à família sentimental moderna. Tendia-se agora a atribuir à afeição dos pais e dos filhos, sem dúvida tão antiga quanto o próprio mundo, um valor novo: passou-se a basear na afeição toda a realidade familiar (ARIÈS, 2006, p. 162).

Para exemplificar esse progresso afetivo, Ariès utiliza-se de passagens históricas que abordam, por exemplo, a relação com as amas. Há relatos de que, a partir do século XVII as mulheres do meio social urbano entregavam seus filhos para amas de “aldeias vizinhas” (grifo do autor), embora já houvesse um movimento oriundo de educadores moralistas datado de antes de Rousseau que recomendava que as crianças fossem amamentadas por suas mães. Para as famílias pobres, contudo, na impossibilidade de a mãe amamentar por falta de leite, restava utilizar-se de outras vias como, por exemplo, o leite de vaca, mesmo que o processo de ordenha do leite do animal fosse feito sem as mínimas condições de higiene e houvesse uma inadequação dos recipientes utilizados para administrar o leite para as crianças.

É só a partir do século XIX que essa postura parece se modificar e Áries (2006) atribui isso às mudanças no processo de higienização e assepsia no manejo do leite animal. Paralelamente, outra mudança importante aconteceu: a retirada da criança do seio de sua família para outra aldeia fora substituída pelo deslocamento da ama de sua casa para morar na

casa da família na qual houvesse uma criança precisando de seu leite. Essa recusa da família de se separar de seus filhos é um outro fenômeno determinante desse momento de mudanças nas relações familiares e pode ser comparada, como postula Ariès (2006), a substituição do internato pelo externato. Em um outra de suas análises, Ariès (2006, p. 164) é taxativo:

A História aqui esboçada, sob um certo ponto de vista, surge como a emersão da família moderna acima de outras formas de relações humanas que prejudicavam seu desenvolvimento. Quanto mais o homem vive na rua ou no meio da comunidade de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito e menor é o lugar da família em sua sensibilidade. Ao contrário, se as relações de trabalho, de vizinhança, de parentesco pesam menos em sua consciência, se elas deixam de aliená-lo, o sentimento familiar substitui os outros sentimento de fidelidade, de serviço, e tornam-se preponderante ou, às vezes, exclusivo. Os progressos dos sentimentos da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo.

Esse entendimento esboça o quão foi laboriosa, do ponto de vista dos eventos históricos, essa formação da família. Foi necessário o surgimento da escola e as mudanças determinadas por ela nas relações com a criança para que este processo de “sentimentalização” (grifo nosso) das relações familiares tomasse corpo. Daí por diante, mais precisamente a partir do século XVII, se observa o que Ariès (2006, p. 164) chama de “[...] um equilíbrio entre forças centrífugas – ou sociais – e centrípetas – ou familiares [...]”.

Embora todo um movimento de resignificação das relações e sentimentos da família tenha emergido, as forças ditas centrífugas iniciam um movimento contrário a essa idéia, com fortalecimento da sociabilidade compacta. Isso se deu, sobretudo, pelas características próprias da sociedade francesa durante as épocas de Richilieu e Luís XV em que era formada por grupos pequenos unidos aos grupos maiores, formando uma clientela hierarquizada, uma rede de contatos hierarquizados, sensoriais. Dessa forma, não existia uma divisão do que era a vida profissional, a vida privada e a vida social.

A inter-relação entre a vida social e as pessoas é algo digno de nota na obra de Ariès (2006). Havia muitas restrições nos assuntos que podiam ser debatidos quando da reunião de indivíduos em algum evento social e, dentre os assuntos que deveriam ser evitados, estava a família e as vivência domésticas. Vale salientar que a comunicação adequada era muito mais proveniente da prática do que pela aprendizagem na escola, e a escrita tinha pouca ou nenhuma utilidade no dia-a-dia da maior parte da população. Embora a escola tivesse crescido e se destacado como ponto importante no estreitamente das relações familiares, a educação

pública era criticada por muitos porque se acreditava que ela ficava aos cuidados de pedantes, além de possuir uma disciplina escolar bastante severa.

Na escola, a criança era obrigada a conviver com outras crianças e, portanto, tinha mais acesso a brincadeiras e comportamentos infantis, o que prejudicava o processo de amadurecimento delas pela ausência de contato com os adultos, ou seja, como frisa Ariès (2006), a criança era retirada do seu meio social. Somando-se a isso, acreditava-se que a criança necessitava aprender a forma correta para agir quando estivesse em sociedade, bem como nos estudos e, “[...] isso ela não pode aprender num lugar em que as pessoas pensam mais em viver com os mortos do que com os vivos, ou seja, mais com os livros do que os homens.” (DEGRENAILLE, 1642 *apud* ARIÈS, 2006, p. 167).

É, nesse momento, entre os séculos XVI e XVII, que se intensificam as discussões e a educação através do mundo. Muitos manuais, tratados e documentos são produzidos com o intuito de catalogar as formas corretas de se portar à mesa, de falar corretamente, de cumprimentar, dentre outros, destinados às crianças e aos jovens. Em outros tratados de civilidade eram abordadas as regras de moral comuns a todos, as artes de amar e agradar, as normas da cortesia, as formas corretas de se vestir, de se pentear. A elaboração desses manuais continuou até o século XVIII, com algumas obras fazendo bastante sucesso. Sobre isso, Ariès (2006, p. 173) comenta que:

[...] é uma prova da importância que se atribuía a assuntos que hoje se tornaram triviais. Sem dúvida esse livros destinavam-se a uma população rústica e brutal, e a disciplina das boas maneiras era então mais necessárias do que em nossas sociedades atuais, em que as pessoas estão mais submetidas a todos os tipos de autoridades públicas e controles policiais: o Estado tomou o lugar das boas maneiras no treinamento do indivíduo desde a escola até o tráfego das ruas e o serviço militar.

Ainda no início do século XVII as discussões sobre civilidade e seus manuais abrem preceitos para o debate de outras noções essenciais, sobretudo, a ambição e a reputação. Ariès (2006) afirma que a ambição era vista como um valor que deveria servir de trampolim para o crescimento social. O indivíduo não deveria se contentar com sua posição social e almejar ascender sempre. Para conseguir essa ascensão que Ariès (2006) chama de “elevação” (grifo do autor), era necessário ter renome, ter uma reputação, e esses fatores eram muito mais importantes do que competência intelectual e técnica e, até mesmo, mais importantes do que os valores morais, que mesmo tendo sua importância serviam, apenas, para dar a um homem um título de “amável”, “célebre” (grifo do autor), como expõe Ariès.

Um outro ponto importante para a presente discussão é aquele que se refere ao tamanho das famílias e às casas grandes. Uma vez que existiam poucos lugares para encontros sociais (na maior parte das vezes aconteciam em cafés ou em eventos sociais, como festas) e estes faziam parte da vida cotidiana, era preciso que as casas tivessem espaço suficiente para promover esses encontros. Nesses espaços, principalmente durante os séculos XV e XVII na Europa Ocidental, as casas grandes abarcavam famílias compostas por 07, 08 pessoas e, nos casos das famílias ricas, esse número poderia ultrapassar 31 pessoas. Vale salientar, contudo, que estas famílias restringiam-se ao modelo nuclear (ou, como Giddens, 2005, defende, a família restrita), sendo os demais componentes desse número elevado, principalmente nas famílias ricas, no máximo um irmão ou parente próximo, e os demais, criados, empregados, viajantes, caixeiros, aprendizes, dentre outros.

As casas grandes eram compostas por diversos cômodos, dentre os quais podia-se observar vários aposentos com diversas janelas voltadas para a rua, além de outros espaços, como jardim ou pátio. Próximo a essas casas grandes havia casas sempre menores que comportavam um casal e, muitas vezes, alguns de seus filhos menores. Essas casas de menor porte também eram observadas no campo, nas quais, aqueles que possuíam dois cômodos, um era reservado para o abrigo de animais, de forma tal, que ficava difícil se configurar um lar para as famílias nesses espaços. Não tinham, pois, como faz questão de postular Ariès (2006), nenhuma função social, ao contrário das casas grandes como discutido anteriormente.

A relação entre os membros da família e seus criados era, sob certa ótica, bastante estreita, chegando a ficar registrado em alguns trechos de documentos históricos, passagens de desentendimentos e discussões entre patrões e criados e, em outros, a relação de camaradagem entre as crianças e os pequenos lacaios. Ao mesmo tempo, esse excesso de relações sociais fosse com criados, fosse com outras pessoas necessárias à manutenção de uma sociabilidade, dificultava o estreitamento dos laços e sentimentos familiares por não haver intimidade suficiente para essa formação. Contudo, essa exposição excessiva da família pela necessidade de manutenção dessa sociabilidade viria a se modificar, paulatinamente, a partir do século seguinte, ou seja, o século XVIII.

Nasce, portanto, em meados no século XVII, uma tendência de privacidade da família, e isso fica claro já na arquitetura das dependências da casa que passavam a ter corredores de acesso para os cômodos, com menor necessidade de comunicação entre estes para a circulação de pessoas. As camas que outrora poderiam ser vistas em praticamente todos

os cômodos da casa passam a ficar confinadas nos quartos e os criados, por sua vez, ficavam, no mais das vezes, restritos para espaços específicos para eles. As visitas não mais aconteciam a todo instante e sem aviso prévio. Para isso, cartões eram enviados através dos criados ou dos correios. É, nesse momento, que começa a segregação entre “[...] a vida mundana, a vida social e a vida privada: a cada um era determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão” (ARIÈS, 2006, p. 185).

Aos poucos o esboço dessa (nova) família vai se configurando com essas modificações não só dos costumes e da arquitetura das casas, mas, também, com a sua restrição aos pais e filhos e exclusão de criados, amigos, clientes. Os sentimentos para com os entes da família se estreitaram e “[...] a família deixa de ser silenciosa: torna-se tagarela e invadira a correspondência das pessoas, bem como, sem dúvida, suas conversas e preocupações” (ARIÈS, 2006, p. 186). Esse trecho que faz menção às “correspondências” (grifo nosso) é uma alusão aos períodos em que o pai precisa ficar afastado de sua casa e de suas famílias e escreve para eles pedindo que enviem notícias, conforme ilustrado no exemplo do General de Martange escritas à sua mulher entre 1760 e 1780.

Em tais cartas é possível reconhecer, nitidamente, a afetividade com passagens em que Martange pede notícias dos filhos, de sua saúde e de seus comportamentos. Observa-se, também, uma mudança na forma de se dirigir à esposa, que deixa de ser *Madame* (grifo do autor) e passa a ser chamada de *mamãe* (grifo do autor) e outras variações com esta palavra. Da mesma forma, as crianças são designadas por nomes no diminutivo o que, na visão de Ariès (2006, p. 186):

[...] correspondia a uma familiaridade maior, e, sobretudo, a uma necessidade de as pessoas se chamarem de uma forma diferente dos estranhos, de sublimar, por uma espécie de linguagem iniciática a solidariedade dos pais e dos filhos, e a distância que os separava de todos os demais.

O século XVIII também é marcado por uma evolução tímida que se iniciou com os moralistas do século XVII: a igualdade entre os filhos. Isso não se fazia, apenas, porque essa desigualdade passa a ser considerada como uma “injustiça intolerável” (grifo nosso), e nem em função do código civil ou da Revolução que tornaram a primogenitura algo suprimido, mas, sobretudo, porque os costumes impuseram essas mudanças. Citando um trecho de escritos de Fourcassié para Polignac em 1824, Ariès (2006, p. 188) ilustra suas idéias:

Em 20 famílias abastadas [...], mal haverá uma onde se ponha em prática a faculdade de beneficiar o filho mais velho ou qualquer outro. Os laços de subordinação estão de tal forma frouxos em toda parte, que, dentro da família, o pai de vê obrigado a ajudar aos filhos.

O que se pode inferir, a partir do que foi apresentado aqui após uma leitura, breve interpretação e transcrição de algumas passagens da obra de Ariès, ou mesmo para os que em algum momento tiveram ou terão a oportunidade de ler a obra na íntegra, é que a principal contribuição de sua obra é o esboço, com riquezas de detalhes, a partir de análises iconográficas, da conformação das famílias até o século XVIII. A partir de análises de diversos documentos históricos, Ariès revelou pressupostos indispensáveis para o entendimento da família como ela se apresenta hoje (com fortes traços de afetividade marcando a união entre os seus componentes) e mostra que isso é uma evolução que se dá, sobretudo, do final da Idade Média até o final do século XVII. Esse passeio pela História das famílias na Europa, principalmente na França, pode, em parte, servir de base para o entendimento da “formação” das famílias no Brasil, ponto que será discutido nos próximos descritos desse estudo.

4.4 O Processo de “Individualização dos Indivíduos” e suas Repercussões sobre a Família: O Olhar de F. Singly

As mudanças ocorridas na família até o século XVIII, explicitados anteriormente, formam o arcabouço teórico e o ponto de partida para o entendimento da família contemporânea. Não há mais, pois, como pensar em analisá-la com estratégias metodológicas unilaterais. O entendimento perpassa todo um roteiro que passeia pela História e suas descrições da família e do mundo no qual ela está inserida; pela Sociologia e Antropologia, cujos objetivos primordiais são as análises das práticas e comportamentos das famílias, bem como as redes familiares, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tentando arquitetar os vieses epistemológicos e, por fim; pelo Serviço Social e o entendimento da família como questão social, principalmente em países como Brasil, cuja necessidade de ajustamento do foco das Políticas Públicas é discussão emergente.

Ora, como entender os dois extremos dessa realidade senão com a abrangência do olhar e a profundidade da análise? Como explicar, de um lado a redução vertiginosa dos

casamentos e das famílias numerosas e, do outro, o crescimento exponencial de divórcios, concubinatos, famílias chefiadas por mulheres como única provedora ou principal responsável pelo sustento e cuidado dos seus, das famílias recompostas e da redução das taxas de fecundidade? O que mudou na família ideal de Parsons e quem foram os responsáveis por essas mudanças? Como a família deve ser interpretada hoje: um grupo de pessoas unidas por laços de consangüinidade ou pessoas individualizadas e agrupadas que “se mantêm família” por laços de amor?

A grande maioria dos estudos que se debruçam sobre essa discussão são taxativos ao afirmar que as mais impactantes mudanças ocorridas na forma de “ser ou se pertencer família” tiveram como ponto nodal as transformações ocorridas a partir da década de 1970. O modelo ideal de família proposto por Talcott Parsons na “Era de Ouro da Família” (1960) se esfacela quando a mulher sai da tríade composta por tarefas domésticas – esposa – mãe e acrescenta ao seu currículo o mercado de trabalho. Se antes cabia à mulher cuidar integralmente do marido e dos filhos como forma de garantir a felicidade (indi)solúvel da família, o acréscimo de uma atividade que ocuparia parte do seu dia poderia deixar uma lacuna na performance dessa mulher e, paulatinamente, repercutir em sua família (SINGLY, 2000).

Com base nisso surgem veios teórico-metodológicos importantes, como discute Singly (2007, p. 15):

[...] um, que focaliza a análise das relações conjugais, é o primado do casal (F. de Singly e J. - C. Kaufmann); o outro, que considera as relações de parentesco e os laços construídos entre as gerações mais abrangentes do que as relações conjugais, é o primado da parentela (M. Segalen e I. Théry).

Embora as suas linhas de análise pareçam ir por caminhos diferentes, ambas se encontram em um ponto específico: a desinstitucionalização da família. Para Singly (SINGLY, 2007), por exemplo, a família contemporânea possui autonomia em relação à parentela e as relações familiares estão cada vez mais pautadas num processo de psicologização. Dessa forma, para Singly, a família conjugal possui como traços mais marcantes a afeição e a autonomização daqueles que a compõe e é a partir dessas premissas que ela deve ser analisada. Em contrapartida, na perspectiva de Segalen não se pode desconsiderar a abordagem sócio-antropológica e a História como pano de fundo. Em síntese, para Singly, as análises da família devem ser produzidas, primordialmente, com base nos comportamentos conjugais e parentais, bem como, nas relações interpessoais.

Essa discussão tão marcante na trajetória de Singly sobre a “individualização dos indivíduos”, como ele gosta de se referir, não começa nele próprio (enquanto pensador), mas se espalha em sua obra na medida em que seus estudos sobre família avançam. De fato, como ele próprio discute (SINGLY, 2000; SINGLY, 2007) muitas pesquisas européias sobre a temática família já se debruçam sobre o peso que tem as escolhas dos indivíduos, bem como o quanto os sentimentos nutridos pelos membros da família são importantes para a manutenção da coesão familiar.

O próprio Singly (2000) acredita que é nesse espaço da vida privada, espaço esse em que “circula o amor” (grifo nosso), que muitos indivíduos se apóiam para construir suas identidades e a família acaba tendo como função consolidar esse “eu” dos indivíduos. Contudo, é importante frisar que o termo *individualização* proposto por Singly não deve ser lido no sentido de isolamento deste indivíduo dos que o circundam, pois o processo de reconhecimento e afirmação do “eu” requer, necessariamente, o feedback dado pelas pessoas por quem esse indivíduo nutre carinho e respeito, isto é, pessoas que são importantes para a sua vida.

Para acompanhar essas transformações, a família precisou mudar. E, contrariamente, ao que muitos estudiosos acreditam essas mudanças não se iniciaram no final da década de 60, embora Singly (2000) deixe claro que as modificações ocorridas nessa época fazem parte dessas transformações. Esse é o momento em que os indivíduos começam a reivindicar sua autonomia, sem abdicar do desejo de permanecer vivendo junto aos seus. Contudo, é do início do século XX até a década de 60 que essas noções de amor e afeição entre os membros componentes do grupo familiar são construídas. A família é um grupo e, como tal, regido não apenas por sentimentos, mas também por obrigações, dentre as quais os adultos ocupam-se de cuidar, educar, nutrir as crianças e estas, por sua vez, “devem” a seus pais respeito e compromisso com as atividades escolares, dentre outros.

Para definir melhor essas noções, Singly (2000) descreve a família desse período (Família Moderna 1) como um grupo formado por pai, mãe e filhos, cuja função do pai é trabalhar para prover os seus enquanto a mãe volta-se para as atividades domésticas, o cuidado dos filhos e do marido como forma de garantir a felicidade da vida em família. Em outras palavras, a família ideal de Talcott Parsons que vê no casamento uma forma de viabilizar esses objetivos. Por sua vez, a família contemporânea, também denominada de Moderna 2, preserva muitas das características essenciais da primeira, mas se distancia em muitos outros.

As famílias atuais [...] não estão em ruptura completa com a família moderna 1, na medida em que a lógica do amor se impôs ainda mais: os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem; os pais devem ainda dar mais atenção aos seus filhos. A ‘família moderna 2’ se distingue da precedente pelo peso maior dado ao processo de individualização. O elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que a compõe. A família se transforma num espaço privado a serviço dos indivíduos (SINGLY, 2000, p. 15).

É marcante, pois, que a família precise, nesses termos, abarcar esse indivíduo com suas vontades, desejos, sonhos de ter sua autonomia, liberdade, capacidade e poder de decidir por si, mas, ao mesmo tempo, de permanecer ligados aos seus dentro dessa lógica que alia os laços de parentesco à vontade de estar, “de ser” aquela família. Em uma passagem esclarecedora em uma de suas obras, Singly (2000, p. 15) finaliza suas noções sobre essa família contemporânea e seus componentes individualizados:

Essa família ‘moderna 2’ compõe com a individualização. Sua permanência se dá a esse preço, sua instabilidade também. Por isso, paradoxalmente, a família pode parecer frágil e forte: frágil, pois poucos casais conhecem antecipadamente a duração de sua existência, e forte porque a vida privada com uma ou várias pessoas próximas é desejada pela maioria das pessoas (sob certas condições, ou seja, se a família não é percebida como sufocante). A família deve ser designada, para nós, pelo termo ‘relacional e individualista’. É nessa tensão entre esses dois pólos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas.

Na obra de Singly, a linha de raciocínio que vai sendo construída é a do descolamento do indivíduo da sua família enquanto necessidade imposta pelos laços consangüíneos. Ele não nega a importância da família como célula geradora de indivíduos estáveis, como um suporte emocional e financeiro, mas demonstra que cada vez mais essa relação se dá por ligações afetivas, pelo desejo do outro em ser e permanecer enquanto membro daquela unidade. O indivíduo passa a determinar quando ir e vir dentro da sua família, as formas de relações possíveis e a ser ator dos diálogos necessários à manutenção das relações familiares. Não é o todo mais o foco, é o indivíduo.

5. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DA MULHER NO BRASIL

Embora com muitas convergências e divergências quanto aos aspectos históricos que norteiam e os métodos de análise mais adequados para estudá-la, em dois pontos os

pesquisadores possuem uma opinião consensual. A primeira é que família é, de fato, uma das principais mediadoras das relações entre os indivíduos e a sociedade e inclusa numa via de mão dupla na díade influenciar / ser influenciada por condições econômicas, culturais, sociais e demográficas. A segunda remonta à discussão do modelo patriarcal e dos entraves postos e sua aceitação como modelo único e representativo da família brasileira no período colonial e no Império (TERUYA, 2000).

Sobre isso, os estudos mais contemporâneos sobre a família brasileira iniciam seus ensaios com fortes críticas. É sabido e amplamente divulgado que os principais responsáveis pela literatura que aborda a temática da família no Brasil são Gilberto Freyre, sobretudo em sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933), Oliveira Viana, em *Populações Meridionais do Brasil*, datado de 1920, Antonio Candido, com “*The Brazilian Family*” (1951) e, em menos proporção, Sérgio Buarque de Holanda, por sua obra *Raízes do Brasil*, de 1936. Particularmente no caso de Gilberto Freyre, a crítica se centra no modelo de família patriarcal difundido em sua obra. Alguns autores sugerem que seus escritos são considerados ponto demarcatório para a aceitação desse modelo de família como o vigente em todo o período colonial (TERUYA, 2000; SOUZA; BOTELHO, 2001; SAMARA, 2002).

Souza e Botelho (2001) tecem comentários instigantes sobre o tema. Com relação à Gilberto Freyre, por exemplo, os autores discutem a exclusividade da família patriarcal como configuração familiar vigente ao longo de todo o período colonial. Para eles, esse tipo de família predominou, sobretudo, nos locais onde eram implantadas as grandes unidades agrárias da época, tais como os engenhos, as fazendas de café, dentre outros. As relações eram estabelecidas entre brancos e negros, tendo como centro o senhor do engenho e a mulher como coadjuvante, restrita à casa e a senzala. Essas características, contudo, foram pontuais (zona açucareira do Nordeste) e em determinado espaço de tempo no período colonial, que se estendeu do século XVI ao século XIX, mas centrais e fundamentais, como reconhece o próprio Gilberto Freyre.

Samara (2002) faz inferências bastante semelhantes ao exposto na discussão de Souza e Botelho (2001). Em seus discursos repetidamente se observa que a família patriarcal, extensa, não predominou em todo o Brasil como ficou historicamente marcado nas análises da obra de Gilberto Freyre e na reprodução desse padrão na literatura brasileira durante décadas. Sua obra sugere uma família de menor porte, com um número reduzido de membros. Para ela,

esse reconhecer essa realidade é fundamental e parte do princípio elementar para se discutir a família brasileira contemporânea.

Um grande crítico das posições Freyrianas é Sérgio Buarque de Holanda. Ambos publicaram no mesmo ano, 1936, duas obras que dialogam entre si, com convergências e divergências: *Sobrados e Mocambos* e *Raízes do Brasil*, respectivamente. Mais tarde, em *Sobrados e Mocambos* (1996), datada de 1939, Freyre faz uma construção no sentido de ilustrar a decadência do patriarcalismo brasileiro e a transição para o individualismo, com crescimento da urbanização e os desdobramentos que isso causou na família, além de outros aspectos não relevantes aqui nessa discussão. As Casas Grandes e as Senzalas da zona rural vão dando espaço aos sobrados e mocambos ilustrados com riqueza de detalhes nessa obra, demarcado ainda mais as diferenças raciais/étnicas e o afastamento e não rupturas nos diferentes grupos formadores da sociedade.

Retomando, contudo, os entraves entre Holanda e Freyre, observa-se que o primeiro ponto de divergências entre eles se faz na interpretação da relação tempo e espaço. De acordo com Bastos (2005), para Freyre a tese do tempo tríplice (relação entre passado, presente e futuro) e a importância do intra-histórico demonstram como as divergências entre as regiões do país e o poder que alguns atores possuem em atravessar o tempo para atuar na organização da sociedade, estabelecendo as relações entre tradição e modernidade na formação brasileira.

Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda resgata as formas de sociabilidades que têm suas raízes no passado e tenta compreender como elas atuam no presente na formação da sociedade brasileira, levando em consideração diversos aspectos que a permeiam, como as formas de vida social, de instituições e de mentalidades, assumindo claramente uma postura de que as mudanças ocorridas na sociedade se fizeram à custa das transformações políticas ocorridas no Brasil a partir de 1930, demonstrando como a centralização administrativa alterou os locais nos quais os grupos de poder local e regional se inseriam (BASTOS, 2005).

Outro ponto identificado por Bastos (2005) é a forma como Freyre e Holanda defendem suas teses nas reedições de suas obras, sempre respondendo ao outro (Holanda, em sua segunda edição de *Raízes do Brasil* analisa a primeira edição de *Sobrados e Mocambos*. Por sua vez, Freyre responde às críticas de Holanda na segunda edição de *Sobrados e Mocambos*). O primeiro ponto do entrave baseia-se nas críticas de Holanda sobre a impossibilidade de a explicação culturalista de Freyre, que se baseia-se na tríade

patriarcalismo, interpretação de etnias e cultura e o trópico, dar conta da formação da sociedade brasileira. Sobre isso Holanda (1979, p. 102 *apud* BASTOS, 2005, p. 21) comenta:

Gilberto Freyre volta a um tema que, desde 1933, pelo menos, vem acompanhando de perto seus estudos históricos e sociais: o da formação do Brasil em torno do regime de economia patriarcal. Essa unidade estaria sujeita a um mesmo denominador comum [...].

Para Holanda, Freyre pretendia que suas análises realizadas na sociedade nordestina pudessem ser transpostas para todo o país, já que considerava a família patriarcal a constituinte da unidade orgânica fundamental da formação da sociedade brasileira. Freyre, embora afirmasse que sua teoria dá maior importância à forma sociológica dos acontecimentos e dos fatos, do que o conteúdo ou a substância dos mesmos, ainda sim é rebatido por Holanda que defende que as noções de forma e o conteúdo utilizados por Freyre possuem suas bases calcadas em Simmel e um caráter eminentemente metafórico. Para Bastos (2005), a postura de Holanda não é meramente uma crítica metodológica, já que centra-se nos fundamentos teóricos da análise, concluindo isso com base em afirmações de Freyre:

Por onde se vê o que o familismo ou o personalismo decorrente do sistema patriarcal inundou, no Brasil, espaços imensos [...] Com ou sem favor do Estado e da Igreja – com os quais entrou mais de uma vez em conflito – esse sistema foi o mais constante e a mais generalizada predominância de poder ou de influência [...] em nossa formação. Diferenças de intensidade, mas não de qualidade de influência. Diferenças de conteúdo mas não de forma de domínio social. A nós, parece, hoje, evidente – depois de estudos longos da formação brasileira – que o Brasil teve no complexo ou sistema patriarcal, ou tutelar, de família, de economia, de organização social, na forma patriarcal de habitação, seu principal elemento sociológico de unidade (FREIRE, 1981, p. lxxiv-lxxiv *apud* BASTOS, 2005, p. 22-23).

Para Freyre, portanto, o patriarcalismo é o responsável pela manutenção da unidade nacional e das formas sociais que garantem a organicidade da sociedade, atravessando não apenas as regiões do Brasil, mas o tempo, segundo Bastos (2005, p. 23), como pode ser ilustrado na citação que se segue abaixo. Essa postura que vai de encontro às formulações de Holanda em *Raízes do Brasil*, que defende, veementemente, a fraqueza da organização brasileira, que possui suas bases fundamentadas no personalismo de origem ibérica e que reafirma que as proposições de Freyre de tentar transpor para todo país as interpretações transregionais de seus estudos:

A família, sob a forma patriarcal, ou tutelar, tem sido no Brasil, uma dessas ‘grandes forças permanentes’. Em torno dela é que os principais acontecimentos giraram

durante quatro séculos [...] Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal. O personalismo do brasileiro vem da sua formação patriarcal, ao mesmo tempo que cristã [...]; e dificilmente desaparecerá de qualquer de nós (FREIRE, 1981, p. xc *apud* BASTOS, 2005, p. 24).

É possível que os autores que discutem o tema refiram-se muito mais a uma leitura enviesada dos clássicos quando fazem determinadas análises, como a obra de Gilberto Freyre, do que propriamente, de um erro em suas composições. O modelo patriarcal aconteceu, mas não como modelo exclusivo no país inteiro, nem tampouco em toda a era colonial e durante o Império. Em que pesem as análises de outros autores, ao se aprofundar na obra de Freyre *in loco*, em Casa Grande e Senzala (1992), principalmente, escrita em 1933, percebe-se que o modelo patriarcal de família explorado pelo autor é claramente uma descrição da tipologia de família extensa que ocupava as grandes zonas produtoras, sem a pretensão direta ou indireta dele de transpor essa imagem familiar para todas as outras regiões do país, embora ela possa ter acontecido em outras regiões do país.

Sobre essa opinião, Brandão (2009, p. 2) completa afirmando que:

O desenvolvimento da pesquisa sobre a vigência e a força das bases patriarcais nos diferentes espaços sociais do Brasil levou à identificação de outros tipos de famílias não contemplados até então pelos estudiosos. Este fato gerou um debate historiográfico, a partir da década de 1970, sobre a relação entre patriarcalismo e o modelo de família extensa na sociedade brasileira. [...] Parte, portanto, de Gilberto Freyre a idéia difundida na historiografia de que a família teve muita importância nas relações econômicas, sociais e políticas na sociedade escravista no Brasil. Que na formação da mesma, a família foi ponto de partida ou o fim da ordem que foi sendo construída. Neste sentido, a família que tanto podia ser, ou não, a consanguínea definia tanto os aspectos cotidianos como as questões relativas ao público e ao privado.

Ainda nessa linha de discussão, Souza e Botelho (2001) discutem que em diversos trabalhos de pesquisadores de outras regiões do país, ficam claros modelos e formas de organização familiar diferentes das que Freyre relata em Casa Grande e Senzala, bem como muitas diferenças estabelecidas nas relações entre os sexos e na disparidade entre a norma e a prática social. Os questionamentos continuam com dúvidas sobre se esse modelo patriarcal, composto por famílias abrangentes realmente existiu em locais como a Bahia e Pernambuco e os modelos encontrados em locais como São Paulo. Traçando-se uma comparação, os autores inferem as seguintes características (SOUZA; BOTELHO, 2001, p. 420):

Ainda que o patriarcalismo caracterizasse ambos os tipos sociais, são citadas algumas diferenças. No Nordeste, latifúndio, mais particularismo, mais feudalismo, fazendas maiores, patriarcas mais poderosos, proles mais numerosas, famílias maiores, mais cabedais concentrados e escravaria mais vultosa. No planalto paulista, a pequena propriedade, mais comunitarismo, mais clanismo, núcleos mais numerosos e de menor vulto nas proporções, patriarcas menos opulentos, ainda que mais numerosos. Havia semelhanças ligeiras proporcionadas pela cultura do café. Mas antes, faz questão de ressaltar, “tudo era diferente” em São Paulo, onde “não havia ainda monocultura especializada”. Não havia latifúndios. Não havia escravidão africana. Não havia opulência. O regime sociológico era o comunitarismo das bandeiras e os núcleos patriarcais, por não haver o latifúndio, se aglomeravam na pequena propriedade banindo o isolamento, e cultivando maior sociabilidade nos vilarejos satélites de Piratininga.

Tais semelhanças e diferenças também são encontradas na obra de Cassiano Ricardo (1959) citado por Souza e Botelho (2001, p. 424):

Essa é a parte do Brasil colonial que Cassiano Ricardo compara à sociedade da casa-grande, apoiando-se na sociologia do Nordeste de Gilberto Freyre. Um dos projetos centrais de *Marcha para oeste* é, pois, apontar semelhanças (o patriarcalismo, a família cristã, a mestiçagem, o escravocratismo) e defender as diferenças radicais entre os dois sistemas de vida. Sintetizando os contrastes: monocultura no Nordeste, policultura no Planalto; sedentarismo do latifúndio, mobilidade da bandeira; a casa de pedra e cal do engenho, a taipa e a palha da residência do bandeirante. Portanto, se “a casa-grande era o centro, a representação, o sistema de vida da sociedade do Nordeste, a bandeira vinha a ser o instrumento, a representação e a técnica de outro sistema de vida, que era o do Planalto. A *Marcha para oeste* defende a influência da bandeira na fixação do “sentido americano de nossa formação social, em contraposição ao sentido ‘português, pé-de-boi’ da casagrande, característica do Nordeste, entrosada no capitalismo europeu.

Parece que o ponto-chave nas discussões sobre os modelos da família brasileira a economia política no regime de família patriarcal. Até o século XVII, o padrão descrito por Freyre era bastante comum em áreas da região do nordeste brasileiro, em face do cultivo da cana de açúcar, que demandava grande mão de obra e concentração de poder nas mãos do senhor de engenho pertencente à uma família numerosa. A partir desse século, com a corrida pelo ouro, o centro da economia no país desloca-se para a região sul. O que se observa, a partir de então, é uma mistura de raças, com índices elevados de concubinato, de mulheres agregando atividades que extrapolavam os muros de suas casas e passando a chefiar famílias (SAMARA, 2002).

Samara (2002) ainda demonstra que a partir do século XVIII, com o forte crescimento dos núcleos urbanos na região sul do país e a necessidade crescente de trabalhadores (escravos) nas minas, a mão-de-obra que propulsava os engenhos de cana

paulistanos era pequena, sendo necessário aceitar lavradores pobres e suas famílias para realizar o trabalho existente. Concomitantemente, o comércio começava a se expandir e isso abriu diversas frentes de trabalho que passaram a ser ocupado por mulheres, o que, sem dúvida, modificou não apenas a organização da casa e das famílias, mas também, as relações de gênero.

Visualizar esse processo significa entender que, apesar do menosprezo que existia com relação à produção e o comércio dos gêneros alimentícios, a economia mercantil implantada na colônia necessitava de suporte interno, com a criação de pólos regionais. E, do mesmo modo é importante ressaltar que hierarquias próprias das sociedades escravistas e inerentes aos grupos dominantes, na maioria das vezes eram inatingíveis para as outras categorias sociais, o que gerava uma multiplicidade de modelos familiares e de comportamentos. Assim, especialmente no meio urbano, os papéis informais, embora não oficialmente reconhecidos e pouco valorizados, integravam a vida cotidiana, servindo também para desmistificar, no sistema patriarcal brasileiro, o papel reservado aos sexos e à rígida divisão de tarefas e incumbências (SAMARA, 2002, p. 12).

Isso continua a se acentuar durante o século XIX por mudanças profundas ocorridas no país e que se refletiram diretamente nas famílias, tais como, o ciclo do café que associado à abolição da escravatura (1888) e a Independência do Brasil (1822) culminam com a chegada dos imigrantes, a redistribuição espacial da população, a geração de empregos em áreas que começavam a se expandir, a exemplo da indústria. Esse crescimento desordenado da população pelo aumento da imigração e do deslocamento da população, gerou diversos empregos informais que eram, muitas vezes, ocupados por mulheres casadas e solteiras que associavam suas atividades laborais (o que gerava renda extra) com as atividades domésticas, mantendo as funções de dona-de-casa e esposa (SAMARA, 2002).

Hahner (1990) citado por Samara (2002) explica que a partir do século XX, mudanças substanciais passam a ocorrer com as mulheres da elite e da classe média com ingresso, embora tímido, da participação de mulheres em áreas que outrora eram ocupadas exclusivamente por homens. Percebe-se uma concentração um pouco maior em áreas como de Física, o Direito, a Farmácia e a Arquitetura, embora, quando transpomos isso para a formação acadêmica, a representatividade feminina era ínfima, com maior presença nos cursos de Farmácia, em maior proporção, Medicina e Odontologia.

A maior parte da mão de obra feminina é absorvida mesmo pela indústria, sobretudo, a indústria têxtil. Obviamente, esse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho vai se alavancando, paulatinamente, nas décadas seguintes, mas sempre como mão-

de-obra informal e em atividades domésticas que complementavam a renda da família. Samara (2002) cita Blay (1978, p. 135-192) que refere que “[...] para a década de 40, por exemplo, a taxa de ocupação da população economicamente ativa, ou seja, das mulheres com mais de 15 anos, estava entre 13% e 20%, segundo os censos realizados nesse período”.

Samara (2002) elabora uma comparação entre as atividades realizadas por mulheres em séculos anteriores e no século XX e o que se pode observar é que o século XX marca a participação feminina nas áreas do Direito, da Medicina, do Setor Público e em outros ramos da prestação de serviço. Nos séculos anteriores, contudo, as atividades femininas restringiam-se, como já abordado anteriormente, em áreas mais tradicionais da participação feminina, como costura, lavoura, dentre outros, com baixa remuneração e, quando comparada a remuneração masculina para a mesma atividade, os valores eram ainda menores. Essa ocupação feminina do mercado de trabalho fica bem explanada quadro e no gráfico abaixo, oriundos do Primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império em 1872:

Profissões	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sem Profissão	1.984.053	20,44	2.188.061	22,55	4.172.114	42,99
Lavradores	2.131.830	21,97	905.636	9,33	3.037.466	31,30
Serviço Doméstico	196.784	2,03	848.831	8,75	1.045.615	10,77
Costureiras	-	-	506.450	5,22	506.450	5,22
Criados/Jornaleiros	274.217	2,83	135.455	1,40	409.672	4,22
Criadores	147.443	1,52	58.689	0,60	206.132	2,12
Operários em Tecidos	6.313	0,07	133.029	1,37	139.342	1,44
Comerc./Guarda-livro/Caixeiros	93.577	0,96	8.556	0,09	102.133	1,05
Artistas	36.906	0,38	4.297	0,04	41.203	0,42
Capitalistas/Proprietários	23.140	0,24	8.723	0,09	31.863	0,33
Operários em Couros/Peles	5.612	0,06	15	0,00	5.627	0,06
Prof./Homens de Letras	1.307	0,01	2.218	0,02	3.525	0,04
Operários em Chapéus	1.711	0,02	219	0,00	1.930	0,02
Parteiros	50	0,00	1.147	0,01	1.197	0,01
Operários em Tinturaria	422	0,00	127	0,00	549	0,01
Religiosos (regulares)	107	0,00	286	0,00	393	0,00
Total	4.903.472	50,52	4.801.739	49,48	9.705.211	100,00

FIGURA 1: Quadro ilustrativo das ocupações femininas no Brasil em 1872.

FONTE: SAMARA, 2002, p. 13.

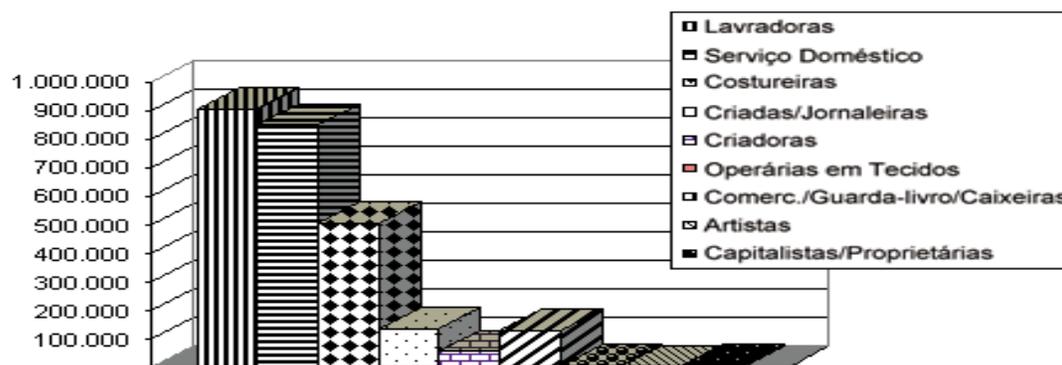


FIGURA 2: Gráfico ilustrativo das ocupações femininas no Brasil em 1872.
FONTE: SAMARA, 2002, p. 13.

As figuras 3 e 4 expõem informações que ajudam a desmistificar a teoria da família patriarcal no período colonial, o que corrobora com as discussões anteriores. Samara (2002) se utiliza do recenseamento do ano de 1872 e demonstra como já era importante o número de famílias chefiadas por mulheres (aproximadamente 30%), sobretudo na faixa etária dos 35 aos 60 anos. Ao se traçar um paralelo com os dados do último Censo (2000), se percebe uma tendência de manutenção dessas estatísticas, com 26,7%, o correspondente a 11,2 milhões (de um total de 44,7 milhões de famílias contatadas) (IBGE, 2003a).

Idade	Homens	%	Mulheres	%	Total Geral	%
10 a 34	898	27,02	288	8,66	1186	35,68
35 a 59	1221	36,73	515	15,49	1736	52,23
60 ou mais	166	4,99	168	5,05	334	10,05
S/ informação	47	1,41	21	0,63	68	2,05
Total	2332	70,16	992	29,84	3324	100,00

FIGURA 3: Quadro ilustrativo dos chefes de domicílio de acordo com a idade e o sexo no Brasil em 1872.
FONTE: SAMARA, 2002, p. 14.

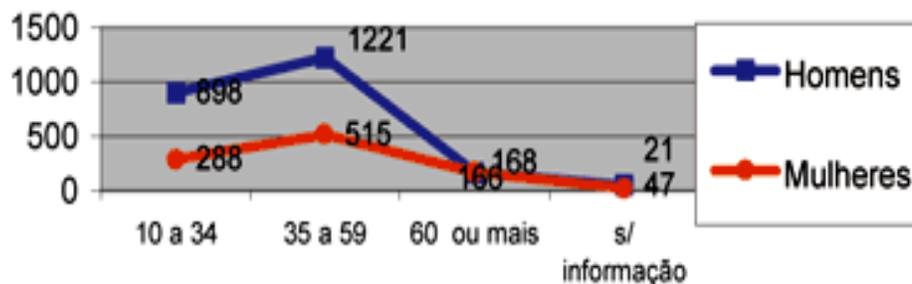


FIGURA 4: Gráfico ilustrativo dos chefes de domicílio de acordo com a idade e o sexo no Brasil em 1872.

FONTE: SAMARA, 2002, p. 14.

Esse padrão de chefia feminina das famílias ocorreu não apenas nas regiões sul e sudeste do país, mas pode ser observado, também, no nordeste. Samara (2002) afirma que em localidades como São Paulo, isso era uma necessidade em face do deslocamento dos maridos / chefes de família para outros locais em busca de novas terras e oportunidades de trabalho. No nordeste essa divisão não era tão clara, mas é possível encontrar documentos (a exemplo do Censo de Fortaleza de 1887) que mostram mulheres trabalhando pela sobrevivência do grupo, responsáveis pela interação entre crianças, adultos, agregados, homens livre, dentre outros, além de desenvolverem trabalho na lavoura, economia doméstica e manufatura de louças e tecidos.

A partir dessas mudanças destacadas aqui, podemos imaginar como se deu progressivamente essa inserção da mulher no mercado de trabalho e as mudanças que isso acabou trazendo para a família. Surgiram novos modelos familiares ou, como particularmente prefiro intitular, novas formas de organização ou arranjos familiares. A “família de Talcott Parson” (um modelo “americanizado” de Família Vitoriana) é incompatível, quando considerado em sua essência, com a vida urbanizada, industrializada e individualizada dos dias de hoje. A família patriarcal, claramente uma família restrita, vai dando lugar à outras famílias monoparentais, recompostas, homoparentais, mesmo resistindo em diversas partes do país, sobretudo pelo peso cultural que possui.

Dados do último Censo Brasileiro, realizado em 2000, mostram-nos claramente essa mudança nos padrões familiares e como é impossível descolar a figura da mulher da análise da família sem as mudanças femininas e vice-versa. Cerca de 26,7% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e, destas mulheres, aproximadamente 86% não possuem maridos ou companheiros. Houve uma queda no número de uniões legais de 57,8% (Censo de 1991) para 50,1% (Censo de 2000) e um crescimento de uniões consensuais (de 18,3% para 28,3%) (IBGE, 2003a; IBGE, 2003b; GELINSKI; RAMOS, 2004).

Outros dados pesquisados permitem elaborar algumas considerações importantes sobre a família e a mulher brasileiras na atualidade. A queda no número de casamento (de 5,1%, em 1991, para 4,3%, em 2000) e o aumento de 32,1% no número de divórcios em relação ao censo anterior (IBGE, 2003a; IBGE, 2003b) demonstram uma tendência de queda na formação de famílias restritas e um aumento das famílias monoparentais com chefia feminina exclusiva. Essa realidade abre possibilidades de novas uniões, que formariam as chamadas famílias recompostas.

6. A MULHER CONTEMPORÂNEA E A MULTIPLICIDADE DE PAPÉIS

Durante a evolução dos papéis da mulher ao longo do processo histórico, inúmeras transformações foram acontecendo não só na forma como os esses se definiram ou redefiniram, mas como foram e vem sendo inseridos dentro do contexto social. O modo como essas transformações foram sendo digeridas também requer uma acurada análise e há uma necessidade, não apenas didática, mas, sobretudo por questões relacionadas a diferenças históricas e culturais, de se abordar de maneira distinta a mulher nas sociedades ocidentais e nas sociedades orientais.

Discute-se, exaustivamente, por exemplo, as transformações ocorridas na família e a redefinição de papéis dentro do núcleo familiar, apontando tais mudanças como sendo crises e, sobretudo, como se em algum momento da história, a família e os papéis desempenhados por seus membros tivessem sido estáveis e irrevogáveis. Isso, sem sombra de dúvida, marca a Modernidade, com sua busca constante por novas explicações, estratégias, formas de ser viver

e se pensar o mundo, rejeitando, muitas vezes, valores e práticas construídos historicamente (BIASOLI-ALVES, 2006).

Biasoli-Alves (2006) acredita que seria mais correto falarmos em mudanças e continuidades, haja vista que, ao se analisar algo apontado como sendo novo, o que se encontra, muitas vezes, é apenas uma nova roupagem, uma nova forma de interpretar determinada ‘mudança’ ou uma análise sob uma perspectiva diferente ou de forma aprofundada. Isso não se configura, pois, como novo, inédito. Falar sobre a mulher é, antes de tudo, passear sobre uma enseada repleta de mudanças, permanência e mitos.

Para a mitologia, por exemplo, a primeira mulher, que ficou conhecida como Pandora, era dotada de voz humana e permaneceu restrita ao ambiente doméstico, ambiente este cujas portas eram fechadas e vigiadas. A partir desses relatos mais primários, observa-se que a mulher era posta em segundo plano, como submissa e subserviente, sendo vista, muitas vezes, como “objeto”, “coisa”, como nos relatos de Platão e Aristóteles (MACHADO, 2005, p. 11):

Na sua dupla relação com o saber, a mulher Grega é uma figura curiosa. É um objeto apaixonante e um sujeito muito discreto, mas teoricamente exemplar. Enquanto objeto, a mulher surge em primeiro lugar, como essa coisa viva cuja aparição no mundo o mitólogo teve de imaginar antes de se tornar, para os médicos um corpo a dissecar e, para o filósofo, uma figura social a instituir. Como sujeito aparece, esporadicamente, mas sempre às margens do exercício filosófico, médico ou literário, vindo a exceção confirmar a regra de exclusividade masculina no domínio intelectual [...].

A “criação” da mulher no mundo greco-romano passa por situações curiosa, como no relato supra-citado. A priori apresenta-se como um ser mitológico, uma deusa. Esse papel é posteriormente visto pela medicina como sendo a mulher um “corpo a ser dissecado”. A visão filosófica entra em cena pra institucionalizar a mulher. Tempos depois, ela passa a ser vista como sujeito, permanecendo à margem de qualquer construção histórica. As funções das mulheres eram restritas a administração doméstica, aos cuidados dos filhos e a tecelagem. Qualquer outra função dita mais elaborada era realizada pelos homens (MACHADO, 2005).

Na antiguidade, principalmente nos relatos de Pitágoras, a mulher era tida como uma entidade do mal, relacionando-se com as trevas e o caos, ser que precisava ser socializado e, conseqüentemente, submetido à ordem masculina. Tratada muitas vezes com hostilidade, a mulher era subordinada ao homem, restringindo-se a esfera doméstica e ao patriarcado. A

união conjugal reduzia a mulher uma condição de subordinação ainda maior, tendo a esposa que renunciar a tudo o que lhe fosse satisfatório (MACHADO, 2005).

Na Idade Média a mulher passa por um dos períodos mais complexos da sua história em função da perseguição às bruxas, com algumas mudanças no Renascimento, Revolução Francesa no tocante a cultura dominante e, com uma redefinição de papéis a partir das 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Os primeiros conceitos sobre a existência do matriarcado são questionados por alguns autores, como Bachofen (1861 *apud* MACHADO, 2005), que defende a posição de que embora houvesse um poder feminino, a supremacia masculina se sobressaía, permanecendo a esfera privada à mulher e a esfera pública sob o domínio masculino. A teoria de Bachofen, compilada em sua obra “O Direito Materno” (1861) é duramente criticado Engels na introdução de “Origens da Família, da Sociedade Privada e do Estado” porque ele tentou estabelecer, através da religião, uma teoria da evolução da família desde os tempos da promiscuidade sexual em que funcionava a linhagem pelo lado materno (única possibilidade de assegurar a titularidade familiar) até à monogamia e à titularidade da paternidade por parte do homem.

Mais adiante na História, embora haja relatos do trabalho feminino em fábrica em indústrias após a Revolução Industrial, é a partir da I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente) que a mulher passa a aparecer de maneira mais expressiva no contexto histórico pela necessidade de assumir os negócios da família e o próprio mercado de trabalho como forma de suprir as necessidades da família enquanto seus maridos encontravam-se nas frentes de batalha. No pós-guerra, a condição da mulher enquanto mãe, esposa, dona-de-casa passa paulatinamente a ser acrescida pela função de trabalhadora, uma vez que muitos homens morreram nos campos de batalha ou ficaram impossibilitados de trabalhar (PROBST, 2006).

Gundelack (1991) citado por Biasoli-Alves (2006) atribui essas mudanças na formas de viver e interpretar a evolução dos padrões comportamentais femininos a uma substituição radicalizada de valores mais autoritários, por valores mais libertários e isso se deve, principalmente, a fatores como o aumento paulatino da escolaridade entre às mulheres. Como foi discutido anteriormente na obra de Áries, o acesso da mulher a escolaridade se fez mais tardiamente do que para homens e possuía suas limitações, o que não foi diferente no Brasil.

Freyre na década de 30 (*apud* GOMES, 2005, p. 10) faz um comentário curioso, mas bastante ilustrativo dessa realidade:

[...] creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação, e a sua tagarelice dissolveu-se quase toda nas conversas com as pretas boceteiras, nas tardes de chuva ou nos meiosdias quentes, morosos.

De acordo com Priori (1997), há de se considerar o século XIX, com seus progressos e ideais iluministas, a porta de entrada da mulher nos espaços públicos como uma forma de avanço da sociedade. Obviamente essa entrada teria que ser feita através de formas ou instituições reguladoras, a exemplo da escola (educação) e da Igreja (religião). Oliveira (2008, p. 3) completa afirmando que particularmente a educação e a religião protestante tiveram o propósito de serem os modernizadores da sociedade brasileira, defendendo que “[...] a história da educação se entrelaça com a história das mulheres no Brasil, quando estas encontram no espaço educacional ressonância para os seus desejos de liberdade e emancipação, ainda que esta venha com aspectos de conformação com o poder instituído”.

Em uma análise interessante das mudanças e permanências dos papéis femininos ao longo do século XX, Biasoli-Alves (2006), apresenta um traçado bastante minucioso e hierarquizado cronologicamente. Aponta como no início do século a educação doméstica impostas às meninas era pautada no controle rigoroso de comportamentos, com punição severa para tudo aquilo que fosse considerado indesejável. Esse controle era exercido das mais diversas formas, fosse através de ameaças de abandono e solidão, castigos divinos até através de sentimentos de remorso e culpa.

Na educação feminina desse período podem ser destacados dois pontos principais: um voltado para a submissão com obrigações de agradar aos seus e o de se tornar “desejável” como esposa para atrair possíveis pretendentes. Nessa trama, a educação doméstica sobre como se portar e vestir, prendas, dentre outros, era estimulada diariamente. Em contrapartida, a educação escolar era renegada e, quando acontecia, servia apenas para essa menina ler romances ou escrever cartas para o namorado.

As mulheres fruto desse rigoroso estilo de vida acabaram crescendo e as primeiras mudanças nesses papéis podem ser observadas na forma como estas criaram seus filhos, sobretudo as filhas. As punições e os castigos físicos são progressivamente restringidos, embora o controle do comportamento feminino ainda seja feito através de estratégias emocionais como pontua Biasoli-Alves (2006). Valores outrora descartados na formação da mulher agora passam a ser estimulados. Vê-se com bons olhos, por exemplo, a

profissionalização, a inteligência e a independência feminina, desde que outros, tais como o casamento e a moralidade continuem fazendo parte da vida dessa mulher.

É digno de nota, contudo, que alguns desses valores e papéis agregados não se fizeram dentro da História pelo simples entendimento da necessidade de igualdade de gênero, mas sim, por imposições sócio-econômicas, e o exemplo mais nítido dessa afirmação é a inserção da mulher no mercado de trabalho pelas mudanças ocorridas na economia mundial, principalmente depois da crise de 1929 e da 2ª Guerra Mundial. Biasoli-Alves (2006) acredita que essa inserção no meio social trouxe um olhar de descontentamento e repúdio sobre o passado, sobre a forma depreciativa no trato dessa mulher e, principalmente, sobre o excesso de funções e atividades desempenhadas por ela no dia-a-dia. Modificaram-se, de forma mais incisiva, o direito de ir e vir, a relação com o trabalho remunerado e o sustento familiar, bem como, o casamento.

A partir de então, a mulher vem ganhando espaços ora sutis, ora mais densamente ousados, alternando ações do “feminino ao feminismo” e vice-versa. A necessidade de inclusão social da mulher passa a ser mais expressiva e os papéis por elas assumidos, cada vez mais importantes. É a mulher-mãe, a mulher-esposa, a mulher-dona-de-casa, a mulher-trabalhadora, a mulher-filha, a mulher-mulher, dentre outros. Contudo, essa acumulação de funções traz consigo um preço e uma necessidade crescente de se (re)ver o impacto social dessas mudanças (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; BARRETO, 2005).

Nessa perspectiva, o capitalismo trouxe consigo a necessidade de se analisar papéis que historicamente foram escritos levando-se em consideração aspectos culturais, biológicos, sociais, políticos, religiosos, dentre outros. Alguns estudos mais recentes já discutem o papel do “feminino” e do “masculino” nesse contexto mais contemporâneo, usando termos, outrora ditos ousados, que qualificam os gêneros como “um novo homem” e a uma “nova mulher” (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; MENDÉZ, 2002; MARQUES, 2006).

Pode-se dizer que a Revolução Industrial e todos os eventos sócio-históricos que o sucederam são bem mais significativos para o avançar da mulher no mercado de trabalho e redefinição de todos os seus papéis do que toda a história que antecede esse acontecimento. Como exposto anteriormente, a entrada da mulher no mercado de trabalho se deu muito mais por necessidade, do que talvez por vontade própria de alargar seus horizontes. O que estava em jogo, principalmente durante a Guerra e o Pós-Guerra, não era o desejo de “adentrar no mundo do trabalho para satisfazer suas necessidades sociais e políticas”. O viés desse

acontecimento é, claramente, a necessidade de a mulher manter a sua prole, o que remonta ao papel da mulher-mãe, e não necessariamente, da mulher-trabalhadora (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; BARRETO, 2005; GODOY, 2005).

No Brasil, para se discutir os papéis femininos é imprescindível considerar a miscigenação e o tipo de colonização aqui instaurado. Isso porque, como discute Souza, Baldwin e Rosa (2000), haja vista que o processo de colonização portuguesa se fez não só com a tomada de terras, mas de mulheres. Inicialmente, as relações sexuais eram mantidas entre os portugueses e as índias e, mais adiante, entre eles e as mulheres negras que possuíam dois papéis bem estabelecidos: trabalhadoras e objetos sexuais. Esse tipo de exploração se fazia não apenas pelas relações de dominação impostas, mas pelo fato de mulheres brancas só terem chegado ao Brasil na era colonial e serem imbuídas do Modelo de Maria – Marianismo (mulheres castas, pudicas, limitadas a casa e a Igreja).

Estes autores discutem que é a partir da Era Imperial que a mulheres de classes média e alta passam a circular em outras esferas, o que permitiu a reivindicação de ampliação dos papéis femininos na sociedade. Embora de maneira tímida, já se esboçavam avanços nas áreas de educação, trabalho e inserção da mulher no mundo da política. No início do século passado as mulheres passaram a ocupar diversas frentes de trabalho, como já discutido anteriormente, principalmente em áreas onde o papel de cuidadora era predominante, reforçando o arquétipo do modelo de Maria.

Discutindo ainda esta temática, Souza, Baldwin e Rosa (2000, p. 486) citando outros autores, escrevem:

Alguns periódicos femininos, com leitores limitados a classe média e alta, mencionavam direitos para as mulheres (Conniff & McCann, 1989; da Costa, 1985), mas estes periódicos enfatizavam, ainda, a vocação natural das mulheres de serem mães e esposas. Em 1910, o Partido Republicano Feminino foi formado como um local para as mulheres expressarem suas opiniões, embora elas ainda não tivessem ganho o direito ao voto. Através deste partido, as mulheres lutavam por sua emancipação, incluindo a representação no setor de prestação de serviços e no sufrágio feminino (Hahner, 1990). Logo após as mulheres terem ganho o direito de voto, no ano 1932, o Presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso, tornou os partidos políticos ilegais e suspendeu os direitos de voto em nível nacional, terminando com a política eleitoral e com a participação das mulheres até 1945. (Hahner, 1990, p. 174). Apesar do retorno da democracia ao Brasil depois disto, e mesmo após o golpe militar de 1964, o movimento feminista fez pouco progresso, até o início dos anos 70.

A partir da Revolução Sexual ocorrida na década de 1960/1970, a entrada da mulher no mercado de trabalho se consolida definitivamente. As discussões postas na mesa ou

deixadas subentendidas questionam, não com mais tanta frequência a participação da mulher no mercado de trabalho, mas sim, sua subordinação, a baixa remuneração quando elas possuem um nível de formação profissional melhor e, as vezes até maior que a dos homens. Ainda sim, fica cada vez mais claro que muitas mulheres acabam tendo que se submeter a essa condição de precarização das condições de trabalho por serem “chefes-de-família” (discutindo de maneira mais acurada adiante) e precisarem manter suas casas, filhos e, no mais das vezes, até outros membros de sua família, o que remontam, mais uma vez, a condição da mulher-mãe, que precisa sustentar e proteger sua família, e não a condição da mulher-trabalhadora (SAMARA, 2002; MONTALI, 2004; VICENTE, 2004; BARRETO, 2005).

Para Souza, Baldwin e Rosa (2000) três fatores parecem os responsáveis pela criação dessa conjuntura na qual o “novo movimento feminista” se instalou no Brasil, sobretudo para dar visibilidade aos papéis femininos na estrutura das relações sociais. O primeiro deles, de cunho político, foi o enfraquecimento da ditadura militar, sobretudo a partir de 1975. O segundo, foi o crescimento da mulher na economia, passando a representar quase 30% da PEA na década de 70, com inserção em postos de trabalhos antes ocupados apenas por homens, a exemplo da engenharia, medicina, advocacia. Por fim, a terceira influência foi o redirecionamento da religião, que deixa de se voltar apenas para as elites e passa a se direcionar para as grandes massas populacionais.

A partir dessa década, as funções ou papéis femininos foram se tornando cada vez mais claros e cumulativos. O adentrar no mundo de trabalho só aumentou as responsabilidades da mulher, embora tenha consigo um caráter emancipador. A jornada de trabalho duplicou e, para algumas mulheres triplicou, o que não necessariamente se traduziu em um maior reconhecimento social ou de remuneração, por exemplo. Os papéis socialmente atribuídos a homens e a mulheres, embora venham sido revistos, com atribuições femininas sendo realizadas por homens na tentativa de minimizar a sobrecarga feminina, outros papéis nos quais as características femininas estão imbricadas continuam sendo realizados por elas, o que se configura não apenas como uma injustiça e clara sobrecarga de trabalho, mas um empecilho para a ascensão profissional.

Oliveira (2005) afirma que essa divisão dos papéis sexuais familiares não apenas divide o que é função de homem e função de mulher, mas traduz, a olhos vistos, a valorização das funções desempenhadas por “eles”, nas quais o *status* atribuído é maior e se vincula com fatores como a profissão, o rendimento e o estilo de vida do homem e de sua família. Em

outras palavras, o homem desempenha atividades de natureza instrumental de provisão, o que acaba servindo como uma forma de intermediação com a esfera pública, enquanto a mulher restringe-se a esfera privada, com atribuições voltadas para atividades expressivas e afetivas. Assim, após a Revolução Industrial, nesse modelo vigente a mulher deixa de exercer algumas de suas atribuições como membro das frentes de produção e torna-se a “esposa afetuosa” e a “mãe racional”.

Ainda sobre a ótica da autora, essa especialização dos papéis sexuais familiares em termos de complementaridade e funcionalidade, cuja função seria a de estruturar uma base para o desenvolvimento saudável da socialização das crianças. O papel masculino representaria a provisão, a liderança e, como tal, legitimaria a supremacia do homem, com clara assimetria entre o poder exercido por cada um dos representantes de gênero, já que a mulher, por não trabalhar para além dos muros de sua casa, é dependente do homem que é o detentor do prestígio social. A casa é, pois, o lócus de dominação do homem.

A separação ocorrida entre a “provisão” e “chefia-de-família” é, nesses termos, uma resignificação desses papéis sexuais dentro da família. Assim, se antes ao provedor também era atribuído o papel social de “chefe-de-família”, atualmente essa díade precisou ser segregada pelas intensas transformações que ora vêm a mulher ocupar o espaço de provedora ou co-provedora, ora como provedora e chefe-de-família (pessoa de referência na família)*, concomitantemente.

7. O PERFIL DA MULHER BRASILEIRA

O perfil da mulher brasileira em relação às condições de saúde, educação, ocupação, dentre outros, não se distingue da maioria das mulheres de outras nações em desenvolvimento. Informações oriundas da Secretaria de Políticas para as Mulheres para o ano de 2004 (BRASIL, 2009b) revelam que elas representam 51,2% (o que totaliza aproximadamente 89 milhões de mulheres) da população e destas, cerca de 46% são pretas e pardas e vivem, em sua grande maioria (85,4%), nas áreas urbanas. Para este mesmo ano, o percentual de mulheres em idade reprodutiva (10 a 49 anos) era de cerca de 49,1%.

No que se refere a PEA (FIGURA 5), as mulheres representam 42,7% do total, sendo na área urbana, 43,7% da PEA e no meio rural, 37,8%. Ainda são os homens negros, mas principalmente as mulheres, sobretudo as pretas e pardas, que recebem a pior remuneração quando comparadas com os homens para realizarem o mesmo tipo de atividade. O gráfico a seguir demonstra como se dá essa relação:

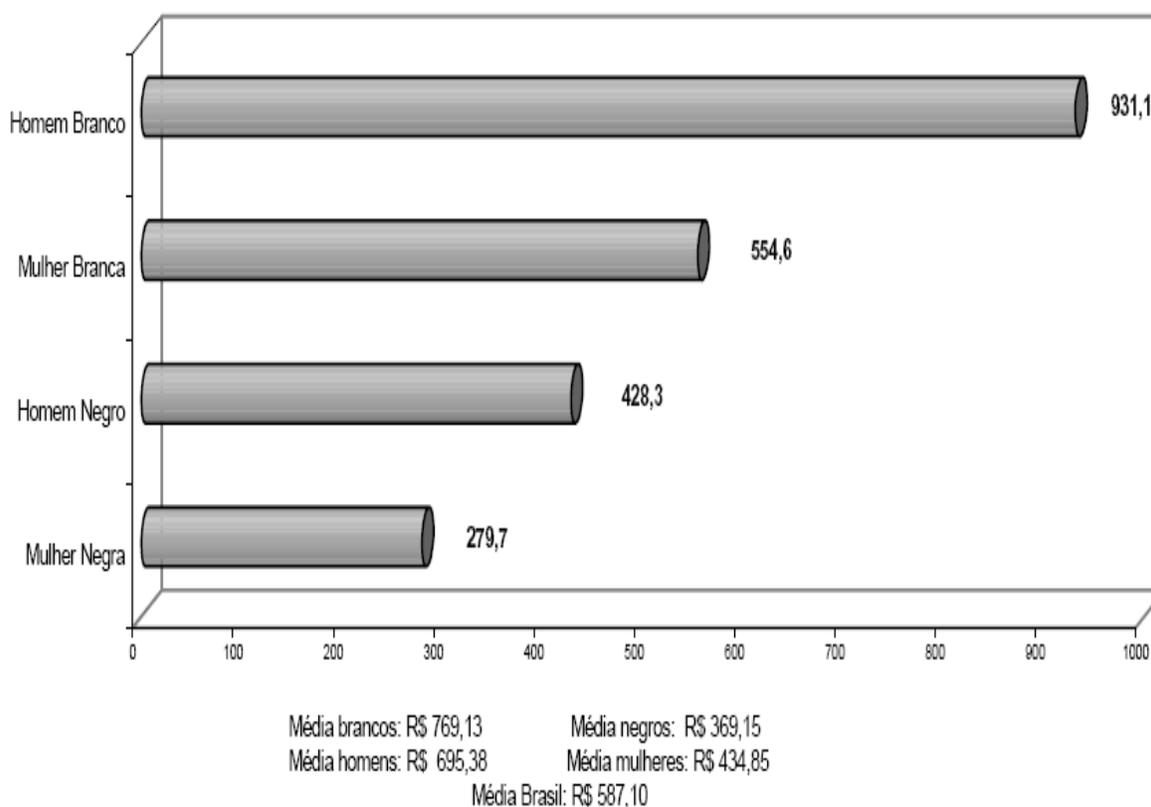


FIGURA 5: Rendimento médio mensal do trabalho, segundo cor/raça e sexo – Brasil, 2003.
Fonte: BRASIL, 2009b.

Para fins de definição e terminologia, faz-se importante considerar que esses termos tão abundantemente utilizados na literatura foram revistos no Brasil desde a Constituição de 1988, como forma de assegurar a igualdade de gênero. Para o IBGE, “chefe-de-família” foi substituído por “pessoa de referência” e o termo provedor ou co-provedor surgiram para identificar os membros da família responsáveis pelo sustento familiar. Para Oliveira (2005), contudo, esse avanço na utilização de terminologias mais adequadas parece não ter força para desconstruir a matriz cultural que ainda vincular a pessoa de referência ao chefe-de-família.

Sobre a saúde, embora alguns avanços tenham sido obtidos em algumas condições clínicas, normalmente atreladas a programas e/ou políticas de saúde específicas, ainda se observa restrições em relação a saúde geral. As condições de saúde são piores em mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade e poder sócio-econômico, vivendo nas regiões norte e nordeste do país. Normalmente moram em localidades com condições sanitárias insatisfatórias e acesso restrito a serviços de saúde. Em um percentual importante, iniciam sua vida sexual precocemente e engravidam a primeira vez ainda durante a adolescência.

Paralelamente, a razão de Mortalidade Materna ainda é uma das maiores do mundo (embora as estatísticas oficiais representem cerca de 80 até 140 mortes para cada 100.000 nascidos vivos), mesmo com estratégias criadas para a sua redução, como o Pacto Nacional para a Redução da Mortalidade Materna. As causas de mortes mais comuns parecem inalteradas: doença hipertensiva específica da gestação (DHEG), as síndromes hemorrágicas e as complicações do aborto (FIGURA 6), que em quase 90% dos casos poderiam ser evitadas, caso essas mulheres realizassem um acompanhamento obstétrico adequado (SOUSA, 2009).

CID 10	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	TOTAL
TOTAL	187	564	530	215	127	1.623
Doença pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	9	16	27	10	1	63
Gravidez que termina em aborto	17	52	54	9	7	139
Edema proteinúrico trans hipertensivo gravídico puerperal	56	141	128	41	24	390
Outras alterações maternas relacionadas com a gravidez	8	17	21	11	6	63
Assistência materna ligada ao feto cavidade amniótica problema parto	12	46	44	14	8	124
Complicações do trabalho de parto e do parto	35	99	96	30	20	280
Complicações relacionadas com o parto predominantemente com o puerpério	35	58	77	32	18	220
Outras afecções obstétricas NCOP	15	135	83	68	43	344

FIGURA 6: Óbitos Maternos por Residência e por Região segundo Grupo CID10.

Fonte: BRASIL, 2009c.

No tocante à saúde, ainda, são diagnosticados milhares de novos casos de câncer de colo de útero e de mama todos os anos, com estimativas de 18.680 e 49.400, respectivamente, para o ano de 2008 (FIGURA 7). O mais preocupante nesses casos é que esses dois tipos de câncer quando diagnosticados tardiamente possuem prognóstico sombrio (BRASIL, 2009b).

Localização Primária Neoplasia maligna	Estimativa dos Casos Novos			
	Estado		Capital	
	Casos	Taxa Bruta	Casos	Taxa Bruta
Mama Feminina	49.400	50,71	17.400	76,04
Colo do Útero	18.680	19,18	5.620	24,49

* Números arredondados para 10 ou múltiplos de 10

FIGURA 7: Estimativas para o ano 2008 das taxas brutas de incidência por 100.000 e de número de casos novos por câncer de mama e de colo de útero, em mulheres, segundo localização primária*.

FONTE: BRASIL, 2009a.

Considerando a esperança de vida ao nascer para o ano de 2004, as mulheres tinham uma expectativa de vida de 75,5 anos, enquanto os homens cerca de 70,9 anos. Ao se comparar as Unidades Federadas, o Rio de Janeiro é o que apresenta o maior índice de Envelhecimento, enquanto Roraima apresenta o menor. Ao se considerar a cor/raça, no mesmo ano (2004), dados oficiais do IBGE revelam que as mulheres brancas representavam cerca de 55% da população feminina, enquanto as pardas ou negras, 43,4% (BRASIL, 2009b).

O que se refere ao percentual de Famílias “Chefiadas” por Mulheres e Homens de acordo com o tipo de estrutura familiar em 2004 (FIGURA 8), observa-se que em 63,4% das famílias as mulheres moravam sozinhas com/sem seus filhos. Em contrapartida, nas famílias chefiadas por homens, em 87,8% do total, eles viviam com suas companheiras e com/sem filhos. Esses dados revelam que comumente as mulheres brasileiras quando são provedoras de

suas famílias o fazem na ausência de seus companheiros. Ao mesmo tempo, a ocorrência de homens chefiando seus lares sem uma companheira é pequena, o que também pode ser ilustrado no gráfico abaixo (BRASIL, 2009b).

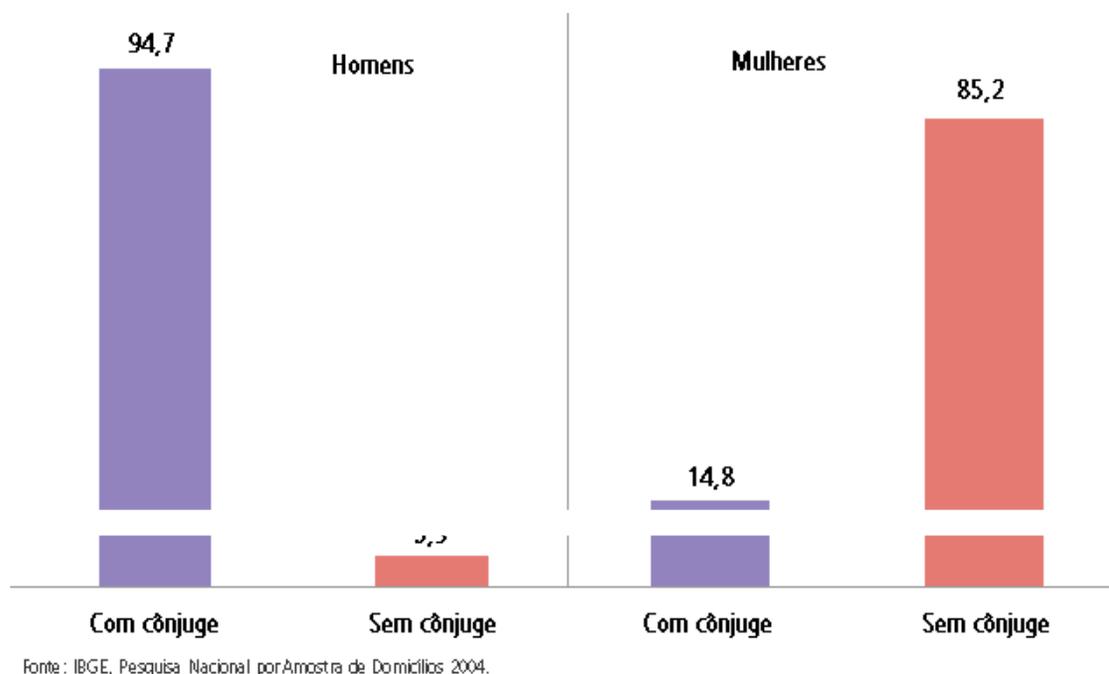


FIGURA 8: Gráficos Ilustrativos do Percentual de Famílias “Chefiadas” por Mulheres e Homens no de acordo com o Tipo de Estrutura Familiar no Brasil para o ano de 2004.
FONTE: BRASIL, 2009b.

Ao se avaliar comparativamente a média de anos estudados por homens e mulheres em diferentes raças/etnias na faixa etária dos 7 aos 24 anos (FIGURA 9), se confirma o que a literatura aborda com freqüência: a mulher negra é a que estuda um menor número de anos, quer seja pelas dificuldades de acesso a educação, quer seja por motivos relacionados a necessidade de se afastar da escola mais precocemente pra assumir responsabilidades para com a sua família. Não raro, essas mulheres engravidam precocemente e precisam assumir os cuidados com os seus filhos ou, então, iniciam sua vida profissional na adolescência, normalmente, trabalhando em atividades domésticas, o que pode ser observado na figura 10.

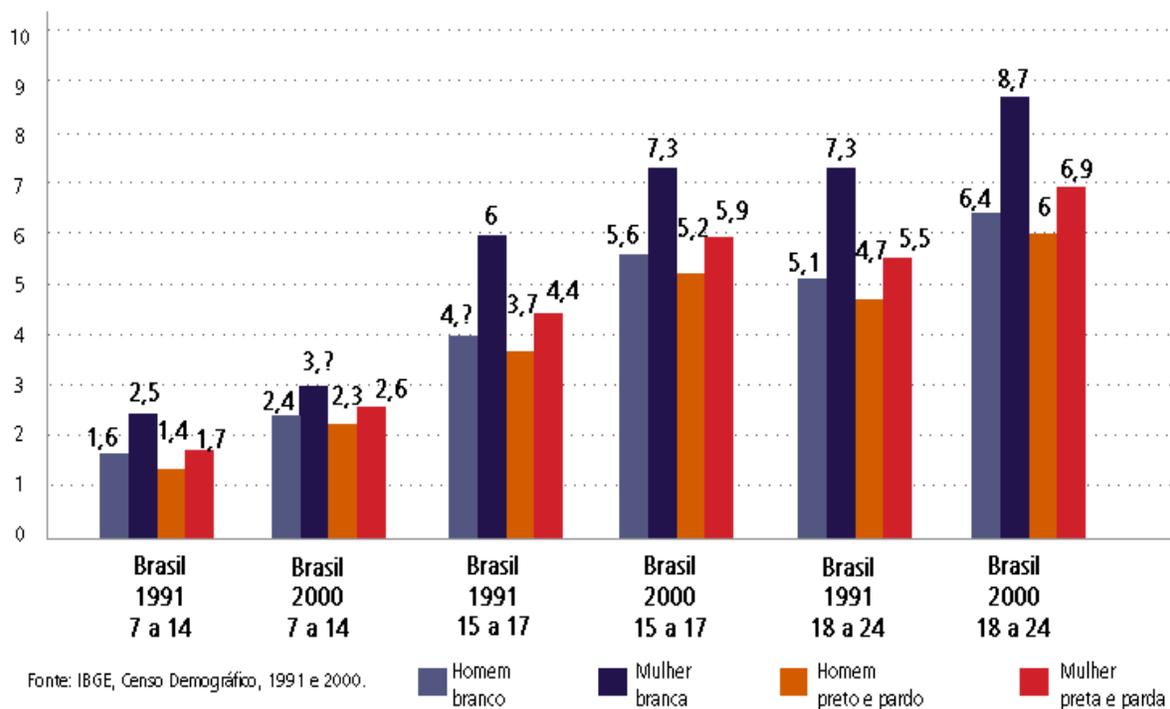


FIGURA 9: Gráfico Ilustrativo da Média de anos de estudos da população de homens e mulheres de 7 a 24 anos, por cor – Brasil (1991 - 2000)
FONTE: BRASIL, 2009b.

Ainda sobre essa discussão, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) confirma que há no mercado de trabalho brasileiro dois tipos de discriminação, como já discutido anteriormente: uma de raça/etnia, na qual a população negra é o alvo e, a segunda, uma de gênero, cujos indivíduos prejudicados são as mulheres. Nesse sentido, diversos trabalhos demonstram como as desigualdades de gênero e raça são determinantes para a inserção e manutenção de mulheres negras no mercado de trabalho. Elas ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade, além de saírem mais tardiamente do mercado e se aposentarem em menores proporções que os homens, o que pode ser exemplificado na figura 10 (BRASIL, 2000; PINTO, 2006).

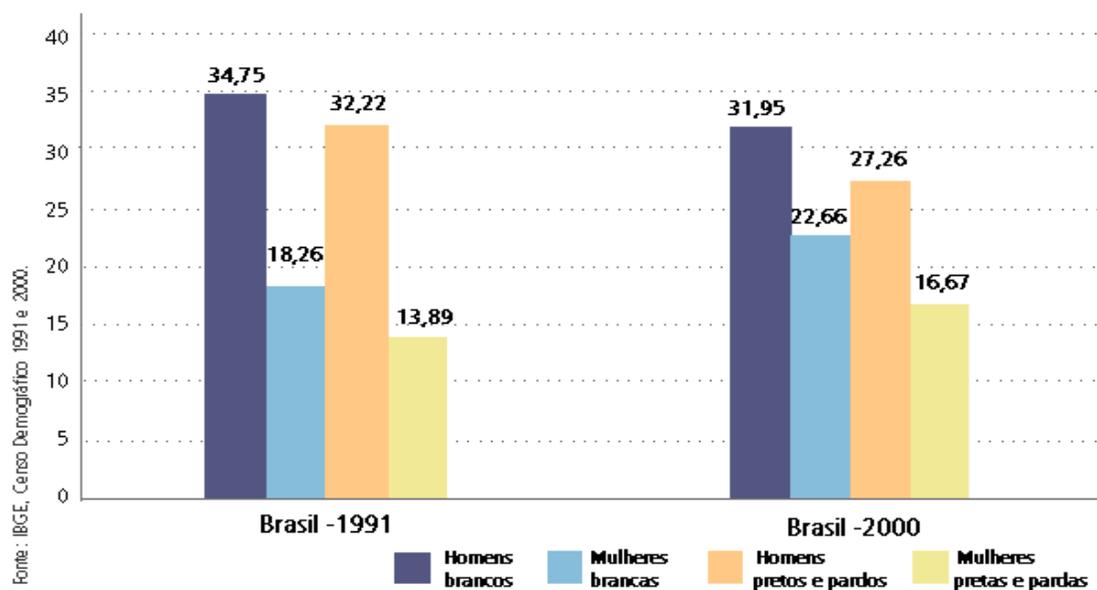


FIGURA 10: Gráfico Ilustrativo da População Economicamente Ativa de Homens e Mulheres de 10 ou mais anos de Idade, por Cor – Brasil – 1991 a 2000

FONTE: BRASIL, 2009b.

Outros resultados obtidos a partir das análises de informações pela Secretaria de Políticas para as Mulheres para o ano de 2004 (BRASIL, 2009b) demonstram que a taxa de desempregos também é maior na população feminina, que se analisa o ano de 2003. Os resultados demonstram que a taxa de desemprego era para homens e mulheres, respectivamente, de 10,6 e 12,6, e que o aumento do desemprego, entre 1996 e 2003, se deu de forma mais significativa para mulheres e negros quando comparada a população branca masculina.

Das Teorias dos Pensadores à Prática das Falas: O Percorso Metodológico

Os conceitos de pesquisa são os mais diversos possíveis e abordados segundo critérios históricos, epistemológicos, dentre outros. Minayo (1999, p. 23) define pesquisa como:

[...] a atividade básica na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca, que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Dessa forma, e partindo dessa premissa, estruturou-se este estudo a partir de uma pesquisa documental e uma revisão da literatura que deram o suporte teórico necessário para que fosse composto e realizado o estudo exploratório, com abordagem qualitativa. Os conteúdos oriundos da pesquisa documental e da revisão bibliográfica foram analisados criticamente e transformados em capítulos que compuseram o Referencial Teórico.

Para fins dessa pesquisa, selecionou-se o conceito de *papel* definido por Moreno (1978, p.17), considerando que, embora existam diversas formas de ver e entender o que significa um papel é a conceituação do referido autor a mais clara:

É a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento em que reage a uma situação específica na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos. O papel é, então, uma forma observável de comportamento, na qual estão envolvidos elementos individuais e sociais.

A seleção das mulheres aqui entrevistadas compreendeu um roteiro de prévia investigação, iniciado com uma observação do campo a ser estudado (para o presente estudo,

Coordenações de Três Cursos de Graduação de uma Instituição de Ensino Superior Pública e duas Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado da Paraíba). Diante da possibilidade de existir uma candidata que se enquadrasse em um dos perfis, era realizada uma abordagem inicial na qual as mulheres eram questionadas sobre o tipo de família que possuem e interpeladas sobre a possibilidade de participar do estudo. Se o convite feito fosse aceito, a entrevistada determinava um local e hora que fosse mais conveniente para ceder sua entrevista.

Dentro desse universo, selecionou-se como amostra 05 mulheres respeitando os seguintes critérios de inclusão: idade igual ou superior a 21 anos, com nível superior de formação acadêmica e renda equivalente a de classe média (categorias B1 e B2 pela classificação do IBGE descrita abaixo), sendo, necessariamente, docentes ou funcionárias das Instituições supracitadas, cada uma caracterizando uma das seguintes configurações familiares: restrita, unipessoal, recomposta, monoparental chefiada e mantida exclusivamente pela mulher e ampliada.

Para fins dessa pesquisa, serão considerados dois critérios: um para classificação das famílias em classes, de acordo com a renda familiar bruta (valores em R\$), proposta pelo IBGE, e outro que padroniza conceitos para classificação das famílias quanto ao tipo. A classificação das mulheres com base nos seguintes critérios (IBGE, 2009) levam em consideração o seguinte intervalo de valores brutos:

Classe Social	Valores Totais Brutos Em Reais
A1	R\$ 9.733,47 ou superior
A2	R\$ 6.563,73 a R\$ 9.733,46
B1 *	R\$ 3.479,36 a R\$ 6.563,72
B2 *	R\$ 2.012,67 a R\$ 3.479,35
C1	R\$ 1.194,53 a R\$ 2.012,66
C2	R\$ 726,26 a R\$ 1.194,52
D	R\$ 484,97 a R\$ 726,25
E	R\$ 276,70 a R\$ 484,96

* Em destaque, os intervalos de valores considerados nessa pesquisa.

No que se refere ao tipo de família, tomou-se por base as seguintes conceituações, haja vista que não existe uma classificação que congregue todos os conceitos ao mesmo tempo:

Tipo de Família	Condinome*	Conceituação
Restrita	Orquídea	formada exclusivamente por pai, mãe e filhos;
Unipessoal	Violeta	formada apenas por essa mulher, que deve ter sua própria casa e responder, exclusivamente, por si;
Recomposta	Margarida	formada por pai, mãe e filhos, desde que a mulher ou homem tenham vindo de casamentos (união civil ou união consensual) anteriores;
Monoparental	Tulipa	formada pela mulher e seu(s) filho(s);
Ampliada	Rosa	formada por pai e/ou mãe, filhos e outros parentes (pais, irmãos, tios, dentre outros, parentes consangüíneos ou não dessa mulher) que residam no mesmo ambiente que esta família de base.

* Codinome utilizado para identificar o tipo de família na pesquisa.

A etapa seguinte foi composta pela coleta de dados, realizada através de entrevistas não-estruturadas (APÊNDICE ÚNICO), que foram gravadas utilizando-se um gravador de voz da marca *Olympus LS-10 PCM 2GB*. Cada mulher foi identificada por um codinome (um nome de flor), conforme já antecipado anteriormente, para preservar o seu anonimato e não ferir o acordo firmado entre as partes (a pesquisadora e as mulheres entrevistadas), através do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1) respeitando os preceitos éticos da Resolução 196/96 e de acordo com os termos aprovados no projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ (ANEXO 2).

No tocante às entrevistas, o roteiro proposto constou de 27 questões norteadoras subdivididas em dois pilares estruturantes, embora não tenha havido um rigor durante os questionamentos para inibir as falas das entrevistadas ou interromper sua linha de raciocínio. Se a entrevistada abordasse durante sua fala um tema que contemplasse uma das perguntas

pré-estabelecidas, este questionamento não era mais realizado ou a pergunta era reformulada de forma que a entrevista pudesse completar a sua fala. Em alguns momentos a mesma pergunta foi retomada, dentro de um contexto diferente, para avaliar se as respostas obtidas seriam as mesmas encontradas inicialmente.

A priori, foram feitas perguntas sobre a entrevistada, para que se pudesse caracterizar a amostra pesquisada. Em seguida, as mulheres tiveram a oportunidade de responder questionamentos que englobaram dois pilares estruturantes: **trabalho** (roteiro constava de 08 perguntas abordando assuntos como rotina e jornada de trabalho, afinidades, desejos, dificuldades, anseios, remuneração e as relações entre essas variáveis e a sua percepção enquanto mulher) e; **família** (o roteiro inicial era composto por 19 perguntas que abordavam assuntos como casamento, divórcio, sexualidade, saúde, o sustento familiar, as atividades domésticas, a educação e o cuidado dos filhos e as relações entre essas variáveis e a sua percepção enquanto mulher, dentre outros).

Ao término de cada entrevista o conteúdo foi transcrito na íntegra e, posteriormente, selecionou-se as partes mais relevantes dos discursos para serem utilizadas na discussão. Após a transcrição das falas, procedeu-se a análise dos resultados obtidos nas entrevistas através da técnica de análise de conteúdo, definida por Bandin (1979, p. 42), como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

De posse das análises, buscou-se contemplar os objetivos propostos no estudo, expostos na introdução dessa dissertação, fazendo-se as inferências e os cruzamentos de informações necessários para este fim, tentando fincar na literatura as bases explicativas para os resultados encontrados na pesquisa. No tocante ao estipulado para esta pesquisa, utilizou-se três dos procedimentos mais básicos da análise de conteúdo. No primeiro deles, **a organização do corpus de análise**, foi realizada através da elaboração e aplicação de um roteiro de entrevista e sua posterior transcrição.

No segundo momento, intitulado **análise do material**, a pesquisa foi subdividida em três estágios. Inicialmente se realizou a *identificação das unidades de significação*, foram identificadas todas as frases ou expressões que tivessem em seu conteúdo um significado

avaliativo para os questionamentos que estavam sendo formulados. Posteriormente, procedeu-se a *categorização das unidades de significado*, com a organização e categorização de expressões e frases com conteúdos semelhantes. Por fim, realizou-se a *organização de um texto descritivo*, reunindo as unidades de significado de cada categoria estabelecendo as relações lógicas correspondentes.

Na última etapa, a **interpretação do material descrito**, foi realizada uma releitura dos depoimentos obtidos e dos textos descritos a partir das análises subseqüentes, procedendo-se uma interpretação e possível obtenção de respostas a luz da literatura ou elaboração de questionamentos que podem ser pesquisados em outras pesquisas.

Papéis, Passado, Presente e um Amanhã...

Analisando as Percepções

Hino a Ísis

*Porque sou eu a primeira e a última
Eu sou a venerada e a desprezada
Eu sou a prostituta e a santa
Eu sou a esposa e a virgem
Eu sou a mãe e a filha
Eu sou os braços da minha mãe
Eu sou estéril, e os meus filhos são numerosos
Eu sou a bem casada e a solteira
Eu sou a que dá à luz e a que jamais procriou
Eu sou a consolação das dores de parto
Eu sou a esposa e o esposo
E foi o meu homem quem me criou
Eu sou a mãe do meu pai
Sou a irmã do meu marido
E ele é meu filho rejeitado
Respeitem-me sempre
Porque eu sou a escandalosa e a magnífica*

Hino a Ísis, século III ou IV (?), descoberto em Nag Hammadi

As discussões e explicações iniciadas nos capítulos anteriores formam o arcabouço necessário para compreender a importância dos papéis femininos, tanto de ponto de vista micro, a partir de suas vivências, e de como esta mulher enfrenta o seu dia-a-dia, com suas responsabilidades laborais, familiares e consigo mesma, até de um ponto de vista macro, através do impacto da existência dessa mulher dentro da sociedade.

As análises que se seguirão não pretendem esmiuçar essa mulher numa ótica psicologizada em que os holofotes se voltam para ela, mas sim, traçar um panorama de como ela percebe seus papéis e de como isso pode ser importante e impactante em diferentes configurações familiares. Como se trata de um estudo qualitativo, se restringiu a amostra de forma que não será possível caracterizar todo o universo feminino em seus diversos estratos sócio-econômicos. Contudo, além de não ser o objetivo da pesquisa, o que se buscava através

dessa análise, era levantar questionamentos que possam corroborar com a realidade de outras tantas mulheres em condições semelhantes às das pesquisadas.

Assim, as mulheres que compuseram a amostra da presente pesquisa podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- 1) **Participante 1:** Chamada aqui de *Rosa*, 43 anos, branca, católica praticante, professora universitária (Instituição Pública) e trabalha como profissional de saúde (em Instituição Pública, também, mas omiti a profissão a pedido da entrevistada), com graduação em curso da área de Saúde e seu maior nível de formação é o mestrado. É casada há quase 20 anos, possui 02 filhas (15 e 17 anos) e renda familiar em torno de R\$ 6.400,00, dos quais, a maior parte da renda é oriunda o trabalho dela. É a representante da Família Ampliada;
- 2) **Participante 2:** Chamada aqui de *Tulipa*, 35 anos, branca, católica não praticante, professora universitária (trabalha em três Instituições diferentes, uma Pública e duas Privadas) e com graduação em curso da área de Saúde e atualmente faz doutorado. É divorciada há quase 01 ano, possui 02 filhos (uma menina de 6 anos e um menino de 4 anos) e renda familiar em torno de R\$ 5.000,00, sendo considerada aqui apenas a renda da entrevistada. É a representante da Família Monoparental;
- 3) **Participante 3:** Chamada aqui de *Orquídea*, 37 anos, branca, evangélica praticante, professora universitária (Instituição Privada) e trabalha como profissional de saúde (em Instituição Privada), com graduação em curso da área de Saúde e seu maior nível de formação é o mestrado. É casada há mais de 10 anos, possui 02 filhos (6 e 8 anos de idade) e renda familiar em torno de R\$ 3.500,00, sendo a renda da entrevistada superior a do seu cônjuge. É a representante da Família Restrita;
- 4) **Participante 4:** Chamada aqui de *Violeta*, 31 anos, branca, deísta, professora universitária (trabalha em duas Instituições diferentes, todas Privadas), com graduação em curso da área de Humanas e seu maior nível de formação é o mestrado. É solteira, não possui filhos e sua renda gira em torno de R\$ 2.500,00, sendo considerada aqui apenas a renda da entrevistada. É a representante da Família Unipessoal;

- 5) **Participante 5:** Chamada aqui de *Margarida*, 59 anos, branca, católica praticante, secretária e chefe de recursos humanos (trabalha em duas Instituições diferentes, uma Privada e outra Pública, respetivamente), com graduação em curso da área de Humanas e atualmente faz mestrado. É casada pela terceira vez (divorciada do primeiro marido e viúva do segundo), possui 03 filhos (todos maiores de 18 anos) e sua renda gira em torno de R\$ 3.500,00, sendo considerada aqui apenas a renda da entrevistada. É a representante da Família Recompsta.

1. MULHER E TRABALHO: OS SONHOS, AS REALIZAÇÕES E A REALIDADE

Nesse seguimento serão discutidas as percepções da mulher sobre seu trabalho e a influência dele em sua vida e família. Em algumas discussões, as falas de várias perguntas da entrevista foram unidas em um único ponto para dar mais visibilidade às discussões.

1.1 Rotina Diária de Trabalho e Jornada Semanal

As falas apresentadas giram em torno de **conteúdos semelhantes**: *a de que a rotina diária é dupla nas atividades laborais, associadas às atividades domésticas*. Isso pode ser percebido facilmente na transcrição dos seguintes trechos das entrevistas:

[...] sou professora nas segundas, terças, quartas, quintas e sextas pela manhã e quintas e sextas a tarde e profissional de saúde (omiti a profissão para preservar a entrevistada) no ambulatório (omiti o hospital para preservar a identidade da entrevistada) nas segundas, terças e quintas a tarde. (Rosa)

[...] é uma rotina dinâmica. Cumpro 50 horas semanais, além das obrigações em casa. (Margarida)

[...] minha rotina é iniciar minhas atividades diariamente às 05h30min horas da manhã, iniciar o trabalho em torno das 8 horas e encerrar por volta das 18 da tarde. Cumpro uma jornada média de 9 horas de trabalho diária, perfazendo de segunda à sexta 45 horas de jornada. Quando chego em casa a noite, vou dar atenção aos meus filhos e pô-los pra dormir, organizo algumas coisas que dependem de mim e depois cuido das minhas obrigações da Universidade. (Tulipa)

[...] tenho rotina tripla, nem sei como chamar! Ensino nos turnos da manhã e da tarde, de segunda a sexta-feira. [...] normalmente trabalho das 07:00h às 11:20h e das 13:00h às 18:00h. Quando chego em casa a noite, ainda vou cuidar das coisas de casa.. (Violeta)

[...] é diária com jornada dupla: casa e Universidade. (Orquídea)

Em todas as falas, as mulheres referem jornada de trabalho extensa, sempre agregando atividades laborais como as obrigações domésticas. Fica claro, em muitos casos, que a rotina dessas mulheres não finda com o término do dia, tendo algumas que estenderem seu horário de trabalho durante a noite, como no caso de Violeta e Tulipa. Essa jornada extensa de trabalho é verificada com mais clareza na pesquisa em questão, justamente nas falas de mulheres que não possuem cônjuges ou outros familiares com quem elas possam dividir suas responsabilidades na divisão de tarefas.

Sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, Marques e colaboradores (2005) afirmam que, contrariamente ao que seria esperado, as responsabilidades femininas dentro da esfera de produção não mudaram e permanecem, muitas vezes, a exemplo do trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, dentre outros, caracterizando, claramente, uma sobreposição de atribuições.

Permeando, ainda, essa discussão sobre as desigualdades da divisão social das tarefas domésticas, Perez (2001) defende que além de se configurar como uma injustiça e uma sobrecarga de trabalho excessiva é, também, um claro obstáculo ao crescimento profissional dessa mulher, principalmente, porque isso ceifa a possibilidade de uma participação mais integral e em condições de igualdade no mercado de trabalho. De maneira complementar, sua afirmativa ainda volta-se para o fato de serem as mulheres as responsáveis pela maior parte das horas trabalhadas no mundo e, muitas vezes, em condições de trabalho mais adversas.

Curiosamente, as mulheres aqui entrevistadas fazem parte de uma parcela da população com poder aquisitivo para adquirir serviços, por exemplo, a contratação de serviços domésticos especializados, mas, mesmo assim, diversas funções permanecem sendo desempenhadas ou sendo supervisionadas por elas, como apresentado no estudo realizado por Spindola (2000). Digno de nota, ainda, é perceber que não há diferenças nos relatos de nenhuma das mulheres que representam os cinco tipos família, o que nos permite inferir que jornadas longas não são inerentes apenas às camadas populacionais menos favorecidas e a acumulação de funções está presente em todas as configurações familiares.

Contudo, é importante frisar que todos possuem funcionários que cuidam de boa parte das atividades domésticas, estando estas a disposição em tempo integral ou em alguns dias durante a semana, o que torna essa jornada de trabalho de certa forma diferente das mulheres de classe baixa, haja vista que, nestes casos, as atividades domésticas são de inteira responsabilidade da mulher ou, quando muito, partilhadas com algum membro da família.

1.2 Trabalho: Afinidades e Escolhas Profissionais

Quando questionadas se possuíam afinidade com o trabalho que realizam e os motivos que as levaram a escolher a profissão que exercem, encontrou-se nas falas das cinco entrevistadas, claramente, **conteúdos semelhantes**: *a escolha por suas profissões foi voluntária, sem pressão de familiares como determinante ou interveniente desse processo* e que *a satisfação é inerente à concretização da prática profissional*. Quando se elencou os motivos das escolhas, **dois conteúdos diferentes puderam ser identificados**: *algumas escolhas surgiram do desejo de atuar junto a pessoas, seja na educação, seja na saúde* (Rosa, Margarida e Orquídea) e, em outros, *pela oportunidade de dar continuidade a atividades ainda iniciadas durante suas carreiras acadêmicas* (Tulipa e Violeta).

[...] sim. Gosto muito do meu trabalho. [...] escolhi essa profissão porque posso fazer alguma coisa pelo próximo, como também posso contribuir de alguma forma para a formação dos futuros profissionais. (Rosa)

[...] sim, tenho afinidade. [...] um conjunto de fatores. Relacionamento, afinidade com pessoas humanas, espírito de cooperação. (Margarida)

[...] muita afinidade. [...] o desejo de aprender e contribuir para o conhecimento. (Orquídea)

[...] tenho total afinidade. [...] a trajetória desenvolvida na universidade, associada ao fato que eu já ensinava quando eu fazia graduação. (Tulipa)

[...] muita afinidade. Foi uma escolha consciente e não me arrependo. Amo o que faço. [...] não sei, exatamente. Na realidade, descobri essa paixão na universidade. Fui monitora, peguei gosto pela coisa. Com o tempo, fui vendo que isso era uma possibilidade real de trabalho. Daí por diante, fui organizando minha carreira pra esse fim. (Violeta)

Essa possibilidade de escolher a própria profissão é algo temporal, bem demarcado, sobretudo aqui no Brasil. Conforme já postulado em capítulo anterior, no início do século XX,

cabia as mulheres de classes menos favorecidas a inserção em indústrias, principalmente, nas indústrias têxteis, que absorviam a maior parte da mão-de-obra face ao crescimento industrial brasileiro, mesmo que esse trabalho fosse ou não realizado por afinidade. Ao mesmo tempo, as mulheres de classe média e da elite ocupavam áreas como o Direito, a Física, mas eram as profissões da área de saúde que abarcavam a maior fatia dessa população (GALEAZZI, 2001; HAHNER, 1990 *apud* SAMARA, 2002).

Moreira (1999) e Spindola (2000) relatam que a inserção da mulher no mundo do trabalho abarcava a esfera das profissões em que as características femininas fossem presentes e marcantes, a exemplo da enfermagem e do magistério. Carvalho e Yamamoto (2001) reforçam essa teoria de que o trabalho desempenhado pelas mulheres, no mais das vezes, se relacionava com o cuidar, com a caridade e com forte relação com a Igreja e o assistencialismo.

Essa realidade posta é uma das mais importantes provas de que a mulher do início do século passado, tão apegada à vida privada e tão frágil, como fortemente foi descrita na literatura, vai sendo substituída pela mulher que reivindica diariamente sua autonomia, e para Singly (2007), particularmente nas famílias de classe média, isso permite que os indivíduos circulem em outras esferas, principalmente a do trabalho.

Para Galeazzi (2001) e Moraes (2002), diversos fatores foram os responsáveis por essa entrada e consolidação da mulher no mercado de trabalho, sobretudo a partir da década de 90. Ela aponta o desejo de seguir uma carreira profissional, as necessidades econômicas pessoais ou familiares (quer pela deterioração dos salários e do poder de compra, que pelo desejo de consumo) mas, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico que trouxe consigo um aumento no número de empregos regulamentados, como sendo os principais.

O crescimento dessa autonomia na escolha da carreira profissional parece surgir, assim, concomitante ao que Gilles Lipovetsky (2000) chama de a “terceira mulher”. Suas predecessoras foram a mulher da segunda Idade Média, cultuada pela beleza e sublimada e idealizada pelos homens, e a mulher do século XVIII, reconhecida como mãe e como dona do lar, embora, em nenhum desses dois casos, houvesse uma supremacia feminina e mudanças nos papéis existentes.

Essa terminologia “Terceira Mulher” é usada para designar a mulher dos dias atuais, capaz de determinar sua vida, seus atos e suas escolhas e foi construído com base do entendimento do autor de que ela conseguiu, mesmo que, invariavelmente de forma enviesada,

se firmar como sujeito social, lutando contra dois princípios historicamente instaurados, o de que existem os papéis femininos e os papéis masculinos e ambos não podem adentrar nesse mundo irrevogável e, o segundo, é o de que o sexo masculino deveria ter mais prestígio do que o feminino.

É importante, contudo, transpor esse conceito da Terceira Mulher com suas próprias escolhas para os diferentes estratos sócio-econômicos. Ao se fazer isso, observa-se que ele não se adequa, em toda a sua extensão, às mulheres de baixa renda e baixa escolaridade. É possível que se estas mulheres pudessem escolher, não trabalhariam em uma atividade idêntica àquelas que já realizam em suas casas (considerando que o emprego como empregada doméstica é comumente desempenhado por mulheres com essas características), quase sempre, por uma remuneração igual ou inferior a um salário mínimo e sem ou com poucos direitos trabalhistas.

1.3 Relação Trabalho, Remuneração e as Necessidades da Família

Escolhas Profissionais e as Necessidades da Família

Um ponto importante da investigação centrou-se na relação satisfação e realização profissional e as necessidades da família. Nesse sentido, quando questionadas se mudariam suas escolhas profissionais para melhorar as condições de suas famílias, os depoimentos encontrados revelam **dois conteúdos diferentes**: *uma parte não faria tais mudanças* (Rosa, Tulipa e Margarida) *e a outra faria, caso pudessem agregar uma nova atividade ao que já fazem* (Margarida e Violeta).

[...] não. Faria exatamente a mesma escolha, não mudaria nada da minha vida.
(Rosa)

[...] não, não mudaria. Me considero satisfeita com a escolha profissional que fiz..
(Tulipa)

[...] não, faço o que realmente gosto. **(Orquídea)**

[...] sim, dinamizando e fazendo no tempo certo, certas opções de vida, como concursos em outras áreas. [...] isso no tempo certo. **(Margarida)**

[...] olha, acho que mudaria, sim. Todo mundo quer ganhar mais, porque, com uma remuneração melhor, a gente pode fazer mais coisas, realizar outros sonhos. Não sei se mudaria tudo. Se pudesse agregar outra coisa ao que já faço, faria com toda a certeza. Não gostaria de abrir mão do ensino, porque isso é a minha maior realização. Mas, se o salário fosse realmente algo muito acima da média, sim, eu mudaria porque tenho família que depende do que ganho. Todo mundo teria mais conforto assim. (Violeta)

Trabalho e Remuneração

Ao mesmo tempo investigou-se se elas achavam justo o que recebem pelo trabalho que desempenham, **dois conteúdos diferentes** foram encontrados: *quatro entrevistas revelam que não são bem remuneradas* (Rosa, Orquídea, Margarida e Violeta) e *uma refere que é bem remunerada em uma das instituições em que atua profissionalmente* (Tulipa). O que questionamento que investigou se elas acreditam que ganhariam mais caso fosse um homem, revela **um único conteúdo** para todas: *não seriam melhor remuneradas se fossem homens*.

[...] eu acredito que a defasagem salarial nesse país atinja ambos os sexos [...] com certeza gostaria de ganhar um pouco mais, mas o que recebo atualmente contempla minha sobrevivência. E não acho que ganharia mais se fosse um homem. Nas profissões que exerço não há esse tipo de discriminação. (Rosa)

[...] acho que poderia ser melhor remunerada, mas se fosse homem acho que não mudaria a questão salarial. (Orquídea)

[...] acho que não, e se fosse homem, não seria mais bem remunerada. (Margarida)

[...] não acho que sou bem remunerada, não só pelo tipo de trabalho que exerço, mas pelo investimento que tenho que fazer pra me atualizar. Acho que professor ainda ganha muito pouco, mas, ao mesmo tempo, ganho mais do que muitos que possuem minha profissão e atuam em outras áreas. [...] se acho que ganharia mais se fosse homem? Não, em absoluto. No que faço, não há discriminação. (Violeta)

[...] acho que sou bem remunerada apenas por uma das instituições que leciono. Não acho que minha remuneração seria diferente se fosse homem. (Tulipa)

As negativas nas falas de três mulheres sobre não mudarem suas escolhas podem ser aqui interpretadas de duas formas: ou elas realmente não fariam tais concessões porque poderiam se apoiar em seus parceiros ou outros familiares, já que, tanto a Rosa quanto a Orquídea possuem maridos e/ou vivem com outros familiares, ou então, como no caso de Tulipa, a possibilidade não foi aventada na sua concretude porque o salário que ela recebe supre as necessidades de sua família.

Os discursos de Violeta e Margarida são, nesse sentido, mais esclarecedores. Ambas afirmam que fazem o que gostam e possuem afinidade com o trabalho que desempenham, mas, desde que elas não tivessem que mudar tudo em suas vidas, uma proposta de trabalho em que a remuneração fosse maior do que a que elas recebem hoje seria avaliada com cautela. Nos casos específicos de Violeta, outra justificativa poderia ser a de que ela possui uma “família extra” para sustentar, haja vista que parte do seu salário é destinado ao sustento dos pais e do irmão mais novo.

Em todas as falas, independentemente da família que essas mulheres representam, os relatos de que gostariam de ganhar mais estão presentes, assim como o de que não ganhariam mais caso fossem homens. Obviamente há de se considerar aqui, que as atividades desempenhadas por essas mulheres não dão margem para esse tipo de discriminação, uma vez que quase todas são professoras universitárias, onde a equiparação salarial é uma realidade entre os sexos.

É notório explicar, contudo que, via de regra, a exemplo da amostra aqui analisada, as mulheres possuem uma escolaridade mais elevada do que os homens (quando se considera números de anos estudados) e são elas que ocupam a maior parte dos empregos em que um nível de escolaridade maior é exigido (mesmo que esses sejam, quantitativamente falando, o menor número de vagas disponíveis). Sobre isso, Bruschini e Lombardi (2002) atribuem a fatores muito pontuais: o primeiro deles se refere ao fato de que a escolaridade das mulheres é mais elevada, tanto na população de uma forma geral, como na população economicamente ativa (PEA) e, o segundo, volta-se para o fato de que os empregos formais, sobretudo, os empregos públicos, disponibilizam a maior parte das suas vagas em áreas como saúde e educação, onde as mulheres são soberanas estatisticamente falando.

De maneira complementar, Sebastiani (2003) afirma que dados oficiais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) para o ano de 2001 apontaram que a PEA, no início dos anos 80, possuía uma representação feminina em torno de 31,3%, saltando em 1999 para 41,4%. Contudo, apesar de as mulheres possuírem mais escolaridade, o salário médio é inferior aos que homens recebem quando desempenham a mesma função.

Sobre isso ainda, e considerando, também, a baixa remuneração relatada nas mulheres pesquisadas, a amostra aqui exposta se enquadra no perfil da parcela da população

que Bruschini e Lombardi (2002, p. 98) chamam de GG1, ou seja, o grupo que agrega ocupações científicas de nível superior. Sobre isso, as autoras comentam:

Por sua vez, o outro lado da ocupação feminina, representado pelas profissões de nível superior, de maior prestígio, no Grande Grupo 1 — juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores e pintores e assemelhados —, responsável por 17,9% do emprego feminino, compõe-se das famílias ocupacionais juristas, professores, escritores, jornalistas, escultores, pintores e músicos, técnicos desportivos, etc. O ensino caracterizou-se através do tempo como uma das poucas áreas de atuação feminina qualificada no mercado de trabalho. Em que pesem as profundas modificações nas condições de trabalho e na remuneração dos docentes brasileiros nas últimas décadas, o que tem conduzido a uma desvalorização da função de ensinar por parte dos próprios professores e da sociedade, a categoria continua eminentemente feminina: se, em 1998, 95% dos professores do ensino pré-escolar eram mulheres, assim como 88% dos professores do ensino especial, 87% dos professores do 1º grau, 72% dos de 2º grau, 72% dos professores de língua e literatura do 3º grau, uma década antes, as proporções eram muito próximas.

Para Souza e Castro (2003), essa prevalência feminina na educação pode ser atestada desde o século XIX e é um fenômeno na educação brasileira, já que 94,6% das aulas de aula em parte do ensino fundamental (anteriormente chamadas de 1ª a 6ª séries) possuem mulheres como suas responsáveis. Isso, de fato, não significa uma aquisição de *status* sócio-econômico, uma vez que entre os anos de 1874 e 1991, os professores de toda a América Latina experimentaram uma drástica redução em seus salários de uma forma geral, com maiores perdas e estagnações aqui no Brasil (ABREU; BULHÕES, 1992 *apud* SOUZA; CASTRO, 2003), relato que corrobora com as colocações de Rosa sobre a defasagem salarial.

Ao se discutir as escolhas dessa mulher e as necessidades de sua família, é importante perceber, a partir dessas estatísticas apresentadas anteriormente, a relevância do enfoque na relação mulher e trabalho, mais precisamente pelo crescimento, nos últimos anos, do número de lares brasileiros em que o trabalho feminino passa a representar a principal fonte de sustento econômico da família, como no caso de todas as mulheres aqui apresentadas que, ou são as únicas provedoras de suas famílias ou são as principais provedoras. Pesquisas revelam que no Brasil, 27,5% dos lares têm na mulher a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro (FLECK; WAGNER, 2003).

Para Araújo e Scalon (2005) as principais razões para uma mulher se tornar a referência para sua família são a morte ou o abandono por seus maridos ou companheiros. Via de regra, esse é o perfil das mulheres de baixa renda e com baixa escolaridade. Obviamente, por se tratar de mulheres com essas características, as atividades típicas desempenhadas por elas são atividades domésticas ou afins.

Para Moraes (2002), isso é motivo suficiente para se repensar a tão discutida emancipação feminina, uma vez que a saída da mulher para o mercado de trabalho não as desobrigou de manter suas antigas obrigações domésticas, que não deixam de ser trabalho, mesmo não sendo remunerado e nem reconhecido. Embora as mulheres da presente pesquisa estejam numa situação sócio-econômica diferente das que compõe a discussão da referida autora, essa realidade apresentada por ela, também faz parte das mulheres desta pesquisa.

1.4 Metas Profissionais e Obstáculos

A possibilidade de crescimento profissional e as metas também foram investigadas, assim como os empecilhos para que estes se concretizassem. Nesse sentido, encontrou-se respostas bastante semelhantes, sobretudo no que se refere às dificuldades. Nas falas apresentadas existem **três conteúdos** expressamente expostos: *em três dos relatos aqui apresentados (Tulipa, Orquídea e Violeta), as metas profissionais referem-se a possibilidade de realizar uma pós-graduação (02 para conseguir concretizar doutorado e 01 o pós-doutorado). Em um caso (Rosa), as metas profissionais já foram atingidas em sua grande maioria e, em outro (Margarida), o reconhecimento profissional é a meta.*

No tocante as dificuldades, houve uma divergência significativa nas falas apresentadas. Foi possível estabelecer **cinco conteúdos**: em um caso (Rosa), o que dificultaria seria a ocorrência de doença grave na família; no caso de Margarida, a relação que esse reconhecimento profissional possui com uma tomada de decisões do governo; no terceiro caso (Orquídea), a dificuldade de se afastar da família; a despeito de Tulipa, é a falta de apoio institucional e, por fim, o quinto caso (Violeta), que possui como dificuldades as mesmas apresentadas por Orquídea e Tulipa.

[...] graças a Deus e aos meus esforços estou conseguindo tudo que planejei na minha vida e com certeza o que pensei em fazer dela estou vendo se realizar [...] O que poderia atrapalhar em parte ou por algum tempo a concretização seria uma doença grave na família ou até mesmo comigo. (Rosa)

[...] que um dia dêem valor a profissão exercida por cada ser humano [...] não acho que se concretizará um dia, pois isso depende do governo, em geral. (Margarida)

[...] fazer o doutorado. [...] acho que posso realizá-lo. O que me dificulta é não querer ficar longe dos meus filhos. (Orquídea)

[...] conseguir concluir um pós-doctor. O que atrapalharia, na verdade já atrapalha, é o fato de não conseguir apoio nem para cursar meu doutorado. (Tulipa)

[...] tenho muita coisa pra fazer ainda. Gostaria de fazer o doutorado e, quem sabe, um pós-doctor, mas tenho dificuldade de me afastar da minha família, mesmo não morando com eles. Refiro-me a sair daqui pra ir pra São Paulo, Rio, essas coisas. Além disso, temo que as Instituições em que trabalho não me desse apoio financeiro e não posso sair daqui ser ter uma reserva certa pra mim e pra minha família. (Violeta)

Ressalta-se aqui que, há um ponto de convergência nos depoimentos de Rosa, Orquídea e Tulipa: a família. Pra elas, a família ainda é responsável por limitar esse crescimento profissional, haja vista que as necessidades da mesma parecem ser preponderantes na tomada de decisões dessas mulheres que desejam ascender profissionalmente, desde que não tenham que se afastar de suas famílias, o que demonstra o quão imbricada é essa relação da mulher com os seus e como isso, a exemplo do discutido por diversos autores, pode ser um fator limitante para a ascensão profissional da mulher.

Nos casos de Tulipa, Orquídea e Violeta, a concretização traria não apenas a possibilidade de melhorar a sua capacitação, mas, principalmente, de melhorar as suas remunerações, já que cada pós-graduação concretizada agrega valor monetário ao salário e, nos casos de Instituições Públicas de Ensino, agrega valor curricular para o crescimento e reconhecimento dentro da carreira profissional (Plano de Cargo, Carreira e Remuneração). Curiosamente, nos três casos há filhos pequenos ou familiares que dependem diretamente dessas mulheres, fato que pode postergar a concretização de qualquer meta profissional que requeira esse afastamento, já que isso vai de encontro a esse papel da mulher-mãe.

Retomando a discussão sobre ascensão profissional, o caso de Rosa configura bem o exemplo de como a aquisição de títulos e formação complementar curricular pode ser fator positivo na concretização dos sonhos dessas mulheres, haja vista que ela é recém contratada de uma Instituição Pública de Ensino após aprovação em concurso público, local onde os melhores salários na área de educação superior são pagos, o que gerou um incremento bastante significativo na sua renda familiar.

As discussões realizadas por Bruschini e Lombardi (2002) e Souza e Castro (2003) no item anterior podem ser transpostas para cá, porque ilustram não apenas a defasagem salarial discutidas pelos autores, mas também, as estratégias dessas mulheres para melhorar sua remuneração, haja vista que todas já trabalham em pelo menos duas Instituições e

possuem como meio de incremento salarial e reconhecimento profissional, a aquisição de formação curricular.

1.5 Os Papéis, o Trabalho e a Sobreposição de Responsabilidades

Os papéis de Hoje e de Ontem

Quando questionadas diretamente sobre quais são os seus papéis no dia-a-dia e se gostariam de incluir ou excluir algum deles, **houve um único conteúdo nas respostas**, com a *mesma na descrição desses papéis, dos quais alguns elas desempenham por amor e não se queixam e outros, elas prefeririam excluir*. Quando interpeladas sobre se gostariam de exercer algumas funções que não exercem hoje, **dois conteúdos foram informados**: um revela que parte delas *gostaria de possuir alguma outra função (Rosa, Margarida e Violeta) e outro revela que não desejam mais funções (Tulipa e Orquídea)*. Em todos os casos, as queixas parecem ser amenizadas pelo prazer que suas vidas, no geral, lhes proporcionam.

[...] digo sempre: a mulher na verdade tem múltiplas funções: amiga, esposa, amante, filha, mãe, profissional e outras mais [...] sim, tem. Gostaria de trabalhar no voluntariado, ajudar mais o nosso próximo. (Rosa)

[...] mãe, doméstica, secretária, avó, companheira, amiga. [...] sim. De ser dondoca certas ocasiões. Colunável “sem pagar” (nessa hora ela dá ênfase ao termo entre aspas). [...] acho que a única coisa que não faço e que gostaria de fazer era trabalhar em comunidades carentes. [...] gostaria de excluir o horário... ele nos martiriza.(Margarida)

[...] sou mãe e filha dos meus pais, professora, amiga, dona-de-casa, cidadã. Sou tanta coisa, tenho tantas funções. Ficaria difícil elencar tudo. [...] ah, gostaria de ser mãe e esposa e, possivelmente excluiria algumas funções, se fosse parar pra pensar com calma. Como nunca fui nem uma coisa e nem outra, não sei como seria, mas gostaria muito. Ah, e queria ser rica uma vez por semana, sabe? Ter um dia de princesa. Compras, cabeleireiro, massagem, festas, essas coisas. (Violeta)

[...] mãe, dona de casa, ombro amigo e provedora. [...] não, não há outro papel que gostaria de desempenhar ou excluir. (Tulipa)

[...] trabalhar, acompanhar as tarefas dos meninos, verificar se está tudo em ordem em casa. [...] outra função? Não, nenhuma. (Orquídea)

De maneira complementar, trouxe para discutir junto a essas questões, o penúltimo tema abordado na entrevista, que se referia à principal diferença entre a vida que a entrevistada possui e a que sua mãe e/ou avó tiveram. Preferi trazê-lo para cá porque lida diretamente com as questões discutidas nesse ponto (os papéis). Em quase todos os casos, **o conteúdo das falas** revela um único conteúdo: o de que as diferenças não só existem, como são muitas. Quando interpeladas sobre quais essas diferenças, **o conteúdo das respostas** aponta para duas proposições básicas: *o excesso de responsabilidades que as mulheres de hoje comportam* e, ao mesmo tempo, *a liberdade que as mulheres de hoje possuem, em detrimento de uma vida mais privada e restrita de suas precedentes*.

[...] a diferença é grandiosa, pois elas nunca trabalharam fora e seguiam a tradição da época: casaram-se cedo e viviam para o lar, casa, filhos e marido. O que temos em comum é que também vivo cuidando do lar, tendo ajuda de uma empregada, mas com outras atividades externas nos dois expedientes. (Rosa)

[...] acredito que a principal diferença seja a independência financeira, além das facilidades que a sociedade hoje oferece. (Tulipa)

[...] diferença? Vejamos: a minha tem muita mais responsabilidades em relação a tudo. Minha mãe tinha várias empregadas, nunca trabalhou fora, nem mesmo foi a um supermercado. As diferenças são absurdas. (Orquídea)

[...] diferença? Ah, sou mais livre, aberta, liberal, mas nem por isso critico a vida delas. O mundo mudou e as pessoas tiveram que acompanhar seu ritmo. Sinto saudades! (Margarida)

[...] Podem ser diferenças? Se for comparar a minha vida com a da minha mãe, não vejo tanta. Mas, se for comparar com a vida da minha avó, que nasceu no início do século passado, a diferença é gritante. Passei minha infância inteira ouvindo minha avó dizer que as mulheres de hoje em dia são 'modernas demais pra cabeça dela' (grifo da entrevista que fez o símbolo de aspas com os dedos), que no tempo dela mulher não desrespeitava nem pai e nem marido e que vivia para servir às vontades de ambos. Acho que o relato que mais me chocou foi certa vez, quando ao ver uma cena de novela ela disse: no meu tempo mulher não beijava na boca desse jeito. Quando perguntamos a ela se ela nunca tinha beijado meu avô, ela respondeu que não, que aquilo não era coisa que uma mulher direita fazia no tempo dela. [...] ao ver essas coisas, me sinto feliz por ter nascido nesse tempo e espaço, porque teria sofrido muito com minha necessidade extrema de ir e vir, minha impaciência para as atividades domésticas e minha paixão quase voluptuosa por meu trabalho.. (Violeta)

Traçando-se um paralelo, em todos os tipos de família aqui representados por essas mulheres, as funções desempenhadas no dia-a-dia são basicamente as mesmas, com algumas funções a mais para algumas delas. O ponto-chave, contudo, está no excesso de responsabilidade para àquelas mulheres que chefiam suas casas e famílias. O exemplo mais

nítido dessa afirmativa está nos casos de Tulipa e de Violeta. A sobreposição de funções fica clara em diversos pontos das entrevistas de ambas, sendo, em alguns deles, motivo de insegurança, cansaço ou descontentamento, já que elas são as únicas responsáveis por suas famílias.

Essa realidade, contudo, não se apresentava, na concepção delas, nas vidas de suas mães e avós, afirmativa presente nas falas das demais entrevistadas. O relato de Violeta, particularmente, assemelha-se a outros obtidos no estudo de Biasoli-Alves (2000), bem como no estudo de Boris e Cesídio (2007) com ênfase, sobretudo, na submissão feminina ao pai e ao marido e a restrição ao ambiente doméstico. É consenso, contudo, que as principais diferenças apontadas por todas são o excesso de responsabilidades que as mulheres de hoje possuem e, ao mesmo tempo, a liberdade para fazer suas escolhas.

Para Soares e Carvalho (2003), a construção dos papéis femininos foi consolidada no tempo e no espaço, permeada por diversos momentos históricos e acreditam que a identidade feminina com suas características próprias (amabilidade, paciência, sensibilidade, dependência) não nasce pronta, não é algo natural, criado pela natureza, mas sim uma construção social, como aponta Moraes (1999) na clássica frase de Simone de Beauvoir de que “Não se nasce mulher: torna-se”. Ao mesmo tempo, essa autora discute que as obras de Beauvoir, a exemplo de *“O segundo sexo”* e *“Memórias de uma Moça bem Comportada”* ajudam, claramente, a entender o mal estar difuso causado por essa inquietação, além de situar a mulher como um produto da História e da sociedade.

Retomando a discussão de Soares e Carvalho (1999), isso, contudo, não significa, na perspectiva dos autores, que a “aquisição” dessas novas funções ao longo do tempo seja feito sem conflitos, já que, em muitas dessas situações, o aumento das funções femininas acontece nas famílias em que a mulher não tem com quem dividir suas responsabilidades, a exemplo das famílias monoparentais e unipessoais, o que corrobora com alguns achados da presente pesquisa, principalmente nas entrevistas de Violeta (Família Unipessoal) e Tulipa (Família Monoparental).

Nessas idas e vindas ao longo da História, nem todos os papéis sofreram mudanças ou, como prefere afirmar Biasoli-Alves (2000), rupturas. Muita coisa permaneceu, mesmo que com novas roupagens, mesmo que agregados outros valores e importâncias. O fato mais importante, talvez, não seja o que se perdeu e o que se renovou nesses papéis, mas a forma como a mulher vivencia essa realidade na construção diária de sua identidade. Violeta,

representante da família unipessoal, exemplifica bem essa realidade. Embora afirme-se moderna, adepta da liberdade de ir e vir e sem aptidões para as tarefas domésticas, afirma ter desejo de se casar e ter filhos, prática obrigatória para a sua avó e tendência natural para a sua mãe, embora hoje essa postura venha sendo abandonada enquanto estratégia para a mulher se firmar enquanto sujeito social.

A Sobreposição de Papéis na Conciliação da Vida Pessoal e Profissional

Para complementar o impacto dessa discussão sobre os papéis, investigou-se, paralelamente, a forma como cada uma das mulheres equilibra suas atividades laborais com suas outras obrigações, questionando-as se elas acreditavam que poderiam exercer melhor seu trabalho se não possuíssem outras funções. Observou-se, a partir das respostas, **dois conteúdos distintos**: *em dois casos (Tulipa e Violeta) as mulheres que revelam que o excesso de atividades prejudica, ao menos parcialmente, a realização de seus trabalhos. Nos outros três (Rosa, Margarida e Orquídea), não há prejuízos a realização do trabalho.* As mulheres, em seus relatos, reforçam a demonstração feita em diversos momentos das entrevistas de que o excesso de atividades e papéis está presente em suas vidas, mesmo elas pertencendo a um estrato sócio-econômico diferenciado e independentemente do tipo de família em que estão inseridas. Agregou-se, então, a essa discussão, a relação entre trabalho fora de casa e a família, questionando a mulher se essa era uma conciliação possível. **Dois conteúdos foram encontrados**: *em alguns casos às mulheres relatam que é possível ser uma mulher com vida profissional e, ainda sim, viver as responsabilidades com os seus. Outras, contudo, referem que essas responsabilidades concomitantes podem trazer alguns prejuízos a essa relação.*

[...] como a maioria das mulheres nos dias atuais, além do estudo e trabalho tem sua família. As lacunas geralmente ficam pelas ausências na criação dos filhos, mas pude, na medida do possível, conciliar o papel de esposa, dona de casa e mãe. [...] sim, com certeza. Como já respondi anteriormente, na atual sociedade globalizada dita pós-moderna, é impossível dentro do contexto social e econômico que vivemos que a mulher tenha um papel exclusivamente de ser apenas do lar, tendo ela também um compromisso com a divisão das despesas. (Rosa)

[...] acho que desempenharia melhor meu trabalho se eu pudesse me dedicar a apenas uma instituição. [...] sim, é uma conciliação possível, mas com muitas perdas no caminho. (Tulipa)

[...] não posso afirmar com exatidão, mas acredito que poderia, sim. Se não tivesse responsabilidades em minha casa e nem com a casa dos meus pais e, principalmente, se pudesse me dedicar a um único emprego, tenho certeza que poderia me dedicar muito mais e, talvez, com mais qualidade e empenho do que já me dedico. [...] acho que sim, mas tenho certeza que em algum ponto eu daria menos atenção. E, como sou muito dedicada ao meu trabalho, acho que minha família sairia perdendo. [...] corro demais hoje em dia. Sempre penso como seria se tivesse filhos. Teria que ter um marido muito presente e um pai muito dedicado e apaixonado por crianças ou pediria ajuda aos meus pais. Acho que a família sempre sai perdendo, porque em relação à família, a gente sempre pode pedir ajuda a alguém, mas, nosso trabalho, só a gente pode fazer. (Violeta)

[...] acho que demando o tempo necessário para desempenhar minhas funções [...] sim, organizo bem meu tempo de forma que não demando todo o meu tempo para o trabalho, consigo dar toda atenção aos meus filhos, às vezes é que deixo de dar o suficiente ao marido, acabo priorizando os filhos. (Orquídea)

[...] não. Quando se faz por amor tudo é diferente. O que nos revolta é a falta de compreensão. [...] sim, com organização e coerência tudo é possível. Tenho metas e horário pra tudo. Sou considerada mãezona. Estou a frente e a par de tudo. (Margarida)

Conforme explanado anteriormente, Soares e Carvalho (2003) acreditam que a construção dos papéis femininos foi consolidada no tempo e no espaço, permeada por diversos momentos históricos e acreditam que a identidade feminina com suas características próprias (amabilidade, paciência, sensibilidade, dependência) não nasce pronta, não é algo natural, criado pela natureza, mas sim uma construção social. Corroborando com os autores supracitados e complementando, Suárez (1992) discute que em um trabalho realizado por Kandal em 1989 (uma análise das obras dos autores fundadores da teoria sociológica moderna), salvo em raras exceções, a mulher posta como uma condição essencial dada pela natureza ou tem essa natureza a qual lhe é imposta modificada pelas práticas dominantes masculinas.

Nessas idas e vindas ao longo da História, nem todos os papéis sofreram mudanças ou, como prefere afirmar Biasoli-Alves (2000), rupturas. Muita coisa permaneceu, mesmo que com novas roupagens e agregando outros valores e importâncias. O fato mais importante, talvez, não seja o que se perdeu e o que se renovou nesses papéis, mas a forma como a mulher vivencia essa realidade na construção diária de sua identidade. Em algumas falas das entrevistas, as mulheres oscilam entre a fortaleza da mulher moderna, a Terceira Mulher de Lipovetsky (2000) e a insegurança e docilidade das mulheres ditas de outrora no trato com o seu trabalho, com a sua vida, com a sua família. Isso traz a tona a possibilidade de reflexão de

que as mulheres de hoje são a busca pelo equilíbrio entre o passado e o presente, entre o que foram suas mães e avós e o que, possivelmente, serão suas filhas e netas.

Terceira Mulher de Lipovetsky também pode ser chamada “mulher alfa”. A terminologia surgiu no livro *Alpha Girls*, do pesquisador Dan Kindlon, psicólogo e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Havard. Essa mulher alfa congrega características como a força para enfrentar as dificuldades do trabalho e do dia-a-dia, com formação acadêmica diferenciada e ocupando postos de trabalho de destaque, assumindo parcial ou integralmente suas casas e famílias, além de assumir que, embora possa viver sem a presença de um homem, elas gostam e admitem precisar deles (VELLOSO; SANCHES; MENDONÇA, 2008).

Para Kidlon, segundo Velloso, Sanches e Mendonça (2008) essa mulher é filha do Feminismo, da busca concreta pelo reconhecimento, pela igualdade e por espaços outrora ocupados apenas por homens. Isso coincide com a campanha de emancipação feminina da década de 60 e esse equilíbrio na mulher alfa entre algumas características como docilidade, sensibilidade e beleza e força, objetividade e independência formam o arcabouço da “terceira mulher” de Lipovetsky (2000).

Lipovetsky (2000, p. 12) acredita que essa mulher é a responsável por determinar seu destino e afirma que:

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, instalou-se uma nova figura social do feminino, instituindo uma ruptura muito importante na “história das mulheres” [...] a terceira mulher. Pela primeira vez, o lugar do feminino não é mais preordenado, orquestrado de ponta a ponta pela ordem social e natural.

Tanto a Terceira Mulher de Lipovetsky, quanto a Mulher Alfa de Kidlon possuem uma coisa em comum: os espaços que foram adquiridos ao longo das últimas décadas na busca pela emancipação custaram-lhe a obrigação de estruturar suas vidas em torno de uma diversidade de atividades, que elas acabam por realizar concomitantemente, como o trabalho, a família e aos serviços domésticos.

Dentro da literatura, as discussões sobre a relação mulher, trabalho e os demais papéis exercidos por ela são vastos. Marques (2005) acredita, contudo, que alguns fatores precisam ser levados em consideração antes de iniciar essa análise. O primeiro deles, preponderante, é que a configuração familiar em que essa mulher está inserida, assim como a posição que ela ocupa dentro da família, são decisivas no ingresso da força de trabalho. O

segundo fator a ser analisado é o número e a faixa etária dos filhos que, embora não sejam um fator excludente, podem ser considerados limitantes na ocupação de cargos e disponibilidade para o trabalho.

O número de filhos, particularmente, é um ponto que merece uma discussão a parte. Na amostra, temos 4 casos de mulheres de que possuem filhos. Nos quatro casos, o número máximo de filhos encontrados é de 02 por mulher. Traçando-se um paralelo com o trabalho, o que se observa é que a entrada definitiva da mulher no mercado de trabalho requer famílias cada vez menos numerosas e as estatísticas atestam isso. A queda na fecundidade é uma realidade não só nas estatísticas oficiais (IBGE, 2003a), mas atestada e justificada por essa necessidade de reduzir as obrigações dentro do lar para disponibilizar mais tempo para o trabalho. No tocante a idade, em dois dos casos (Tulipa e Orquídea) as mulheres possuem filhos em idade escolar, fato que requer um acompanhamento mais próximo na educação e pode interferir em jornadas de trabalho mais longas (KRELING, 2005).

As Atividades Domésticas: Protagonismo e Partilhas de Responsabilidades

Por fim, para ilustrar a diversidade de papéis, investigou-se quem era ou quem são os responsáveis pelas atividades domésticas, função esta que, historicamente, sempre coube à mulher. As falas revelam **três conteúdos distintos**: *a mulher é a única responsável; há uma empregada doméstica contratada para realizar as tarefas; as tarefas são divididas entre a mulher, seu companheiro e uma empregada doméstica*. Pode-se observar, contudo, que mesmo nos casos em que há uma ajuda do cônjuge ou companheiro, via de regra ainda é a mulher a responsável por todas as atividades domésticas ou, quando há uma empregada para realizar os afazeres domésticos, a supervisão ainda cabe a ela.

[...] os dois, eu e meu marido, mas temos pessoas da família em casa que nos ajudam. A atividade que é exclusivamente minha é o meu trabalho (Rosa)

[...] temos uma pessoa que nos ajuda, mas todos participam. As atividades exclusivamente minhas são ir ao supermercado e acompanhar os estudos dos meninos. (Orquídea)

[...] a empregada é quem cuida da casa, pois passo o dia fora. A atividade que é exclusivamente minha é fazer a feira. (Tulipa)

[...] hoje sou a responsável pelas atividades, embora quando tinha os filhos em casa, esta atividade era por conta da secretária [...] eles (os filhos) ajudavam, contribuíam em algumas coisas. (Margarida)

[...] sou responsável por tudo. Lavo, passo, cozinho, arrumo, faço feira, pago minhas contas. Duas vezes por semana tenho uma faxineira que passa aqui pra dar uma organizada nas coisas. E não é diferente em canto nenhum no mundo. Mesmo as mulheres mais independentes cuidam de suas casas e das obrigações domésticas, nem que seja pra supervisionar. Fui criada assim, sabe? Mesmo não gostando e sabendo que ninguém valoriza e considera isso como trabalho, cumprir essa rotina de cuidar de casa é muito difícil. Só quem é mulher sabe. (Violeta)

Mesmo historicamente existindo uma divisão das tarefas na organização social, com papéis atribuídos exclusivamente para elas, outros para eles e alguns que podem ser desempenhados por ambos (LIPOVETSKY, 2000; OLINTO; OLIVEIRA, 2004), há de se considerar que algumas atribuições possuem valor social menos e mais elevado o que, na perspectiva de Segalen (2000), atribui não só um status de subordinado e autoridade, respectivamente, a quem a exerce, como também, serve para estabelecer o papel do homem e da mulher dentro da família e em sociedade. As atividades domésticas exemplificam objetivamente esse peso inferior e categoria de subordinação à mulher que as exerce.

Em outras palavras, cabe às mulheres equilibrar o trabalho reprodutivo na esfera pública e na privada e, como neste último caso, as atividades realizadas dentro da esfera privada são consideradas como não trabalho, a desvalorização se instaura (OLINTO; OLIVEIRA, 2004), o que corrobora com as falas das entrevistadas, que fazem menção repetidamente a necessidade de organização e rigor do controle do tempo para conciliar todas as atividades, mesmo que muitas vezes esse trabalho não seja reconhecido, a exemplo do que pontua Violeta.

Apropósito, ainda, dessa discussão sobre as desigualdades da divisão social das tarefas domésticas, Perez (2001) acrescenta que além de se configurar como uma injustiça e uma sobrecarga excessiva é, também, um claro obstáculo ao crescimento profissional, sobretudo no que tange a possibilidade de uma participação mais integral e em condições de igualdade no mercado de trabalho, e ilustra sua afirmativa revelando serem as mulheres as responsáveis pela maior parte das horas trabalhadas no mundo e em condições mais precárias, no mais das vezes.

1.6 O Lugar do Trabalho na Vida da Mulher

A importância que o trabalho possui na vida de cada uma dessas mulheres foi investigado a partir de um questionamento: se tivesse que fazer uma escolha por algo que a tornasse mais realizada, o trabalho seria essa opção e por que. Em três das falas (Rosa, Orquídea e Violeta), se percebe que o **um conteúdo expresso** *volta-se para a díade família e trabalho, de forma que essas mulheres optariam igualmente por ambas as coisas. Em um caso (Margarida), a escolha seria pelo trabalho.*

[...] a escolha seria por duas opções: família e trabalho. Não conseguiria ser feliz sem os dois. (Rosa)

[...] sou realizada. Meu trabalho é um complemento dessa realização. (Orquídea)

[...] não sou do tipo que acredita que as pessoas podem ser felizes tendo só uma coisa na vida. Hoje o meu trabalho é um dos pilares mais importantes, é o que me dá sensação de liberdade, que me deixa feliz, o que me realiza, mas não é o único. Foi através de meu trabalho que consegui realizar sonhos importantes, como ter minha casa, meu carro, poder viajar e comprar o que quero, além de poder ajudar minha família, pagar a faculdade de meu irmão, por exemplo. O trabalho seria umas das escolhas, mas não sei se seria a principal delas, embora, possivelmente, tivesse um peso maior nas minhas escolhas por conta de tudo o que elenquei. (Violeta)

[...] sim. Depois dos filhos é a única coisa certa que realizamos na vida e que pode nos proporcionar coisas importantes. (Margarida)

[...] seria. Porque gostaria de trabalhar em um único lugar, recebendo o que recebo hoje. Seria poder optar por uma única instituição e ficar com dedicação exclusiva. (Tulipa)

As respostas obtidas reforçam muitas das discussões iniciadas anteriormente. Para essa mulher, o trabalho é um dos pilares estruturantes de suas vidas, equiparando-se, em grau de importância, ao que elas atribuem à família. Outrossim, relatam que trabalhar traz uma sensação de liberdade e que foi através dele que realizaram alguns sonhos. Parece claro, sobretudo para Violeta, que o trabalho dessas mulheres não é um mero veículo de complementação da renda familiar, mas forma de firmar sua autonomia e mostrar seu valor e peso dentro da sociedade, o que corrobora, também, com a teoria de “terceira Mulher” (LIPOVETISKY, 2000).

Marques (2005) acredita que o trabalho para a mulher nos dias de hoje possui uma conotação bastante diferente do que historicamente ficou destacado e que ainda está presente

em muitas mulheres e suas famílias. O trabalho em que uma remuneração é posta como pagamento traz consigo um caráter emancipador, principalmente para as mulheres de classes médias e altas por trazer a possibilidade de satisfação pessoal, independência financeira e construção de uma carreira profissional.

Ao mesmo tempo, essa força para equilibrar o acúmulo de funções e se dedicar ao trabalho de forma a classificá-lo como equiparado ao valor que a família possui retoma, mesmo que inconscientemente, uma discussão posta por Mendéz (2005) de que, quando da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho a partir da década de 50, diversos questionamentos sobre a competência e a capacidade de acumular muitas funções foram aventadas e isso, nada mais era, do que a tradução de preconceito experimentado por elas dentro da esfera privada sendo trazido a tona para a esfera pública na era do capitalismo.

2. MULHER E FAMÍLIA: AMORES, DESAMORES E (RE)AMORES

Nesse seguimento da pesquisa serão discutidas as percepções da mulher sobre o casamento, a função de um homem na vida dessa mulher, o divórcio e os filhos. Novamente, como na abordagem do item 1, algumas das perguntas estabelecidas no roteiro de entrevista tiveram suas respostas unidas em uma única idéia central para facilitar a compreensão e fomentar uma discussão mais aprofundada.

2.1 O Casamento, a Função de um Homem, Sexualidade, o Divórcio e a possibilidade de Novas Uniões

O Casamento

Quando da abordagem sobre o casamento, perguntou-se se elas já haviam casado e o que as fez optar pelo casamento. Os resultados revelam **dois conteúdos distintos** sobre já

terem casado: *quatro delas já casaram ou estão casadas e uma delas, embora nunca tenha casado oficialmente, reconhece o último relacionamento que viveu como tal.* Para as quatro que já casaram, o **conteúdo de suas falas revela duas vertentes: ou foi por amor (Rosa, Orquídea e Margarida)** e, em um caso, *a possibilidade de construir uma família.* Por fim, questionou-se se elas ainda acreditam no casamento depois de já terem passado por ele e as falas revelam **um único conteúdo: todas acreditam no casamento, até mesmo Violeta, que nunca foi casada oficialmente, mas considera sua última relação uma união semelhante.**

[...] sim. Casei por amor. Na minha concepção atual e como uma boa cristã que acredito ser, o casamento é uno. E graças a Deus estou casada há 20 anos com o mesmo parceiro e companheiro. [...] sim, acredito no casamento, por ser uma das instituições sociais de formação do indivíduo como um todo. Porque cada vez podemos perceber que filhos vindo de famílias desestruturadas ou sem nem mesmo ter família de base, mães que nem sabem quem é o pai da criança, salvo raríssimas exceções, geram seres humanos emocionalmente estáveis. (Rosa)

[...] sim. A possibilidade de ter uma família. [...] sim. Porque acredito que as pessoas podem se unir em prol de um bem maior, desejo de constituir família, filhos. (Tulipa)

[...] sim. Por amor. [...] sim, acredito que duas pessoas podem ser felizes, mesmo com suas diferenças e que podem realizar juntos alguns sonhos. (Orquídea)

[...] sim. Por amor e realização. [...] Sim, porque todos precisam de companheirismo. [...] um motivo grande é compartilhar com o outro todo o nosso desejo, alegrias e tristezas. (Margarida)

[...] não. Quase casei uma vez, mas acabei terminando o noivado meses antes do casamento acontecer. [...] Mas, como vivíamos muito juntos, fazíamos tudo juntos, me considerava casada. O casamento no papel só selaria essa união. Por isso que digo que acredito no casamento Na época, era muito feliz, tinha muitos sonhos e tínhamos projetos em comum. Acho que o casamento é uma forma de dividir sonhos e multiplicar a felicidade, como brinco dizendo. Ainda quero casar. (Violeta)

A Função de um Homem e a Importância de um Relacionamento Afetivo-Sexual

Paralelamente, elaborou-se o questionamento sobre a importância que um homem e um relacionamento afetivo-sexual têm em suas vidas. Ao se observar as falas, nota-se **dois conteúdos: o homem é o cúmplice, o companheiro, o amante e não se percebe nas falas a função de homem provedor, chefe-de-família; na outra, o homem é o cúmplice, o**

companheiro, o amante e a mulher reivindica, objetivamente, que ele assuma a função de provedor, chefe-de-família, de cuidador.

Posteriormente, perguntou-se qual era a importância de um relacionamento afetivo-sexual. Nesse ponto, os depoimentos rumam para **conteúdos bastante divergentes**. *Em dois casos (Margarida e Violeta), o relacionamento afetivo-sexual serve como um parâmetro para ser sentir desejada, amada e se reflete diretamente no ego, como uma forma de se firmar como sujeito; para Rosa, é uma mistura que envolve a extensão das funções do homem e o tempero do relacionamento; nas falas de Tulipa, possui pouca ou nenhuma importância no momento; para Orquídea, é parte natural do processo de relacionamento entre homem e mulher.*

[...] além de ser companheiro, cúmplice e seguir o lema básico "na saúde e na doença", "na alegria e na tristeza". [...] Relacionamento afetivo-sexual? Ah, o companheirismo, o respeito e o carinho com o outro devem ser contínuos na vida de um casal. Esse é o tempero de um relacionamento duradouro e feliz (Rosa)

[...] ah, o companheirismo, porque já executo todas as outras. [...] Sobre o relacionamento afetivo-sexual, no momento, importância mínima porque estou tentando estruturar minha vida afetiva novamente. (Tulipa)

[...] estar ao meu lado sempre. [...] muito importante, pois faz parte de todo o contexto que envolve um casal. (Orquídea)

[...] ser o chefe da casa, o dono do lar, o amigo, o amado, o participativo e, sobretudo, fiel e honesto. [...] é a de compartilhar com o outro, sentir-se viva, amada, vista de outro modo. [...] porque eleva o ego. (Margarida)

[...] amante, companheiro, amigo, me dar atenção e colo, me olhar com doçura quando eu chegar em casa já que vejo tanta coisa ruim durante o meu dia pra eu ver que nem tudo ta perdido e que muita coisa vale a pena. [...] Cuidar da casa, filhos e de mim, me mimar porque, às vezes, a gente cansa de ser essa mulher inatingível. [...] importantíssimo. Se relacionar afetivamente e sexualmente com alguém nos dá a sensação de que somos desejadas, amadas, que fazemos a diferença. Isso é uma massagem no ego de qualquer pessoa. (Violeta)

A Sexualidade

Tema com respostas bastante controversas, foi abordado com duas questões pontuais: na primeira, questionou-se se era possível ser mulher sem ter vida sexual e o porquê dessa resposta. As respostas revelam **dois conteúdos divergentes**: *em quatro dos casos, as mulheres acreditam que é possível ser mulher na ausência de uma vida sexual. Contudo, os motivos*

explicitados por elas foram diferentes; em apenas um dos casos (Orquídea), a resposta foi negativa.

[...] sim. Acredito que existem muitas coisas com as quais se pode envolver. Entretanto, é preciso uma boa estabilidade emocional. (Tulipa)

[...] sim, porque na vida tudo é aceitável e possível. O amor não é só carnal: o de mãe, companheira, amiga, tudo isso é normal e aceito. (Margarida)

[...] pra ser mulher, sim. O que não sei se dá é pra ser fêmea, pra ser reprodutora. Não sei como explicar. Seria como considerar uma mulher fragmentada, faltando uma parte dela, parte essa importantíssima. Acho que o melhor conceito de uma mulher é aquele que utiliza o prefixo multi: multifacetada, multifuncional, dentre outros. Não ter uma vida sexual não anula as demais funções e o ser mulher, mas restringe essa identidade. Acho que é isso! (Violeta)

[...] em parte, depende do ponto de vista de cada um no sentido de qual é a importância do sexo na sua vida. Na vida de um casal ele (o sexo) deve ser um dos temperos, mas não o único. (Rosa)

[...] na minha opinião, um é o complemento do outro. (Orquídea)

Em um segundo momento, perguntou-se se era possível ter sexualidade sem estar envolvida em um relacionamento amoroso. Em muitos casos, **o conteúdo das falas** revela que a sexualidade é confundida com o ato sexual. Assim, *em dois casos (Tulipa e Orquídea) revelam que não, embora o façam com justificativas diferentes; nos outros três casos (Margarida, Violeta e Rosa), isso é possível, embora, da mesma forma como nos falas das outras mulheres, as justificativas para tal resposta seja diferentes.*

[...] não. Acredito que para que haja sexualidade, deve haver, no mínimo, o envolvimento. (Tulipa)

[...] não, o sexo faz parte da vida de uma mulher. (Orquídea)

[...] depende do momento e de cada pessoa. (Margarida)

[...] claro que sim. Sexualidade é algo maior do que o ato sexual. Refere-se, na minha concepção, a capacidade de alguém se relacionar consigo mesmo e se sentir bem, e ter prazer consigo mesmo, de se conhecer. Há muitas formas de ser mulher, de se ter sexualidade sem a necessidade de um parceiro ou de um falo. (Violeta)

[...] acredito que sim, pois a sexualidade, no meu entender, é uma condição de se sentir bem, pleno e de se sentir atrativo e ativo. Mas o que me preocupa, em alguns casos, é a importância exagerada que algumas pessoas dão a essa condição "atrativa" e têm relacionamentos de risco e sem um envolvimento emocional e nem mesmo conhecer seus parceiros. (Rosa)

Antes de contextualizar os conteúdos obtidos nas entrevistas é importante destacar um ponto crucial: sexualidade e ato sexual são interpretados por muitas dessas mulheres como uma única coisa. Essa percepção que tenho, a partir do ouvir tanto alunos quanto às mulheres atendidas pela Instituição em que leciono, foi fundamental para a elaboração dos questionamentos que regeram esse item da entrevista. Aqui, as perguntas formuladas não definiram qualquer conceito ou afirmaram relação possível sobre sexualidade. Embora os conceitos sobre o tema também sejam diversos, utilizo a visão Foucaultiana sobre a temática, a que compreende sexualidade como:

[...] uma série de fenômenos que englobam tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais e sociais do comportamento, a instauração de regras e normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas, e também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Sexualidade é, pois, uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais (FOUCAULT, 1988 *apud* ARAÚJO, 2002).

Durante muitos séculos a relação entre vida sexual e mulher se fez dentro do contexto familiar, tendo a mulher obrigações para com o seu marido e o casamento, ficando as discussões sobre sexualidade escondidas por uma cortina de costumes sócio-culturais. Paralelamente, e também de forma evolutiva, a entrada do afeto nas relações conjugais foi substituindo o casamento por interesses econômicos e sociais, o que na perspectiva de Singly (2007) tornou esse tipo de relação uma mediação de sentimentos e necessidades dos indivíduos que a vivenciam.

Contudo, o casamento por amor vem sendo progressivamente substituído pelo o que Bozon (2003) chama de casal por amor, pelo claro enfraquecimento do casamento enquanto união legalmente reconhecida. Essa nova forma de se relacionar tem como característica marcante o papel fundamental que sexualidade possui inicialmente para que ela se forme e, depois, para que ela se perpetue. Para o autor, houve uma inversão: se antes era o casamento que trazia consigo o direito à atividade sexual, hoje a atividade sexual se tornou o que o autor chama de motor interno da conjugalidade.

As discussões sobre sexo antes/depois e dentro/fora do casamento ainda estão fortemente relacionadas a questões como religião e aos tipos de valores que foram passados da família para a mulher, bem como as formas de controle, repressão e imposição que podem

trazer consigo. Tem-se, então, a discussão acerca de um modelo vigente em que a sexualidade é radicalmente separada da reprodução, destinando-se ao prazer e distanciando-se dos laços sociais e afetivos que lhe são correspondentes (LOYOLA, 2003). Apesar disso, ao se analisar a obra de Foucault, sobretudo em suas discussões sobre biopoder, percebe-se como é claro para o autor esse modelo de controle social em que a vida, a qualidade das populações, a reprodução do indivíduo e da coletividade (articuladas pelo domínio da sexualidade) é mediada por forças políticas.

Sobre isso, Foucault defende em *“A Microfísica do Poder”* uma busca pela produção de “verdades” na História Política, que acabaram por tornar a sexualidade um problema no Ocidente, haja vista que levaram à repressão sexual de categorias específicas como o negro, a mulher, a criança, os homossexuais. Aquilo que acontecesse fugindo a normatização ou imposição do que fosse considerado uma verdade sobre sexualidade, seria considerado patológico e passível de intervenção (RIBEIRO, 1999).

Isso pode ser exemplificado em vários trechos das falas apresentadas aqui em que algumas das mulheres entrevistadas (as que estão solteiras – família unipessoal - ou separadas – família monoparental) referem que é possível ser mulher sem ter uma vida sexual, enquanto que as que mantêm uma relação afetiva referem que não, posturas que pode levar a questionamentos sobre as dificuldades das mulheres em manterem relações sexuais apenas por necessidades biológicas ou emocionais, possivelmente atreladas a formação repressora da sua sexualidade. Nesse sentido, o depoimento de Violeta é mais esclarecedor ao afirmar que é possível ser mulher sem uma vida sexual, contudo, para isso é necessário se fragmentar o lado da mulher reprodutora, fêmea (com ela prefere chamar), ou seja, é possível ser mulher, mesmo que “incompleta”, de certa forma.

Ao mesmo tempo, os questionamentos sobre a possibilidade de se ter sexualidade sem estar envolvida em um relacionamento amoroso reforça o padrão de vinculação da sexualidade ao ato sexual. Essas mulheres não consideram ou desconhecem que as formas de sentirem prazer ao serem desejadas ou na masturbação, o cuidar de si para si e para os outros também é uma forma de expressão da sexualidade, assim como o ato e o envolvimento sexual.

Por fim, o depoimento de Rosa exemplifica uma das questões mais destacadas por Foucault nas suas discussões sobre sexualidade, ao afirmar que nos dias de hoje existe uma forte tendência a dar ênfase a sexualidade, gerando relacionamentos que ela intitula como sendo de risco. Em outras palavras, o excesso de exposição da sexualidade acaba gerando

formas de controle, haja vista que, no exemplo exposto, o aumento da atividade sexual sem parceiros fixos e de forma desprotegida aumenta a susceptibilidade dessas mulheres para doenças sexualmente transmissíveis e AIDS (DST'S/AIDS) e como contrapartida, cresce o número de campanhas voltadas para a utilização do preservativo e outros métodos de barreira.

O Divórcio

O último ponto desse item aborda assuntos que envolvem divórcio e a possibilidades de novas uniões, tanto para aquelas mulheres que já tiveram algumas de suas uniões desfeitas, como para aquelas que nunca se divorciaram. Elas foram questionadas sobre se já haviam se divorciado alguma vez e quais os motivos que se relacionaram a isso, bem como se já casaram outras vezes depois de um divórcio ou se casariam e quais os motivos para essa escolha. As respostas para todos os temas foram bastante diversificadas.

Das cinco entrevistas, apenas duas se divorciaram (Tulipa e Margarida). Quando questionadas sobre os motivos que levaram ao divórcio, **dois conteúdos** foram encontrados: *no caso de Tulipa, a justificativa foi o término do sentimento e para Margarida, dificuldades no relacionamento decorrentes do fato de seu ex-marido ser alcoólatra.*

Sobre a ocorrência ou a possibilidades de novas uniões após o término de suas relações atuais, novamente **dois conteúdos** foram encontrados nas falas: *Margarida (casou novamente após o divórcio de seu primeiro marido e, depois, após a morte de seu segundo marido) refere que se casaria e Tulipa, embora afirme que pode vir a se casar novamente, ainda não o fez.* Das que nunca se divorciaram, apenas Violeta *voltaria a se casar caso se divorciasse; Rosa e Orquídea afirmam que jamais se casariam se o divórcio acontecesse.*

[...] não me divorciaria. Sou mulher de um homem só. [...] não casaria novamente. Como já disse anteriormente, sou mulher de um homem só. (Rosa)

[...] já. Ao término do sentimento na relação. [...] não casei novamente, porém casaria, porque acredito no casamento. (Tulipa)

[...] não. [...] não casaria, porque acho que só se casa uma vez na vida. (Orquídea)

[...] sim. Ele (o cônjuge), pelo seu vício e eu por não ter paciência e estrutura de suportar os problemas. [...] casaria sim. Na realidade, já casei, né? Porque

encontrei alguém que me entende e compartilha comigo todos os dias, quer de bom humor ou brigando com a vida. (Margarida)

[...] nunca me divorciei, porque nunca me casei, mas casaria quantas vezes fossem necessárias. Acredito no casamento. Acho que é possível ser feliz casando e tenho uma coisa meio de Amélia, sabe, apesar de minha independência. Uma Amélia meio atravessada, pois gostaria de cuidar de marido e filhos, mas administrando as tarefas que uma empregada faria. Quero ter meu emprego, minha liberdade, mas também quero uma família. Gosto de ter alguém do meu lado e cuidar dessa pessoa. Gosto da vida moderna, mas quero voltar pra casa e ter alguém me esperando. (Violeta)

É bastante claro nas falas de todas as entrevistadas, que o casamento é um laço afetivo em que duas pessoas se unem em uma parceira para construir uma família e dividir sonhos. Mesmo nas configurações familiares em que o casamento não mais existe e nunca existiu, a exemplo da monoparental (Tulipa) e unipessoal (Violeta), respectivamente, o desejo pelo casamento permanece.

Ao ter o tema “o papel de um homem na vida de cada uma delas”, as respostas foram unânimes: o companheirismo. Em muitos trechos, isso é bastante claro, sobretudo quando se observa a fala de Tulipa, que afirma que já executa todas as funções, portanto, o papel desse homem é o de estar presente, ser companheiro. Em outro trecho, como exposto por Violeta, observa-se que mesmo as mulheres mais modernas sentem falta de alguém para cuidar delas que já cuidam de tudo e de todos.

Os trechos transcritos demonstram aquilo que muitos autores já discutem: o casamento foi perdendo, ao longo dos anos, a função de servir para simples procriação e propagação ou perpetuação econômica e foi se tornando, cada vez mais, uma junção de dois indivíduos mediada por sentimentos e sonhos em comum. Soares e Carvalho (2003) acreditam que o casamento já teve uma função de organização da vida humana, com padrões estereotipados do que é correto e adequado, embora isso venha sendo substituído, paulatinamente, por um processo de individualização.

Sobre isso, ainda, Singly (2006) discute como é forte o que ele chama de “o fim das estratégias matrimoniais explícitas”. Casa-se hoje, muito mais, porque o parceiro traz consigo a possibilidade de agregar forças para que os sonhos dessa mulher (quer sejam afetivos ou profissionais) possam se concretizar. Das falas apresentadas, todas ou referem que se casaram ou desejam casar porque viam no casamento a possibilidade de construir uma família ou porque queriam dividir seus sonhos com outra pessoa. Isso se torna claro porque tais desejos

se vinculam a um parceiro, já que elas poderiam dividir seus sonhos com um amigo ou parente e estabelecer uma forma de família sem a presença de um homem.

Ao mesmo tempo, existe uma tendência para que os casamentos ocorram com pessoas de um mesmo nível cultural e social, e essa busca por uma equivalência entre o masculino e o feminino, como discute Singly (2006), mesmo que isso não garanta a felicidade do casal e a manutenção do casamento para toda a vida. O fator preponderante aqui é o de cada ator se reconhecer como parte essencial e não opcional e, quando essa realidade se perde, o desejo de permanecer casado pode se dissipar.

A despeito disso, o divórcio, as falas estão equilibradas. As mulheres que representam as configurações familiares ampliada e restrita relatam que, se porventura viessem a se separar dos seus parceiros, não casariam novamente com a justificativa de que o casamento é um união única. Curiosamente, as mulheres que representam defendem essas posturas são aquelas com forte relação com a religião: uma é católica e outra evangélica, e ambas são praticantes. Em contrapartida, as mulheres das configurações unipessoal, recomposta e monoparental referem que outras uniões poderiam acontecer. Particular importância pode ser atribuída à fala de Margarida que está, atualmente, no seu terceiro relacionamento e descreve que, no momento em que as pressões vividas dentro de um relacionamento anterior não a faziam feliz e ela encontrou alguém disposto a partilhar sua vida com ela, voltou a se casar, o que corrobora com as proposições de Soares e Carvalho (2003) e de Singly (2006).

2.2 Filhos: desejos e responsabilidades pela educação e pelos cuidados

Quando se abordou o tema filhos, foram feitos dois questionamentos básicos separadamente: no primeiro deles, a mulher foi interpelada sobre se tinha filhos e caso não os tivesse, se gostaria de tê-los e os motivos que permeavam esse desejo. Sobre isso, **dois conteúdos foram** encontrados: *quatro das mulheres possuem filhos e uma única delas não possui (Violeta)*. Ao se questionar sobre o desejo de tê-los, a única delas que não os possui apresentou um **conteúdo** que remete ao medo de muitas mulheres: *embora exista o desejo de ter filhos, sentimentos de insegurança sobre sua capacidade de prover todas as necessidades para a educação, saúde e afeto dessa criança estão presentes*.

Num segundo momento, ao se perguntar quem eram os responsáveis pela educação da prole, **dois conteúdo foram apresentados:** *em três dos casos (Rosa, Orquídea e Margarida) a educação dos filhos cabe ao casal; no caso de Tulipa, embora o pai seja presente e ajude financeiramente, ela considera que o processo educativo cabe apenas a ela.*

[...] minhas filhas são uma das maiores felicidades da minha vida. Uma de 17 anos e outra de 15 anos. [...] os responsáveis somos nós dois, eu e meu marido. (Rosa)

[...] tenho, sim. Um casal. [...] apesar de eles possuírem pai eu sou a responsável direta pela educação. (Tulipa)

[...] sim, tenho. São os amores de minha vida. [...] somos eu e meu marido. (Orquídea)

[...] sim, já tive os meus. [...] hoje sou a mãe deles e tem horas que sou filha, mas a vida inteira a educação deles coube a mim e ao pai (Margarida)

[...] não tenho e não sei se eu seria uma boa mãe, mas gostaria de ter filhos. Não sei como seria assumir o papel de cuidadora oficial, responsável direta por alguém que dependeria de mim para tudo. Mas dizem que não se nasce mãe, né? Que se aprende a ser. Tenho medo de não dar conta, de não ter dinheiro o suficiente para prover a educação, saúde, enfim, todos os cuidados necessários para se criar uma criança nos dias de hoje. De qualquer forma, sempre brinco que se até os 35 anos não estiver com alguém, parto pra uma produção independente, sei lá. [...] não tenho filhos ainda, mas meu irmão mais novo é como se fosse um filho pra mim porque ajudei a criá-lo. Quando ele nasceu, eu já tinha 13 anos. Então, sou eu quem paga a faculdade dele e ajudo em outras despesas. (Violeta)

Essa relação da construção da identidade enquanto mãe é facilmente percebida no discurso de Violeta. Para ela que não tem filhos, o desejo de ser mãe vem permeado de inúmeras sensações, dentre elas, como lidar com essa responsabilidade. Para Kimura (1997), todas as mulheres que se tornam mãe experimentam a mesma sensação, pois, mesmo com algumas divergências na literatura, essa construção é um processo, iniciado ainda durante a gravidez e concretizada ao longo do puerpério, quando a criança deixa de ser uma imagem idealizada dentro de uma identidade pressuposta e passa a ser algo real.

Ainda nessa mesma linha de abordagem, observa-se que nas falas das mulheres que possuem filhos, os laços que as ligam a eles são extremamente fortes, com relatos de que são os “os amores da minha vida” e “uma das maiores felicidades da minha vida”. Essa vinculação dos filhos a uma forma de amor quase sempre inatingível é, muitas vezes, a mola propulsora para que estas mulheres assumam sua prole e sua casa, mesmo quando são deixadas por seus companheiros, a exemplo do caso de Tulipa que, ao se divorciar, assumiu integralmente o cuidado e a educação dos filhos.

Outro fator que precisa ser levado em consideração aqui na pesquisa é como as chamadas redes sociais de apoio, no caso familiar, estão presentes. No exemplo de Violeta explicitado nas falas, embora ela não seja mãe, assumiu parte da responsabilidade da educação e parte criação do irmão mais novo, cujos estudos são pagos por ela. Dessa forma, pode-se inferir que essa mulher, mesmo não sendo mãe, acabou assumindo mais uma responsabilidade, fator que pode ser interveniente, assim como nas discussões sobre os filhos, na ascensão profissional delas.

Há de se considerar, ainda, como já foi discutido anteriormente, que a obrigatoriedade da mulher em assumir integralmente o cuidado dos filhos traz outros desdobramentos, principalmente, empecilhos para desempenhar seu trabalho na esfera pública. Nos casos aqui apresentados, esse parece não ser um fator limitante, haja vista, com exceção do caso de Tulipa, os pais (homens) são presentes na educação e no cuidado dos filhos mesmo que não pertençam mais a família que originou os filhos.

Embora não tenha sido unânime, algumas das entrevistadas relataram que o pai ajudava na educação das crianças. Essa nova identidade do homem enquanto pai, pautada numa suavização da imagem de virilidade extrema e distanciamento dos afetos familiares vem sendo inserida paulatinamente no contexto familiar, com uma maior participação paterna nas atividades domésticas e no cuidado dos filhos, como uma quebra do sexismo cultural sobre a quem pertence a casa e os filhos em matéria de obrigações. Essa falta de um modelo específico sobre como deve se conformar esse novo homem, com todas as flutuações que lidar com sentimentos e sensações na construção de um papel social possui, parece ser algo inquietante para muitos dos homens que não conseguem visualizar nessa instância de ruptura de tradições (MARTIN; ANGELO, 1999; MORAES, 2002; ROCHA-COUTINHO, 2009).

2.3 Cuidados com Saúde

Em um dos últimos pontos abordados na entrevista, foi perguntado se essa mulher achava que se tivesse menos atividades no seu dia-a-dia, poderia cuidar melhor da sua saúde. As respostas demonstram **conteúdos heterogêneos**, com negativas veementes, como a de Rosa e, afirmativas claras de que sim, como a de Violeta.

[...] a saúde está ótima e minha vida é maravilhosa não mudaria nada. (Rosa)

[...] não sou a mesma em relação à saúde de alguns anos, mas cuido dela. Eu acho que não seria diferente com menos atividades para executar. (Orquídea)

[...] Cuido mais ou menos. Deveria dar mais atenção na alimentação sadia e fazer exercícios mais constantes. Acredito que tudo tem sua hora e dia certo. (Margarida)

[...] possivelmente. Não cuido da minha saúde como deveria. (Tulipa)

[...] teria. E teria, principalmente, porque eu teria tempo pra cozinhar melhor, pra ir a academia, que adoro, mais tempo pra dormir, por exemplo. Isso, também, é cuidar de si. (Violeta)

Boa parte da produção científica sobre a saúde de mulheres trabalhadoras volta-se para a relação entre trabalho e os efeitos que determinadas profissões podem ter na saúde da feminina. Contudo, há de se considerar não apenas esses aspectos ao se tratar da saúde feminina. É preciso considerar, também, que mesmo nas profissões em que aparentemente não há implicações do ponto de vista de saúde, a sobrecarga imposta pela profissão e o acúmulo de outras atividades concomitantemente desempenhadas por essa mulher podem ser decisivas no desequilíbrio do tenuous fio que separa a saúde da doença.

Parece oportuno acrescer a essa discussão que não apenas esses fatores podem ser intervenientes. Há de se considerar nessa análise, variáveis como idade, raça, escolaridade, situação e estabilidade conjugal, a presença de redes sociais de apoio, o número de filhos, a disponibilidade de serviços de saúde eficazes e atrativos, dentre outros. Para Aquino, Menezes e Marinho (1995) é importante enfatizar que outros estudos demonstram efeitos benéficos do trabalho na vida das mulheres, embora seja preponderante focar que tais pesquisas volta-se para a análise da relação mulher e trabalho sadio e em condições de divisão das tarefas domésticas, quer seja com seus companheiros, quer seja com outros familiares e/ou empregados.

Em um trabalho realizado por Brito (2000), com uma micro-análise das repercussões da precarização do trabalho e seus desdobramentos em mulheres profissionais do setor de educação, os resultados obtidos foram preocupantes. Em virtude das condições de trabalho inadequadas, das jornadas de trabalho longas e da sobreposição com outras atividades dentro da esfera doméstica, diversas morbidades relacionadas a esforços repetitivos, doenças cardiovasculares (principalmente, a hipertensão arterial sistêmica) e mentais (com maior incidência de estresse, insônia, irritabilidade e tensão) foram encontradas nessa população e com alta prevalência.

Aquino, Menezes e Marinho (1995) discutem que essa jornada de trabalho dupla ou tripla, para algumas mulheres, aumenta não só o desgaste físico em muitas profissões, mas também restringe a possibilidade dessas mulheres em se envolverem com hábitos de vida mais saudáveis, a exemplo de uma alimentação adequada, o descanso e a possibilidade de experimentarem horas de sono apropriadas, tempo disponível para a prática de atividade física, o que corrobora exatamente com o depoimento de Violeta, Margarida e Tulipa. Não parece haver, nesse sentido, diferenças significativas em relação a configuração familiar. Os empecilhos postos a um cuidado inadequado da saúde estão muito mais vinculados a sobrecarga de atividades que essas mulheres possuem do que ao tipo de família em que elas estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas para o tema a que me propus estudar vieram a tona de forma muito mais inquietante (e, ao mesmo tempo, esperada para algumas pontos da investigação), mas principalmente, fomentando outras possibilidades de abordagem para além do que pude imaginar quando iniciei as pesquisas. Não afirmo, com essas considerações finais que por ora apresento, que os achados desse trabalho possam ser transpostos para todas as mulheres de classe média desse país, sobretudo porque elas estão inseridas em diferença loco-regionais e culturais bastante distintas. Além disso, por se tratar de um estudo qualitativo e com diversos pontos investigativos, a amostra não poderia ser extensa, o que limita ainda mais os meus resultados.

O que me propus a apresentar foi um panorama. Um ponto de partida para outras investigações mais aprofundadas, ou com uma amostra maior, ou com outras abordagens metodológicas, ou em mulheres de diversas regiões do país, ou com outras culturas, ou em diferentes raças e faixas etárias. A diversidade de cruzamento possíveis para esta investigação é o que faz com ela esteja inacabada e é a principal limitação desses resultados como tradução de um *corpus* mais abrangente.

A priori, os pilares estruturantes trouxeram a tona os seguintes achados:

MULHER E TRABALHO: OS SONHOS, AS REALIZAÇÕES E A REALIDADE

Nos quesitos *Rotina Diária de Trabalho e Jornada Semanal; Afinidade e as Escolhas Profissionais; Papéis, Trabalho e a Sobreposição de Responsabilidades e o Lugar do Trabalho da Vida da Mulher* não houve divergências nos resultados obtidos nas falas das mulheres em todas as configurações familiares. Contudo, nos demais pontos da investigação, algumas discrepâncias puderam ser observadas.

Sobre a *Relação Trabalho, Remuneração e as Necessidades da Família*, as diferenças entre as configurações familiares começaram a se insinuar. As mulheres que estão inseridas em configurações familiares onde a solidariedade intergeracional familiar e o número de membros trabalhando é maior, as mudanças de emprego não são cogitadas em sua totalidade ou em curto prazo. Em contrapartida, para as mulheres que fazem parte de modelos familiares mais restritos em relação ao número de membros, a possibilidade foi considerada. Ponto importante a ser destacado, é que essas mulheres estão inseridas em uma categoria com uma faixa salarial onde a remuneração, embora não seja a ideal na perspectiva de todas, ainda contempla as suas necessidades.

Ao se investigar as *Metas Profissionais e os Obstáculos*, observa-se que mesmo com empregos já estabelecidos e que lhes garantem conforto e subsistência, todas as mulheres pensam em ascensão profissional. Com exceção do discurso de Margarida (a mulher representante da Família Recompota) que fugiu aos padrões de resposta apresentados pelas demais entrevistadas, todas as mulheres põe como obstáculo para seu crescimento profissional a família, principalmente, nos casos das mulheres que possuem filhos em idade escolar, e as Instituições nas quais trabalham.

A partir dos resultados obtidos pode-se inferir que, para as mulheres pesquisadas, o trabalho é um dos pilares estruturantes de suas vidas. Mesmo a profissão sendo um fator que agrega ainda mais responsabilidades na sua rotina e a jornada de trabalho sendo extensa na visão de todas, nenhuma excluiria o trabalho. É interessante perceber, assim, que mais importante do que a configuração familiar em que a mulher está inserida, é o apoio que ela pode receber de outros membros da família na hora de dividir as responsabilidades. Isso se possibilidade uma maior disponibilidade de tempo para se dedicar ao trabalho e se reflete, também e diretamente, na ascensão profissional e na possibilidade de buscar alternativas profissionais para garantir uma renda ainda maior.

Embora muitas dessas características apontadas por elas possam ser encontradas em mulheres de baixa renda, é curioso perceber que muitas das funções ainda exercidas por elas paralelamente ao trabalho formal, poderiam ser terceirizadas em sua totalidade para outras pessoas, a exemplo das atividades domésticas. Em todos os casos, embora as mulheres tenham profissionais especializadas para executar essas tarefas, parte dessas atividades ou a sua supervisão é feita pela mulher, que pode ser resultante de um traço cultural da educação que elas receberam, na qual o papel de dona-de-casa cabe a mulher. Entretanto, a jornada de

trabalho tripla que as mulheres de classes sociais mais baixas costumam perfazer não se apresentam, ao menos integralmente, para as mulheres da classe média.

Por fim, um último ponto merece uma atenção especial ao se abordar o trabalho: a idade dos filhos e as necessidades da família são fatores limitantes para o crescimento profissional dessa mulher de classe média que, ou adia, ou exclui algumas metas profissionais para que a família não seja prejudicada. Assim, não raro, elas relatam que mesmo estando satisfeitas com a escolha profissional que fizeram e sendo o trabalho tão importante quanto suas famílias, acabam se contradizendo ao afirmar que adiam a realização de pós-graduações, por exemplo, pela dificuldade de se afastarem dos filhos e dos demais membros da família.

MULHER E FAMÍLIA: AMORES, DESAMORES E (RE)AMORES

As abordagens que levaram em consideração os relacionamentos dessas mulheres com sua família, principalmente os companheiros/maridos e filhos, revelaram os resultados mais próximos do que seria esperado para mulheres de todos os estratos sócio-econômicos. Em “*O Casamento, a Função de um Homem, o Divórcio e a possibilidade de Novas Uniões*”, todas as mulheres das configurações familiares investigadas afirmaram que se casaram ou se casariam por amor e pela possibilidade de constituir uma família e, mesmo para aquela que ainda não casou (Família Unipessoal), para a que está divorciada (Família Monoparental) e para a que se casou mais de uma vez (Família Recompоста), a crença no casamento permanece.

Ao se abordar o subitem *Sexualidade*, alguns pontos merecem ser destacados. Quanto mais vinculadas a uma religião ou crença, menos flexíveis as mulheres pareceram ser para aceitar uma vida sexualmente ativa para além dos relacionamentos em que estão inseridas. Na amostra em questão isso é reforçado, também, para as mulheres que estão incluídas nas configurações familiares em que o casamento com o mesmo parceiro se faz presente (família ampliada e família restrita). As mulheres mais jovens, aquelas que não possuem religião ou possuem e não a praticam, aquelas inseridas em configurações familiares em que um companheiro não está presente (família unipessoal e família monoparental) ou, por fim, naquelas situações em que a mulher já se casou mais de uma vez (família recompоста), não só

a possibilidade de novas uniões é cogitada, como o sexo e a sexualidade são encarados como uma necessidade humana e não simplesmente como uma parte de um relacionamento. Contudo, as discussões sobre essa temática ficaram prejudicadas porque, embora essas mulheres pertençam a uma classe sócio-econômica onde o acesso a informações é mais privilegiado, as discussões sobre sexualidade ainda estão impregnadas de fatores culturais e religiosos, mas principalmente na situação em questão, porque a maior parte delas ainda acredita que sexualidade e ato sexual são sinônimos.

No tocante ao divórcio, aquelas mulheres que estão casadas (Família Ampliada e Família Restrita) não consideram a possibilidade de virem a se separar de seus atuais cônjuges e, se isso acontecer, relatam que não casariam novamente. As demais, as mulheres da Família Unipessoal, Família Monoparental e Família Recompuesta, afirmam que se casariam outras vezes. Embora possam ser feitas diversas leituras desses resultados, muito possivelmente as respostas para tais afirmativas possam ser encontradas no trocadilho de que “homens se afirmam pelo trabalho, enquanto que as mulheres se afirmam pelos relacionamentos”, o que é um traço cultural possível, sobretudo em regiões do país como o Nordeste, que é culturalmente impregnado de sexismo. Em que pese as críticas e as diferentes correntes de pensamento que discutem essa temática, as falas apresentadas nesse item e em outros sugerem essa possibilidade ou, ao menos, indicam que há uma relação estreita entre ter família e um relacionamento afetivo-sexual para compor essa identidade feminina.

Por fim, apenas transpondo algumas conclusões já iniciadas anteriormente sobre o peso da maternidade abordada no subitem “*Filhos: desejos e responsabilidades pela educação e pelo cuidado*”, esse parece ser o papel da mulher mais atrelado não apenas a identidade feminina, mas aquele que requer uma maior dedicação e pela qual tais mulheres fariam as maiores abdições. Em todas as configurações familiares, as mulheres que possuem filhos menores e filhos maiores de idade, aquelas que não os possuem e aquelas que já possuem netos, mesmo nesse último caso, a responsabilidade ainda permanece não apenas no cuidado direto, mas na possibilidade de mudar de emprego ou agregar uma outra atividade que possa melhorar os rendimentos dessas mulheres para que elas possam proporcionar maior conforto para os seus.

Quando se discute *Os cuidados com a saúde*, embora seja amplamente discutido na literatura que mulheres têm mais acesso a serviços de saúde e procurem mais por esse tipo de assistência do que os homens, nas falas apresentadas as mulheres incluídas nas

configurações familiares monoparental e unipessoal referem que poderiam cuidar mais de si, principalmente se tivessem mais tempo disponível. Nesses dois tipos de configuração, as mulheres assumem total ou parcialmente as responsabilidades por suas vidas e famílias, e esse excesso de atividades parece ser um fator, no mínimo, interveniente para esse não cuidado ou cuidado inadequado.

Em todas as análises, alguns pontos acabaram se destacando na caracterização dessas mulheres de classe média, independentemente da configuração familiar. Dentre os principais, a sobreposição de responsabilidades e a importância que o trabalho possui na vida de todas, sobretudo como uma forma de se firmar como sujeito social e de satisfação pessoal se destacam quando se aborda o trabalho. Embora a família pareça ser ainda o ponto mais importante para elas, o trabalho é posto em escala equivalente e, pra todas, é muito claro que é através do trabalho que alcançarão sua independência financeira e autonomia, além de poderem se relacionar em pé de igualdade com seus parceiros, o que é um fator importantíssimo a ser considerado já que é essa a camada da população que mais tem crescido no país.

Justamente sobre isso, os relacionamentos afetivos, a sexualidade e outros temas relacionados ainda estão fortemente impregnados de traços culturais, de sexismo, de religião, o que não seria algo impensável por ser um trabalho realizado com mulheres nordestinas, onde os valores relacionados a esses temas ainda são parte de formação dos indivíduos, principalmente as mulheres. Esses valores provavelmente adquiridos pela educação que elas tiveram, possivelmente serão repassados para os filhos, mesmo que o discurso se volte para que essas meninas adquiram sua independência financeira antes de se casarem. De qualquer forma, há uma tendência que perpetuarão, ao menos parcialmente e/ou de forma desfocada, desse sexismo.

Para finalizar, é perceptível nas falas alguns traços que talvez não sejam encontrados nas camadas da população com estrutura sócio-econômica baixa, a exemplo da divisão das tarefas entre homens e mulheres no cuidado e educação dos filhos e em algumas poucas atividades domésticas. Ao mesmo tempo, em outras situações há traços em comum: para que a mulher consiga equilibrar esse excesso de atividades, a presença de outros familiares é imprescindível, e isso fica evidente em configurações familiares com um maior

número de membros, naquelas em que os entes dividem as responsabilidades com essa mulher ou naquelas que vivenciam um ambiente com forte solidariedade intergeracional. Dessa forma, ao menos nessa amostra pesquisada, com mulheres com níveis de escolaridade e renda semelhantes, a configuração familiar não parece ser determinante das diferenças encontradas. Talvez, no máximo, um fator interveniente que precise ser analisado de forma mais acurada levando em consideração a riqueza de detalhes que trabalhos envolvendo temas como mulher e família possuem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. O. **A função social da família e a ética do afeto: transformações jurídicas no Direito de Família**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2007. 85p.
- ALVES, M. J. Mas o que é afinal hoje a família? **Sexualidade & Planejamento Familiar**. n. 35, Set/Dez, p. 5-6, 2002.
- ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o artigo 5º, II, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). **Revista Brasileira de Direito de Família**. Síntese/IBDFAM, Porto Alegre, n. 39, dez./jan. 2007.
- AQUINO, E. M. L.; MENEZES, G. M. S.; MARINHO, L. F. B. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um Novo Agir. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 281-290, 1995.
- ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.** v. 22, n. 2, 2002.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. IN: _____. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p.15 – 77, 2005.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 196p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70 ed. Lisboa, 1979.
- BARRETO, E. C. **Vovó é minha mãe: um estudo sobre as novas configurações familiares**. Monografia. Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). CEUL/ULBRA. Manaus, 2005. 53p.
- BASTOS, E. R. Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos. **Perspectivas**. v. 28, p. 19-36, 2005.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidade e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: teoria e pesquisa**. v. 16, n. 03, p. 233-239, 2006.
- BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado até a contemporaneidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. v. 2, n. 2, p. 451-478, 2007.

BOZON, M. Sexualidade e conjugalidade - A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**. v.20, p.131-156, 2003.

BRANDÃO, T. M. P. **Um pouco da História da História da família no nordeste**. Disponível em:

<<http://www.cliohistorica.com.br/http/edicoes/2007/1/8.%20Tanya%20Maria%20Pires%20Brandao.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. Brasília, 2000. 28p. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0769.pdf> Acesso em: 02 fev. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Estimativas para o ano 2008 das taxas brutas de incidência por 100.000 e de número de casos novos por câncer, em mulheres, segundo localização primária**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2008/index.asp?link=tabelaestados.asp&UF=BR>> Acesso em: 10 mar 2009a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Indicadores de Gênero: Síntese de Indicadores Sociais 2005 - PNAD 2004 / Dados Censitários 1991 e 2000. **SEMINÁRIO NACIONAL 25 anos Saúde da Mulher e Cairo + 15**. Brasília, mar, 2009b. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/eventos_novo/dados/arq6778.ppt> Acesso em: 10 mar 2009a.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS. **Óbitos Maternos por Residência e por Região segundo Grupo CID10**. <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/matuf.def>> Acesso em: 10 mar 2009c.

BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 195 - 204, 2000.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 6., n. 1, Jan/Jun. 1989, p.1-23.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 2, 95 – 105, 2002.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e Proteção Social. **São Paulo Perspec.**, v.17, n.2, São Paulo, abr./jun. 2003.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHARBONNEAU, P-E. Uma nova família em uma nova sociedade? IN: BOFF, L.; et al. **A família em nossa sociedade de conflitos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. p. 07-48.

CORREA, D. V. R. A instituição família na tecelagem vincular. **Vínculos e Instituições**. São Paulo: Escuta, 2002.

GALEAZZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 1, p. 62-68, 2001.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicol. estud.** v. 8, n. spe, pp. 31-38, 2003.

FREYRE, G. [1933]. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. [1939]. **Sobrados e mocambos: declínio do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GALEAZZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 1, p. 62-68, 2001.

GELINSK, C. R. O. G.; RAMOS, I. S. Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino? **Revista Mulher e Trabalho**. v. 4, 2004. 141 – 148.

GIDDENS, A. As famílias. IN: _____. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 150-170p.

GODOY, H. P. **A estrutura familiar da atualidade: um perfil de três grupos familiares distintos**. Disponível em: > www.centrodedifusao.com/mong_estfamiliar.pdf < Acesso em: 12 dez 05.

GOMES, A. L. **A matrona & o padre**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. 165p.

HIRONAKA, G. M. F. N. Família e casamento em evolução. **Rev. Bra. de Direito de Família**. v.1, 1999. p. 07-17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: família e domicílios**. Rio de Janeiro, 2003a. Versão online. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_familias.shtm> Acesso em: 16 nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003b. Versão online. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/default.shtm>> Acesso em: 16 nov. 2008.

KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. 183p.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2009.

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel feminino. **Rev. Esc. Enf. USP**. v. 31, n. 2, p.339 – 343, 1997.

KRELING, N. H. Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 5, p. 122 – 132, 2002.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e evolução no papel feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LÔBO, P. L. N. A repersonalização das relações de família. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 307, 10 maio 2004. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5201> >. Acesso em: 21 fev. 2009.

LOBO, C. Família recomposta – revisitar a produção americana (1930-2000). **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005, pp. 91-114.

LOYOLA, M. A. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. **Cad. Saúde Pública**. v. 19, n. 4, p. 875 - 899, 2003.

MACHADO, L. Z. **Família e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil (Série Antropológica)**. Brasília, 2001. 16p. Disponível em: > www.unb.br/ies/dan/serie291enopdf.pdf. < Acesso em: 03 ago 05.

MACHADO, O. M. **Mulher: Códigos legais e Códigos Sociais – O Papel de Direitos e os Direitos de Papel**. Disponível em: > www.oab.org.br/comissoes/cnma/OdilaM%E9lo.pdf < Acesso em: 23 dez 05.

MARQUES, E. K.; et al. Novos Arranjos Familiares: ampliação da inserção laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 5, 2005. p. 19-47.

MARTIN, V.B.; ANGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Rev.latino-am.enfermagem**. v. 7, n. 4, p. 89-95, 1999.

MARTINS, R. M. M. Família em cena: trama, dramas e transformações. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 213-214, Jul./Dez. 2003.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas públicas na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 22, 2002a. p. 47-71.

MEDEIROS, M. G. L. Novos arranjos familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, nov, 2002b. Disponível em: <

www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_PO11_Medeiros_texto_pdf > Acesso em: 02 jan 06.

MENDÉZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 5, 2005. p. 52-63.

MICKLE, M. M.; et al. **Chile en familia, un analisis sociodemografico**. UNICEF – Oficina de Área para Argentina, Chile y Uruguay. Pontificia Universidad Católica del Chile, 1991.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento** – Pesquisa Qualitativa em Saúde. 6 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1999. 269p.

MIOTO, R. C. T. **Trabalho com as famílias: um desafio para os assistentes sociais**. Disponível em: > www.pucrs.br/textso/atual/trabalho-com-familias.pdf < Acesso em: 20 dez 05.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Caxambu, set. 2004.

MORAES, M. L. Q. Simone de Beauvoir e o amor Americano (Um tributo a Simone de Beauvoir). **Cadernos Pagu**. v. 12, 1999, p. 93-101.

MORAES, M. **Ser humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 91p.

MOREIRA, M.C.N. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Rev. Latino Am. Enf.**, v. 7, n. 1, p. 55-65, 1999.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

NAZARETH, E. R. Família e Divórcio. In: CERVENY, C.M.O. **Família e...** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 25-37.

NEGREIROS, T. C. G. M.; FÉRES-CARNEIROS, T. Masculino e Feminino na Família Contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Ano 4, n. 1, Rio de Janeiro, 2004.

OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 4, p. 31-43, 2004.

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? IN: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 123 – 147, 2005.

OLIVEIRA, L. S. Educação e religião no Brasil do século XIX: conformação e resistência. **VIII Simpósio Internacional Fazendo Gênero, Corpo e Violência**. Florianópolis, ago., 2008. Disponível em:<

http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST27/Lilian_Sarat_de_Oliveira_27.pdf > Acesso em: 19 jan. 2009.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 31 – 40, 2005.

PATRICIO, J. Sexualidade e gênero - working papers 25. **SociNova**, 2002. . Disponível em: < <http://www.cesnova.fcsh.unl.pt/DOCS/WPPatriciaJoana.pdf> > Acesso em: 15 jan 09

PEREIRA, R. C. **Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família**. 2004. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. 157p.

PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. IN: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 225 – 240, 2005.

PEREZ, L. Os desafios para o século XXI. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 1, 2001. p. 51-53.

PICANÇO, F. S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. IN: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 149 – 172, 2005.

PINTO, G. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambu, 2006.

Disponível em: <

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_298.pdf > Acesso em: 12 jan. 2009.

PORTUGAL, S. Algumas questões sobre políticas de famílias. **Sexualidade & Planejamento Familiar**. n. 35, Set/Dez, p. 7-12, 2002.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: > www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf < Acesso em: 15 jan 06

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Rev.Esc.Enf.USP**, v.33, n.4, p.358-63, 1999.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Dos contos de fadas ao super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram suas identidades**. Disponível em: < <http://www.puc-rio.br/psicologia/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho.pdf> > Acesso em: 24 jan. 2009.

ROUDINIESCO, E. **A Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 199p.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMARA, W. N. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à Atualidade). **Psicol. USP**. v.13, n.2, São Paulo, 2002. 15p.

SANTOS, J. B.; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. **Rev. Jurídica**. Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009.

SCAVONE, L. Impacto das tecnologias médicas na família. **Saúde em Debate**. v. 40, 1993. p. 13-19.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, DCA; VECINA, TCC. **O fim do silêncio familiar: Teoria e Prática**. São Paulo: Agora, 2002. p. 97-1007.

SEBASTIANI, R. V. Gênero e desigualdade salarial. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 3, p. 96-109, 2003.

SEGALEN, M. **Sociologia da Família**. Portugal: Terramar, 2000.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. Funções e transformações da família ao longo da História. **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**. Curitiba, p. 57-66, nov. 2003.

SINGLY, F. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 206p.

_____. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. IN: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICHELLI, V. (orgs). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P. 13-19.

SOARES, J. S.; CARVALHO, A. M. Mulher e Mãe, “novo papéis”, velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em Estudo**. v. 8, n. esp, p. 39 – 44, 2003.

SOUTO-MAIOR, H. Durkheim e a família: Da “Introdução à Sociologia da Família” à “Família Conjugal”. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. n. 1, volume 16, p. 7-30, 2005.

SOUSA, E. S. S. S. **Sobre Partos e Partidas: A Morte Materna e as Repercussões Sociais da Ausência da Mulher na Família**. João Pessoa, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

SOUZA, E.; BALDWIN, J.R.; ROSA, F. H. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v 13, n. 3, p.485 – 496, 2000.

SOUZA, C. V.; BOTELHO, TR. Modelos nacionais de regionais de família no pensamento social brasileiro. **Rev. Estud. Fem.**, v.9, n.2, Florianópolis, 2001.

SOUZA, M. V.; CASTRO, M. L. S. Gênero e trabalho na área educacional: a realidade dos secretários municipais de educação no Rio Grande do Sul. **Revista Mulher e Trabalho**. v. 3, 200. p. 67-78.

SPINDOLA, T. Mulher, mãe e... trabalhadora de enfermagem. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 34, n. 4, p. 354 – 361, 2000.

SUÁREZ, M. Desconstrução das categorias “mulher” e “negro”. **XV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1991 (Publicado em 1992). Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie133empdf.pdf>> Acesso: 24 fev. 2009.

TERUYA, M. T. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas históricas. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>> Acesso em: 25 mar. 2007

VELOSSO, B.; SANCHES, M.; MENDONÇA, M. Quem é essa nova mulher? **Revista Época**. n. 462 (versão online), p.01-04, 2008.

VICENTE, R. M. P. S. Família e Mudança. In: _____. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 39-51.

WAGNER, A; et al. Configuração familiar e o bem-estar dos adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.** v.12, n.1, Porto Alegre, 1999.

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais / mães mossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123 - 147, jul./dez. 2006.

ZONABEND, F. An anthropological perspective on kinship and the family. IN: BURGUIÈRE, A. (org.). **A history of the family: distant worlds, ancient worlds**. v. 1. OXFORD: Polity Press, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

- Roteiro de Entrevista -

**“AS MARIAS DE HOJE EM DIA”: A Percepção da Mulher sobre os seus Papéis nas
Diferentes Configurações Familiares**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1. Informações Gerais:** Nome, data de nascimento, idade, cor/raça, estado civil atual, profissão, ocupação, renda familiar, religião/crença.

- 2. Sobre seu trabalho, eu gostaria de saber:**
 - a) Qual a sua rotina de trabalho e sua jornada semanal?
 - b) Tem afinidade com o que faz? Se não, por que faz?
 - c) O que a fez escolher esse trabalho que realiza?
 - d) Mudaria suas escolhas profissionais para melhorar as condições de sua família? Por quê?
 - e) Sobre sua remuneração, acha que recebe o justo pelo trabalho que desempenha? Acha que sua remuneração seria diferente se você fosse um homem?
 - f) Quais são os teus sonhos profissionais? Acha que pode realizá-los? O que atrapalharia a concretização deles?
 - g) Você acha que poderia desempenhar seu trabalho de forma melhor se não tivesse outras atividades / funções / papéis para cumprir? Por quê?
 - h) Se tivesse de fazer uma escolha por algo que a tornasse mais realizada, o trabalho seria essa opção? Por quê?

- 3. Sobre sua família, eu gostaria de saber:**
 - a) Para você, quem é a sua família?
 - b) Já se casou alguma vez? Se sim, o que fez optar pelo casamento?
 - c) Ainda acredita no casamento? Por quê?
 - d) Já se separou ou se divorciou alguma vez? A que deve o término dessa relação?
 - e) Casou outras vezes? Se sim, por que casou? Se não, casaria outras vezes e por quê?
 - f) Qual a função de um homem na sua vida? Por quê?

- g) Qual a importância de um relacionamento afetivo-sexual na sua vida? Por quê?
- h) Dá pra ser mulher sem vida sexual? Por quê?
- i) Dá pra se ter sexualidade sem um relacionamento amoroso? Por quê?
- j) Tem filho(s)? Se não, gostaria de tê-los? Por quê?
- k) Se você tem filhos, quem é ou quem são o responsável(s) pela educação e cuidados deles?
- l) Quem é ou quem são os responsáveis pelo sustento da sua família?
- m) Quem é o responsável pelas atividades domésticas? Qual(is) da(s) atividade(s) doméstica(s) são exclusivamente suas?
- n) Quais são todos os papéis / funções que você tem que desempenhar no seu dia-a-dia?
- o) Existe alguma outra função / papel que você gostaria de desempenhar? E algum que gostaria de excluir de sua rotina?
- p) É possível a conciliação entre trabalho e família? Por quê?
- q) Qual a principal diferença entre a vida que você possui e a que sua mãe / avó possuíam?
- r) Sobre sua saúde, como cuida dela? Acha que seria diferente se tivesse menos atividades para cumprir no seu dia-a-dia?

ANEXOS

ANEXO 1

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa intitulada “**AS MARIAS DE HOJE EM DIA**”: **A Percepção da Mulher sobre os seus Papéis nas Diferentes Configurações Familiares**, está sendo desenvolvida por Jânia de Faria Neves, aluna do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses.

Solicito a sua colaboração me cedendo uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e/ou publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome e todas as informações que possam identificá-la serão mantidos em sigilo. Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas na pesquisa. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano e a pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Jânia de Faria Neves ou contactá-la pelo email: jfneves_jp@oi.com.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável